



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

CONCORDÂNCIA VERBAL, MERCADO DE TRABALHO E
ENSINO MÉDIO: OLHARES SOCIOLINGÜÍSTICOS SOBRE A FALA E
ESCRITA DE MULHERES DE COMUNIDADES POPULARES DE
SALVADOR

ANDRÉA ANDRADE DE MATTOS

Orientadora – Prof. Dra. Norma da Silva Lopes

SALVADOR
2009



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS
MESTRADO EM ESTUDOS DE LINGUAGENS

ANDRÉA ANDRADE DE MATTOS

Orientadora – Prof. Dra. Norma da Silva Lopes

CONCORDÂNCIA VERBAL, MERCADO DE TRABALHO E
ENSINO MÉDIO: OLHARES SOCIOLINGÜÍSTICOS SOBRE A FALA E
ESCRITA DE MULHERES DE COMUNIDADES POPULARES DE
SALVADOR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Lingüística.

SALVADOR
2009

ANDRÉA ANDRADE DE MATTOS

**CONCORDÂNCIA VERBAL, MERCADO DE TRABALHO E
ENSINO MÉDIO: UM OLHAR SOCIOLINGÜÍSTICO SOBRE A FALA
E ESCRITA DE MULHERES DE COMUNIDADES POPULARES DE
SALVADOR**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Estudos de Linguagens da
Universidade do Estado da Bahia, como requisito
parcial para a obtenção do título de mestre.**

Aprovada em _____ / _____ / _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Norma da Silva Lopes (UNEB) – Orientadora

Prof. Dra. Lígia Pellon de Lima Bulhões (UNEB)

Prof. Dra. Emília Helena Portella Monteiro de Souza (UFBA)

Aos meus irmãos,
Adaci, Adriano e Anete.

Aos meus sobrinhos,
Leandro, Naiara, Danilo, Vítor e João Pedro.

AGRADECIMENTOS

- A Deus, a ele toda honra e glória, pela conquista desta vitória. Que me cercou de fidelidade, cuidado, amor, companhia e força emocional e espiritual em todos os momentos. Que me tomou pela mão e alimentou no meu coração a certeza deste momento final. Que ele não me deixe esquecer que tudo o que tenho e tudo o que sou vem dele, fruto do seu amor incondicional por mim.

Mas, ninguém caminha sozinho. Ao meu redor, houve pessoas que me acompanharam, tornando-se imprescindíveis no processo de construção de sonhos, deixando marcas as mais diversas, as quais permanecerão para sempre. Dentre elas, não posso deixar de citar alguns nomes, mas admitindo, publicamente, que o universo de pessoas é muito maior:

- os meus pais, Aderbal e Areci Mattos, anjos na minha vida. A eles, devo muito do que fui, sou e um dia eu serei. Assumir o desafio de começar e terminar um curso de mestrado é apenas uma das formas de reconhecer o amor deles por mim.

- a minha orientadora, Prof. Dra. Norma da Silva Lopes, que dedicou a mim tempo, acolhimento e paciência, ajudando-me a unir dois pontos: o sonho e a alegria de sua realização. Assim, ela deu-me elementos necessários para o exercício da pesquisa lingüística;

- os meus colegas de mestrado, principalmente os “mestrandos da Linha 2/2007”, como ficaram conhecidos no PPGEL-UNEB, que me proporcionaram companhia no processo de estudos e pesquisas, trazendo para o meu cotidiano momentos inesquecíveis. Incluo, também, os professores do PPGEL, que possibilitaram, em suas aulas e indicações de leitura, uma compreensão melhor dos fatos lingüísticos.

- as amigas Clara Santos e Delma Monteiro, que, mesmo de longe, se fizeram presentes das mais diferentes formas, acreditando e sonhando com esta conquista bem antes de mim. Registro, também, com a mesma alegria, a contribuição de outros amigos, como Bete, Lucy, Antonila, Danilo, Vítor e Antônio Carlos, Cleonaide, dentre outros;

- a equipe gestora e os professores do Colégio Estadual Professora Maria Bernadete Brandão. Em especial, a professora Valdelice Sena, que intermediou o processo de coleta de dados.

O nosso grande desafio, neste início de século e milênio, é reunir esforços para construir uma pedagogia da variação lingüística que não escamoteie a realidade lingüística do país (...). Mas, acima de tudo, o desafio maior é construir uma pedagogia para a variação de tal modo que possamos combater os estigmas lingüísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença lingüística.

(FARACO, 2007, p. 47).

RESUMO

Esta dissertação analisa, a partir da teoria Sociolingüística Variacionista, a aplicação da concordância verbal de terceira pessoa do plural em textos oral e escrito de 12 mulheres que estão em fase de conclusão do terceiro ano do Ensino Médio, em escola pública de Salvador no turno noturno, observando as variações lingüísticas e sociais e suas correlações. A pesquisa parte de dois pressupostos: primeiramente, a concordância verbal é um fenômeno lingüístico variável e sofre fortes influências – e estigmatização – sociais, por, historicamente, revelar a classe social e econômica do falante; e, em segundo lugar, a atividade profissional pode contribuir, até mais que a aprendizagem formal da língua materna proposta pela escola pública, para a aplicação das regras propostas pelas gramáticas normativas. Tendo-os como ponto de partida, o percurso deste trabalho inclui uma discussão, numa perspectiva teórica, sobre os conceitos de língua, a partir do entendimento da linguagem, suas relações com a sociedade e o ensino formal de língua portuguesa, mais especificamente o Ensino Médio e as políticas públicas para este nível de ensino, que inclui a inserção do mercado de trabalho como um de seus objetivos. Aplicando o processo metodológico da Sociolingüística, percebeu-se que, no *corpus* oral, as mulheres da faixa etária 1 (17-23 anos) aplicam mais a regra de concordância verbal que as mulheres da faixa etária 2 (24-35 anos) e essas mais que as da 3 (mais de 35 anos), mesmo estas tendo um maior tempo em sala de aula, por conta da aprendizagem tardia, e maior tempo no mercado de trabalho. Em contrapartida, elas estão mais identificadas com a comunidade de fala, por conta do reduzido contato com outros contextos lingüísticos. No *corpus* escrito, são as mulheres da faixa etária 2 quem mais correlacionam o sujeito com o verbo em número, seguidas das alunas mais novas. A variável saliência fônica, no nível 6, *é/são*, como a que mais favorece a aplicação de CV, enquanto o nível 1, *bebe/bebem*, a menos favorecedora. No texto escrito, apenas três variáveis foram selecionadas: faixa etária, posição do sujeito e saliência fônica. Além disso, o fato de essas mulheres exercerem uma atividade profissional não promove, mais que a escolarização, a aplicação de regras normativas relativas à concordância verbal, pois a profissão que desenvolvem não exige, diretamente, o uso da norma padrão. Todos estes resultados realçam que a influência da comunidade de fala é muito significativa nas normas vernaculares. Percebeu-se, também, que não há uma transferência “natural” da escrita para a oralidade, como esperam os programas educacionais.

Palavras-chave: Sociolingüística; Concordância verbal; Ensino Médio; Mercado de trabalho.

ABSTRACT

This dissertation examines, from the Sociolinguistics Variations, the application of the verbal agreement of the third person plural in oral and written texts of 12 women who are in the process of completing the third year of high school, in public school in Salvador on night shift, noting the linguistic and social variations and their correlation. This search party of two assumptions: first, the verbal agreement is a variable linguistic phenomenon and have strong influences - and stigma - social, because, historically, to reveal the social and economic class of the speaker, and secondly, the job can contribute, even more than the formal language of the proposal by the public school, for the application of the rules proposed by regulatory grammars. Taking them as a starting point, the course of this work includes a discussion, a theoretical perspective, on the concepts of language, from the understanding of language, its relations with society and the formal teaching of Portuguese language, specifically the high school and public policies for this level of education, that includes the insertion of the labor market as one of its purposes. Applying the methodological process of Sociolinguistics, realized that, in the oral data, women's age group 1 (17-23 years) apply more the rule verbal agreement that women's age group 2 (24-35 years) and these more than those of age group 3 (more than 35 years), even those taking a longer time in the classroom, on account of late learning, and more time in the labor market. In contrast, they are more identified with the speech community, due to the reduced contact with other linguistic contexts. In the written data, the women from age 2 are which more correlate the subject with the verb in number, followed by youngest students. The phonic salience variable, level 6, *is /are*, as the most favors the application of verbal agreement, while the level 1, *he drink / they drink*, the less favoring. In the written text, only three variables were selected: age group, position of the subject and phonic salience. Moreover, the fact that these women pursue a professional activity does not promote, rather than the formal education, the application of rules relating to verbal agreement, because the profession that they develop not required, directly, using the standard pattern. All these results indicate that the influence of the speech community is very significant in the vernacular standards. It was noticed, too, that there is no natural transfer to the writing to orality, as expected by the educational programs.

Keywords: Sociolinguistic; Verbal agreement; High school; Labor market.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Matrícula inicial no Ensino Médio, por série e turno na Bahia.....	52
Tabela 2 – Variável dependente Concordância verbal (<i>corpora</i> oral e escrito)	108
Tabela 3 – Concordância verbal e mercado de trabalho (<i>corpus</i> oral).....	110
Tabela 4 – Concordância verbal e mercado de trabalho (<i>corpus</i> escrito).....	111
Tabela 5 -CV e cruzamento da variável mercado de trabalho com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	113
Tabela 6 – CV e cruzamento da variável mercado de trabalho com faixa etária (escrito).....	114
Tabela 7 – Concordância verbal e variável mercado ocupacional (<i>corpus</i> oral).....	115
Tabela 8 – Concordância verbal e variável mercado ocupacional (<i>corpus</i> escrito).....	116
Tabela 9 – CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária (oral)	118
Tabela 10 – CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária (escrito).....	119
Tabela 11 – Concordância verbal e faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	121
Tabela 12 – Concordância verbal e faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	122
Tabela 13 – Concordância verbal e variável Posição do sujeito (<i>corpus</i> oral).....	128
Tabela 14 – Concordância verbal e variável Posição do sujeito (<i>corpus</i> escrito).....	129
Tabela 15 – CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	131
Tabela 16 – CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	132
Tabela 17 – CV e Variável Distância entre sujeito e verbo (<i>corpus</i> oral).....	133
Tabela 18 – Concordância verbal e Variável Distância do sujeito (<i>corpora</i> escrito e oral).....	134
Tabela 19 – CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com F1 e F3 (oral).....	135
Tabela 20 – CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	136
Tabela 21 – Concordância verbal e Variável Preenchimento do sujeito (<i>corpus</i> oral).....	138
Tabela 22 – CV e cruzamento da variável Preenchimento do sujeito com faixa etária.....	142
Tabela 23 – Concordância verbal e variável Preenchimento do Sujeito (<i>corpus</i> escrito).....	144
Tabela 24 – CV e cruzamento da variável Preenchimento de SN com faixa etária (escrito).....	145
Tabela 25 – Concordância verbal e variável Quantidade de núcleos no SN (<i>corpus</i> oral).....	146
Tabela 26 – Concordância verbal e variável Quantidade de núcleos no SN (texto escrito).....	148
Tabela 27 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	149

Tabela 28 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN com a faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	150
Tabela 29 – Concordância verbal e Variável Caracterização semântica do sujeito (oral).....	151
Tabela 30 – Concordância verbal e Variável Caracterização semântica do sujeito (escrito).....	152
Tabela31 – CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN com faixas etárias 2 e 3 (<i>corpus</i> oral).....	153
Tabela 32– CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN com faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	155
Tabela 33 – Concordância verbal e variável Saliência fônica (<i>corpus</i> oral).....	156
Tabela 34 – Concordância verbal e Variável Saliência fônica (<i>corpus</i> escrito).....	158
Tabela 35 – CV e cruzamento da variável Saliência fônica com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	160
Tabela 36 – CV e cruzamento da variável Saliência fônica com faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	162
Tabela 37 – Concordância verbal e Concordância nominal no sujeito (<i>corpus</i> oral).....	162
Tabela 38 – Concordância verbal e Concordância nominal no sujeito (<i>corpus</i> escrito).....	163
Tabela 39 – CV e cruzamento da variável Concordância nominal do SN com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	165
Tabela 40 - CV e Cruzamento da variável Concordância Nominal do SN com faixa etária (<i>corpus</i> escrito).....	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Variáveis favorecedoras e desfavorecedoras da concordância, segundo Vieira.....	62
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concordância verbal e cruzamento da variável Mercado de trabalho com faixa etária 2 (<i>corpus</i> escrito).....	114
Gráfico 2 – Concordância verbal e variável mercado ocupacional (<i>corpus</i> e escrito).....	116
Gráfico 3 – Concordância verbal e cruzamento da variável Mercado ocupacional com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	119
Gráfico 4 – Concordância verbal e variável faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	121
Gráfico 5 – Concordância verbal e variável faixa etária (<i>corpora</i> oral e escrito).....	123
Gráfico 6 – Concordância verbal variável Posição do Sujeito (<i>corpus</i> oral).....	129
Gráfico 7 – Concordância verbal e variável Posição do sujeito (<i>corpora</i> oral e escrito).....	130
Gráfico 8 – CV e cruzamento da variável Posição do SN e faixa etária (<i>corpus</i> oral)	131
Gráfico 9 – CV e variável Distância entre sujeito e verbo (<i>corpus</i> oral).....	133
Gráfico 10 – CV e cruzamento da variável Distância entre sujeito e verbo com faixas etárias 1 e 2 (<i>corpus</i> oral).....	135
Gráfico 11 – CV e variável Preenchimento do sujeito (<i>corpus</i> oral).....	137
Gráfico 12 – Concordância verbal e cruzamento da variável Preenchimento do sujeito com faixa etária (<i>corpus</i> oral)	143
Gráfico 13– CV e variável Quantidade de núcleos no SN (<i>corpus</i> oral).....	147
Gráfico 14 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN e Faixa etária 2 (<i>corpus</i> oral).....	150
Gráfico 15 – CV e variável Caracterização semântica do SN (<i>corpus</i> oral).....	151
Gráfico 16 – CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN e faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	154
Gráfico 17 – CV e variável Saliência fônica (<i>corpora</i> oral e escrito).....	159
Gráfico 18 – CV e cruzamento da variável Saliência Fônica e faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	161
Gráfico 19 – Concordância verbal e variável Concordância nominal no SN (<i>corpus</i> oral).....	163
Gráfico 20 – CV e cruzamento da variável Concordância nominal no SN e faixa etária 1.....	166

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 LÍNGUA E ENSINO MÉDIO: OLHARES SOCIOLINGÜÍSTICOS SOBRE A FALA E ESCRITA DE MULHERES DE COMUNIDADES POPULARES	20
1.1 Língua e sociedade.....	21
1.2 Algumas concepções sobre língua.....	23
1.3 Sociolingüística: pressupostos teóricos.....	26
1.3.1 Variação lingüística, variantes e regras variáveis.....	27
1.3.1.1 Variáveis dependentes e variáveis independentes.....	29
1.3.2 Variáveis lingüísticas e variáveis sociais (extralingüísticas).....	30
1.3.3 Dialeto e variedades lingüísticas	32
1.4 Norma.....	33
1.4.1 Normas cultas, normas populares e norma padrão.....	35
1.5 Escola e ensino de língua materna no Brasil.....	40
1.5.1 Variação e ensino.....	42
1.5.2 Brasil e diversidade sociolingüística.....	45
1.6 Brasil, educação e ensino médio.....	47
1.6.1 Ensino Médio e turno noturno.....	51
2 CONCORDÂNCIA VERBAL: TRADIÇÃO GRAMATICAL, PESQUISAS SOCIOLINGÜÍSTICAS E LIVROS DIDÁTICOS	53
2.1 Concordância verbal na tradição gramatical.....	56
2.1.1 Napoleão Mendes de Almeida.....	57
2.1.2 Rocha Lima.....	58
2.1.3 Evanildo Bechara.....	59
2.2 Concordância verbal e livros didáticos no Ensino Médio.....	60
2.3 Estudos sociolingüísticos sobre a concordância verbal.....	61
2.4 Concordância verbal: fala e escrita.....	64

3	MÉTODO SOCIOLINGÜÍSTICO DE ANÁLISE	67
3.1	Etapas da pesquisa de campo	68
3.1.1	Ficha de informantes	68
3.1.2	Coleta de dados escritos: produção textual	69
3.1.3	Gravação de entrevistas	70
3.1.4	Transcrição de dados	71
3.1.5	Codificação de dados	72
3.1.6	Análise de dados – VARBRUL	73
3.2	Contexto da pesquisa	74
3.2.1	A instituição escolar	75
3.2.2	Estudantes da instituição e perfil dos informantes	76
3.2.2.1	Atividades profissionais das informantes	78
3.3	Variáveis	80
3.3.1	Variáveis sociais	80
3.3.1.1	Variável faixa etária	81
3.3.1.2	Variável Mercado de trabalho	84
3.3.1.3	Variável Mercado Ocupacional	85
3.4	Variáveis lingüísticas	87
3.4.1	Variável Posição do sujeito em relação ao verbo	88
3.4.2	Variável Distância entre sujeito e verbo	90
3.4.3	Variável Preenchimento do sujeito	91
3.4.4	Variável Quantidade de núcleos no SN	93
3.4.5	Variável Saliência fônica	95
3.4.6	Variável Concordância nominal no SN	98
3.4.7	Variável Caracterização semântica do sujeito	100
3.5	Hipóteses de pesquisa	101
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS	105
4.1	Concordância verbal: variável dependente	106
4.2	Variáveis sociais e concordância verbal	109

4.2.1 Concordância verbal e variável mercado de trabalho.....	109
4.2.1.1 CV e cruzamento da variável mercado de trabalho com faixa etária (<i>corpus</i> oral).....	112
4.2.2 Concordância verbal e variável mercado ocupacional	115
4.2.2.1 CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária.....	118
4.2.3 Concordância verbal e variável faixa etária	120
4.3 Concordância verbal e variáveis sociais: uma síntese.....	124
4.4 Variáveis lingüísticas.....	127
4.4.1 Concordância verbal e variável Posição do sujeito em relação ao verbo.....	128
4.4.1.1 CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária.....	130
4.4.2 Concordância verbal e variável Distância entre sujeito e verbo	133
4.4.2.1 CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com faixa etária.....	135
4.4.3 Concordância verbal e variável Preenchimento do sujeito.....	137
4.4.3.1 CV e cruzamento da variável Preenchimento do sujeito com faixa etária.....	141
4.4.3.2 Concordância verbal e variável Preenchimento do sujeito na escrita.....	143
4.4.3.2.1 CV e cruzamento da variável Preenchimento do SN e faixa etária (texto escrito).....	144
4.4.4 Concordância verbal e variável Quantidade de núcleos no SN.....	146
4.4.4.1 CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN e faixa etária.....	148
4.4.5 Concordância verbal e variável Caracterização semântica do SN.....	151
4.4.5.1 CV e cruzamento da variável Característica semântica do SN e faixa etária.....	153
4.4.6 Concordância verbal e variável Saliência fônica.....	155
4.4.6.1 CV e cruzamento da variável Saliência fônica com Faixa etária.....	159
4.4.7 Concordância verbal e variável Concordância nominal do SN.....	162
4.4.7.1 CV e cruzamento da variável Concordância nominal do SN e faixa etária.....	165
4.5 Concordância verbal e variáveis lingüísticas: uma síntese.....	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	171
REFERÊNCIAS.....	175
ANEXOS.....	188

INTRODUÇÃO

Sociolingüística, língua materna e ensino médio, a partir da fala e escrita de mulheres de comunidades populares de Salvador. Este é o foco central que norteia o processo investigativo e analítico desta dissertação, que propõe a discussão dos pontos que a unem e como o resultado desta interligação se materializa nos usos linguísticos no Brasil. Esse exercício promove olhares mais amplos, como a discussão da relação entre sociedade e língua, ensino formal de língua materna, assim como exige uma análise mais detalhada sobre contextos mais pontuais no cenário tão complexo como o Brasil, seu ensino formal de língua portuguesa e suas repercussões no cenário social deste país.

O estudo pormenorizado de um fenômeno linguístico revela muito de seus falantes, suas histórias de vida, seu contexto social e as instituições que o compõem. E também o percurso sócio-histórico que a língua de uma comunidade desenvolve: se há mudanças, variações ou estabilidade e que interferências promovem esses movimentos. No caso específico desta dissertação, a concordância verbal (CV) de terceira pessoa do plural é a referência norteadora desta pesquisa, assim como suas relações com o ensino formal de língua portuguesa em escolas públicas de Salvador e o processo de inserção no mercado de trabalho de mulheres¹ social e economicamente desfavorecidas da capital baiana. Por isso, todas as informantes desta pesquisa são concluintes do Ensino Médio (EM).

Toda essa análise terá como referência a fala e a escrita de mulheres de uma comunidade socioeconomicamente desfavorecida de Salvador que concluíram, em 2008, o Ensino Médio e estão em processo de inserção ou em atividade no mercado de trabalho nesta cidade. A concordância verbal, traço muito estigmatizado socialmente, no Brasil, pode expressar detalhes deste movimento de inserção.

¹ A presença apenas de informantes mulheres nesta pesquisa, excluindo informantes do sexo masculino, deveu-se à limitação de tempo, comum aos programas de pós-graduação. Afirmamos, porém, a relevância da análise deste fenômeno em falantes masculinos, que poderá ser feita em pesquisa posterior.

E por que as mulheres? Primeiramente, porque elas, independentemente de classe social, estão conquistando, nos últimos anos, novos espaços nos cenários nacional e internacional. Estão começando a assumir altos cargos políticos, empresariais, também com forte presença em espaços acadêmicos, aumentando o período de escolarização, se não superando o dos homens, pelo menos se igualando a eles, se fazendo presentes em muitos setores do mercado de trabalho, até então restritos a eles, gerando mudanças significativas no cenário social. E, certamente, esse contexto promoveu diversas configurações linguísticas brasileiras, já que as mulheres tendem a ser mais conservadoras que os homens e viveram, durante muito tempo, limitadas ao espaço doméstico, dificultando o contato com outros contextos linguísticos. Mas esse movimento em direção ao mercado de trabalho não foi homogêneo: o processo de escolarização e as atividades profissionais disponíveis para cada classe social não são os mesmos para as mulheres.

A escolha por estudantes do Ensino Médio se baseou em alguns fatores sociais, pedagógicos e linguísticos. Os três últimos anos da educação básica não contaram, historicamente, com a devida atenção dos órgãos públicos, garantindo a este público as condições necessárias para a inserção no mercado de trabalho ou acesso ao ensino superior, principalmente aqueles mais social e economicamente desfavorecidos. Certamente, uma dessas lacunas diz respeito ao ensino formal de língua portuguesa, que não considera, na prática, o comportamento variacionista da língua, que inclui diversas variedades presentes na fala de pessoas inseridas em determinada comunidade. Os programas destinados a esta disciplina admitem que a ênfase à norma padrão é suficiente para capacitar esses falantes ao mercado de trabalho, sem considerar, porém, que os alunos, nem os demais falantes, não substituem uma norma padrão por outra automaticamente, principalmente quando eles continuam interagindo em suas comunidades de fala.

Este exercício investigativo permitiu, exatamente, conhecer como se dá o encontro de variações linguísticas orais e escritas em um ambiente escolar freqüentado por estudantes de classe social economicamente baixa, que têm como norma o português brasileiro (PB) popular. De um lado, a norma padrão², presente nas gramáticas normativas e livros didáticos, praticamente a única alternativa “possível” em salas de aula e em muitos espaços da sociedade – sejam eles

² A conceituação de norma padrão, assim como as demais normas vernaculares, culta, tanto na escrita e na fala, será analisada mais detalhadamente em seção específica, nesta dissertação (cap. 1.4).

formais ou informais, a ponto de se avaliar um falante – social e profissionalmente – pelo uso ou não das marcas de plural no sintagma verbal.

Por outro, estão as variantes de uma comunidade pouco alfabetizada, privada do contato de bens culturais, que não estigmatiza os seus falantes pela sua fala, pois sua gramática está baseada muito mais em mecanismos de comunicabilidade que em regras preestabelecidas, rígidas e exigentes. Todas as variantes, porém, são previsíveis, recorrentes e regulares e, lingüisticamente, possuem o mesmo valor. Esta é a premissa fundamental da Sociolingüística, área da Lingüística que estuda o uso da língua, incluindo contextos sociais, sendo que o falante é um sujeito real, condicionado por seu universo sociocultural e econômico.

A referência teórica desta pesquisa é a Sociolingüística variacionista, estruturada pelo pesquisador americano William Labov, na segunda metade do século passado. Ele trouxe para os estudos lingüísticos a análise de fatores sociais no uso real da língua, por entendê-la como uma realidade heterogênea, com um sistema de regras e uma gramática variável. Assim sendo, não existe a “melhor” forma de usar o código lingüístico e, por isso, a estigmatização e o preconceito enfrentados por falantes de determinada comunidade não têm respaldo científico.

Diante deste referencial sociolingüístico, este trabalho tem como alvo os seguintes objetivos:

- Fazer um panorama dos usos da concordância verbal de número na escrita e na fala de mulheres concluintes do Ensino Médio, considerando variáveis lingüísticas;
- Relacionar as variáveis sociais faixa etária, mercado ocupacional e mercado de trabalho no uso da concordância verbal de número em textos orais e escritos, em contextos lingüísticos.

Todo este percurso, tendo esses objetivos em mente, é desenvolvido em quatro capítulos. O primeiro deles, a fundamentação teórica, está estruturado em duas partes: na primeira, são abordados temas referentes às relações entre língua e sociedade e língua e ensino, além de

explicar, com mais profundidade, os pressupostos teóricos da Sociolinguística, como conceitos de variação linguística, variável, variantes e a relação entre elas, presentes nas co-variações de dados. Na segunda parte (capítulo 2), é feita uma abordagem mais detalhada da concordância verbal, como ela é apresentada na gramática tradicional (GT) e também como regra variável. Além disso, são apresentados alguns resultados de pesquisas, que apontam os contextos mais favoráveis à CV, considerando a influência de fatores sociais e linguísticos.

No capítulo 3, encontram-se a metodologia aplicada nesta pesquisa, os procedimentos aplicados na coleta e a análise de dados, assim como uma discussão sobre o entendimento já consolidado sobre as variáveis sociais e linguísticas. Ao todo, são três variáveis sociais: (1) faixa etária; (2) mercado ocupacional e (3) mercado de trabalho, e sete variáveis linguísticas: (1) posição do sujeito em relação ao verbo, (2) distância entre sujeito e o verbo, (3) preenchimento do sujeito, (4) quantidade de núcleos do sujeito, (5) informação semântica do sujeito, (6) saliência fônica verbal e (7) concordância nominal no sujeito.

No quarto e último capítulo, estão as análises dos dados (com a exposição de gráficos e tabelas), a começar pelas variáveis sociais, sendo seguidas pelas variáveis linguísticas. Em todas as variáveis, foi feita uma análise comparativa entre a aplicação da CV nos textos oral e escrito, apontando as semelhanças e as diferenças entre elas, assim como o cruzamento da variável faixa etária com as variáveis linguísticas. Há comentários em cada resultado apresentado pelo programa Varbrul, em percentagens e pesos relativos, a depender da significância de cada variável. Neste capítulo, são apresentados, também, resultados e comparações com pesquisas já realizadas, confirmando ou não os achados de Salvador.

E todo esse exercício foi desenvolvido a partir de entrecruzamento de fatores, que aponta para a heterogeneidade e a variabilidade da língua e da concordância verbal: o monitoramento da língua escrita e a informalidade da língua falada; as interferências da prática profissional e a ausência de contatos com normas mais formais, em decorrência da exigência de algumas profissões; o ensino da norma padrão, em instituições públicas de ensino, e comunidades formadas por falantes do português brasileiro popular.

O resultado deste trabalho, certamente, é fruto de um empenho pessoal e coletivo. Pessoal, porque para desenvolver todo o processo de estudos e pesquisa foi necessária uma

dedicação de tempo e esforço pessoal. Também coletivo, porque neste processo várias pessoas se fizeram presentes, incluindo o esforço de linguistas que buscam, através de análises quantitativas e qualitativas, conhecer os mais diversos usos linguísticos no Brasil, e desafiar o ensino da língua materna a partir de uma nova perspectiva. Incluo neste grupo os meus alunos, pela companhia e compreensão enquanto eu aprendia e a todo o tempo instigavam-me à reflexão da minha prática pedagógica e me apontavam alguns dos caminhos que poderiam me levar ao conhecimento da língua portuguesa.

1 LÍNGUA E ENSINO MÉDIO: OLHARES SOCIOLINGÜÍSTICOS SOBRE A FALA E ESCRITA DE MULHERES DE COMUNIDADES POPULARES

A Sociolingüística considera diversas possibilidades sobre a realidade lingüística que contribuem para um entendimento diferenciado de questões envolvendo as diversas concepções de língua, ensino e nível social no Brasil. A existência de várias normas lingüísticas nas comunidades de fala, os estilos de fala – se formal ou informal –, as gramáticas com base na análise tradicional, os níveis socioeconômicos dos falantes, sua faixa etária e a experiência dos sujeitos com a escrita são alguns deles. Isto porque são os usos lingüísticos que devem ser analisados, e não o conhecimento teórico ou ideal que se espera das pessoas, nas mais diversas circunstâncias.

Todos esses fatos referentes à língua no Brasil têm sido tema de muitos debates, seja nos espaços acadêmicos, pedagógicos e até políticos e econômicos, e todos, em algum nível, ensejam perceber caminhos mais inclusivos para uma sociedade tão desigual. Pretende-se, neste trabalho dissertativo, delinear possíveis dados e pressupostos teóricos lingüísticos que apontam para uma resposta – mesmo que parcial e provisória – sobre a questão.

Da mesma forma, os usos lingüísticos influenciam as relações sociais, o lugar e o papel que os falantes ocupam na sua comunidade de fala. Assim, por a língua e a sociedade estarem interligadas, a “escolha” por determinada variante relacionada à CV não é aleatória e livre, mas limitada a todos esses e outros elementos. Analisar a ausência de aplicabilidade das regras prescritivas de CV, a partir desse enfoque teórico, pode revelar, significativamente, traços da fala de Salvador ou de qualquer outra comunidade.

O ponto de partida deste capítulo inicial está na explanação sobre língua e sociedade, sendo abordada nas perspectivas tanto de linguistas como de sociólogos, que, juntos, buscam descrever, com mais clareza, as influências de seus campos de estudo na língua aqui falada, a língua portuguesa, assim como a variação lingüística. Em seguida, no segundo capítulo, são apresentadas algumas bases que norteiam a aprendizagem da concordância verbal e como ela é

entendida por estudiosos no assunto, incluindo gramáticos que são referência nas instituições escolares no Brasil.

1.1 Língua e sociedade

O debate envolvendo, ao mesmo tempo, os estudos linguísticos e sociais é bastante extenso, amplo e produz contribuições as mais diversas. Ambos os temas estão, em certo nível, associados a um mesmo postulado: as interações produzidas pelo ser humano em suas relações sociais são marcadas pelas trocas que cada indivíduo realiza no seu processo de convivência entre os demais. E este exercício científico – promovido por diversas vozes – traz ainda hoje dados significativos que esclarecem o processo linguístico em determinada sociedade, formulando teorias, proposições, a partir de pesquisas as mais diversas. Analisando a relação entre língua e sociedade, Signorini (2002, p. 76-77) afirma:

A língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregarem socialmente, de construir e desenvolver o mundo. A língua não é somente a expressão da alma, ou do íntimo, ou do que quer que seja, do indivíduo; é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa como se fosse a sua boca.

Com este fundamento, linguistas têm desenvolvido inúmeras análises, tendo como tema exatamente a intrínseca relação entre língua e sociedade, pois é neste espaço que acontece a interação entre membros de um grupo social. Mais especificamente, no séc. XX, as iniciativas científicas foram desenvolvidas admitindo que o diálogo deve incluir aqueles que fazem uso da língua de sua comunidade social e cultural: falantes reais. Como diz Morato (2004, p. 312–313):

Sempre que a Linguística negligencia o fato de que existe língua porque existem falantes e que os falantes existem em função das ações que os instam de várias maneiras e em diferentes níveis de existência a permanecer em relação a alguma coisa, a análise sobre linguagem falha de alguma forma, isto é, se torna necessariamente parcial ou incompleta.

Os estudos sociolinguísticos buscam exatamente investigar a forma como os membros de uma comunidade específica focalizam, constroem e manipulam o uso da língua dentro de determinado contexto social, sendo tais ações constitutivas das atividades nas quais esses falantes estão engajados: ao usar a língua em determinado contexto, eles estão construindo e reforçando os papéis sociais próprios que exercem na sociedade.

A abordagem adotada pelo sociólogo Pierre Bourdieu (1980), se utilizando de referenciais próprios de uma economia de mercado, mostra que as trocas lingüísticas são muito produtivas para se compreender os problemas de linguagem que ocorrem na sociedade. Assim, este autor desloca o ângulo de análise da caracterização da linguagem para a caracterização das condições sociais do ambiente em que ela ocorre. Na sociedade capitalista, especificamente, os bens materiais (como a força de trabalho, as mercadorias, os serviços) e os bens simbólicos (como os conhecimentos, as obras de arte, a música, a linguagem, etc.) circulam em relações de trocas desiguais. “Não se deve esquecer que as trocas lingüísticas – relações de comunicação por excelência – são também relações de poder simbólico, onde se atualizam as relações de força entre os locutores ou seus respectivos grupos”, afirma ele (p.24). Caminhando nessa mesma direção de análise, Alkmin *et al* (1991, p. 26) admitem que

é mais necessário pensar a realidade social do que a realidade lingüística. Sabemos que a utilização da língua é regida por um conjunto de regras sociais que regulam a pertinência ou não, a adequação ou não dos comportamentos lingüísticos. Ou seja, tanto para a escrita como para a fala, existem restrições e assentimentos quanto ao seu uso: há punições previstas para quem infringe essas regras, que vão desde estar exposto à galhofa até não ser aceito em empregos, por exemplo. Não podemos perder de vista que a hierarquização das formas lingüísticas é calçada em valores que refletem a estrutura de uma sociedade, no caso da nossa, a de uma sociedade de classes.

Nessa discussão, é necessário incluir um terceiro elemento: a escola, uma instituição burocrática, é um espaço destinado, dentre outros objetivos, à socialização dos indivíduos de determinado grupo social. A depender de como uma sociedade é estruturada – nos níveis econômicos, culturais e políticos –, é possível perceber as marcas do uso da língua e como a escola concebe o ensino e aprendizagem da língua materna. Em um país com fortes diferenças

sociais, como o Brasil, pode-se referir a escolas, no plural, pois são muito distintos os ambientes escolares. De um lado, há aquelas destinadas à classe social dos economicamente mais favorecidos e as que são freqüentadas, na sua maioria, por estudantes pobres, sobressaindo-se as que fazem parte das redes públicas estaduais e municipais.

E se as escolas são múltiplas, assim como o é seu público, é possível pensar que o tratamento dado ao ensino formal da língua materna também é diversificado. Diz Silva (2004, p. 255): “Não se pode pensar os problemas linguísticos da escola sem se ter em mente a diversidade social brasileira. Em consequência, as questões que envolvem os alunos de classe média naturalmente não são as mesmas que envolvem os das classes populares”. E conclui: “A diversidade de contextos onde se situa o aluno brasileiro nos conduz a uma questão (...): a da norma escolar, aqui definida como o modelo idealizado de correção” (*op. cit.*, p. 256).

1.2 Algumas concepções sobre língua

O conceito de língua perpassa diferentes abordagens teóricas, sem ser consensual. Mesmo entre a gramática tradicional e o entendimento de língua entre professores, é possível encontrar distintas visões sobre a noção de língua. Nesta dissertação, é feita uma exposição sobre alguns desses conceitos, considerando o entendimento sobre língua nas perspectivas (1) saussuriana – por ele inaugurar, oficialmente, os estudos linguísticos modernos³, tendo como objeto de estudo a língua –, (2) na Sociolinguística – por ser a base teórica de análise deste trabalho – e (3) de alguns gramáticos normativos brasileiros, pelo fato de eles estarem presentes nos livros didáticos adotados pelas instituições de ensino.

Para Saussure, a língua é uma parte constitutiva da linguagem humana, sendo um produto social da faculdade da linguagem, expressa pela fala (SAUSSURE, 1997, p. 17). Em termos gerais, o pensamento saussuriano refere-se à língua como um sistema homogêneo de signos interiorizados (nível abstrato) culturalmente pelos sujeitos falantes, ao passo que a fala se refere

³ Havia uma linguística no séc. XIX, histórico-comparativa, que deixou um enorme legado teórico através dos neogramáticos e de linguistas como Humbolt, Noreen, etc. Entretanto, a linguística moderna é identificada com o aparecimento do Curso de Linguística Geral (1916).

ao ato individual e variável, no qual a língua é utilizada. Além disso, ele percebe a língua como um fato social: “Ela é a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la; ela não existe senão em virtude duma espécie de contrato estabelecido entre os membros da comunidade” (*op. cit.*, p. 22). Mas Calvet (2002, p. 31) lembra que, para Saussure, “o termo ‘social’ significa ‘pluri-individual’, nada sugerindo da interação social sob seus aspectos mais gerais”.

Na relação intrínseca entre língua e fala, Saussure considerava a primeira homogênea, enquanto que a fala possibilita inúmeras realizações, não sendo considerada em suas pesquisas: o importante, para ele, era compreender a *langue*, que, por ser limitada e comum a todos, garante o conhecimento dos fenômenos linguísticos. Ao fazer esta opção, Saussure exclui de seus estudos elementos como o falante e os contextos de fala, que são incluídos em outras teorias que surgiram após o saussurianismo. Mas, nem por isso, a idéia de estrutura lingüística foi abolida das pesquisas lingüísticas, e, sim, vista a partir de novas perspectivas.

A Sociolingüística, por exemplo, percebe a língua também como um sistema, mas a sua natureza é heterogênea, variável e sobre fortes influências da comunidade de fala e seu contexto de uso. E também um sistema estruturado, sem a idéia de caos. Labov (2008)⁴ afirma que a língua não é apenas um meio de informação, mas uma maneira de inserir um indivíduo num grupo social. Pode-se dizer, então, que, para a Sociolingüística, a língua é um sistema de possibilidades que oferece um conjunto flexível no que diz respeito às regras de seleção, combinação e substituição.

Por entender o fenômeno linguístico a partir dessa perspectiva, “a Sociolingüística direciona seus estudos para a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso” (ALKIMIN, 2001, p. 31). Bagno (2007) compara a língua, na teoria sociolingüística, a um guarda-chuva: “Debaixo do guarda-chuva chamado língua, no singular, se abrigam diversos conjuntos de realizações possíveis dos recursos que estão à disposição dos falantes” (p. 39)⁵.

⁴ Esta é a data da primeira edição do livro em língua portuguesa. O texto original, em inglês, foi publicado em 1972.

⁵ Mais detalhes sobre o entendimento sociolingüístico de língua estão no subitem 1.3.

A concepção de língua que permeia a maioria das gramáticas normativas para o ensino médio é bastante peculiar e é revista, periodicamente, sendo incluídos novos elementos. Para Almeida (ALMEIDA, 1999, p. 17)⁶, língua “é o conjunto de palavras, ou melhor, a linguagem própria de um povo”. Nesta perspectiva, não são considerados os falantes, sua realidade lingüística, uma vez que a língua se resume, para ele, em palavras, ou seja, um dicionário.

Rocha Lima (2002) apresenta uma noção de língua como um sistema único: “[a língua] é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens” (*op.cit.*, p.5). Ainda a língua está ligada à concepção de linguagem e é um instrumento de comunicação geral, aceito pelos membros de uma coletividade. Nicola e Infante (1997) definem língua como um sistema de signos que pertence a toda uma comunidade de falantes. Eles mantêm a perspectiva sistêmica da língua, incluindo nela elementos como “comunidade” e falantes, dando uma idéia de situacionalidade e contexto no uso deste sistema – a fala –, mas concebem a “parte social da língua” da mesma forma que Saussure (1997, p. 18), expressa no pronome “toda”, como se a sociedade fosse um bloco único e uniforme.

Cunha e Cintra (1985) já incluem a idéia de sistema da língua, apontando para a possibilidade de haver vários fatores presentes no fato lingüístico, além das palavras, como sociedade, diferenças regionais e socioculturais. Além disso, estes gramáticos entendem que o fenômeno lingüístico está sempre em evolução, assim como acontece com o organismo social que o cria.

Diferenciando dos demais gramáticos aqui citados – e, portanto, adotando um entendimento de língua voltado mais para o uso da língua, Bechara (2001) insere em sua definição as perspectivas histórica e funcional da língua; ou seja, a língua é, para ele, um produto histórico e, ao mesmo tempo, com muitas possibilidades. Assim, ele considera a língua como um conjunto de sistemas, com várias possibilidades: diferenças regionais, socioculturais, estilísticas, como pensam Cunha e Cintra (1985), levando a crer que uma língua nunca está plenamente pronta, mas se faz continuamente, devido ao uso que é dado à língua.

⁶ Citação referente à 36ª edição. A primeira publicação data de 1952.

Como se vê, o entendimento sobre língua, no ambiente escolar, é bastante diverso e amplo, com os mais diversos olhares, mostrando que, na atualidade, o conceito de língua tem sido revisto pelos estudiosos. É pertinente o pensamento de Mattoso Câmara (1969, p. 43), que desde então, baseado no estruturalismo linguístico, constrói pontes que ligam a realidade lingüística com os estudos acadêmicos sobre a língua. Diz ele:

Se a língua é variável no espaço e na hierarquia social, ou ainda num mesmo indivíduo, a gramática descritiva pode escolher o seu campo de observação. Se ela tem em vista, indiretamente, o ensino escolar, a escolha é, de certa forma, determinada. A descrição não tomará por base, evidentemente, uma modalidade popular ou remotamente regional (...). Partirá do uso falado e escrito considerado ‘culto’, ou melhor dito, adequado às condições ‘formais’ de intercâmbio linguístico, no sentido inglês do adjetivo.

1.3 Sociolingüística: pressupostos teóricos

A língua em uso cotidiano dos falantes, inseridos em seus contextos sociais, é o ponto de partida – e central – dos estudos sociolingüísticos, que buscam compreender os fenômenos lingüísticos sob a ótica dos fatores sociais de uma comunidade de fala. Para estudar este fenômeno, a Sociolingüística utiliza-se de diversas áreas do conhecimento, transformando-se em um espaço interdisciplinar⁷, abrangendo uma análise social e lingüística, certa de que a diversidade e a complexidade social promovem, inevitavelmente, a heterogeneidade lingüística, já que as línguas apresentam um dinamismo inerente.

Como a sua centralidade está na diversidade lingüística, as comunidades de fala⁸ “compartilham um padrão lingüístico, expresso em normas. Estas não garantem uma homogeneidade no uso da língua, mas refletem as relações de redes comunicativas diversas, e

⁷ No seu início, em meados do séc. XX, a Sociolingüística agregou pesquisadores marcados pela formação acadêmica em diferentes campos do saber, por estarem interessados nas implicações teóricas e práticas do fenômeno lingüístico na sociedade.

⁸ Uma comunidade de fala, para a Sociolingüística, é um grupo de pessoas que, apesar de compartilharem um conjunto de normas comuns com respeito à linguagem, não se expressam do mesmo modo, já que as comunidades são constituídas por homens e mulheres de variadas faixas etárias, com graus de escolaridade distintos, de etnias diversas.

que orientam seu comportamento verbal por um mesmo conjunto de regras” (ALKMIN, 2001, p. 31). “A língua falada é o vernáculo: a enunciação e expressão de fatos, proposições, idéias (o que) sem a preocupação de *como* enunciá-los”, esclarece Tarallo (1990, p. 19). Por pensar assim, a Sociolinguística entende a língua como um sistema marcado por variações, gerando toda uma diversidade em uma língua. Outro traço característico da língua para a Sociolinguística é admitir que as línguas são passíveis de mudança, sob a influência de diversos fatores, de ordem temporal, espacial e social.

1.3.1 Variação lingüística, variantes e regras variáveis

A língua é heterogênea. Nela, estão presentes as marcas do tempo, a peculiaridade de cada falante, com seus costumes e seus espaços geográficos, e as influências a que eles estão expostos (comunidade de fala, mídia, contatos com falantes de nível de escolaridade diferente, por exemplo), assim como as situações de interação através da fala. Assim, o estudo da língua, para a Sociolinguística, considera todas as possibilidades que um sistema linguístico expõe aos falantes. Para Labov (2008), a variação lingüística é um princípio geral e, neste sentido, as mudanças não ocorrem aleatoriamente, mas partem de pressões internas e externas à língua, evidenciando o caráter heterogêneo do sistema linguístico.

Dizer que uma língua varia é admitir a existência de mais de uma forma para dizer a mesma coisa. O contrário disso seria admitir que os usos linguísticos são categóricos⁹, que obrigam o falante a usar uma forma e não outra. Por variar, cada possibilidade de uso chama-se variante: a concordância entre o sujeito e o verbo, por exemplo, é um fenômeno linguístico variável, pois se realiza a partir de duas possibilidades: a presença ou a ausência da marca de plural. Mas as variantes encontram-se sempre em concorrência: padrão vs. não-padrão, estigmatizada vs. não-estigmatizada; conservadora vs. inovadora.

⁹ Um exemplo de uso categórico na língua portuguesa é a impossibilidade do uso do artigo após o substantivo. Nesses casos, não é possível dizer que há variação, pois o falante não tem escolha. Mas o uso do artigo não é categórico: há comunidades que variam (BAXTER; LOPES, 2004).

Geralmente, as variantes apresentadas como padrão são as que possuem maior prestígio e tendem a não mudar com facilidade. Mas elas, mesmo tendo o mesmo significado referencial ou valor de verdade, podem ser opostas em sua significação social e/ou estilística. Monteiro (2002), ao expor as idéias de Labov, aponta os seguintes tipos de variantes lingüísticas: as variantes de prestígio, as variantes estigmatizadas, as inovadoras, as conservadoras, os estereótipos, os indicadores e os marcadores. Então, nesta perspectiva, os critérios baseados no “certo” e “errado” para análise do uso da língua têm sido questionados pela Sociolingüística e substituídos pelo conceito de variação lingüística, que pressupõe, necessariamente, a existência de variantes, devido à influência de fatores tanto lingüísticos, como extralingüísticos na fala.

Naro (2004) diz que o pressuposto básico para o estudo da variação no uso da língua é o da heterogeneidade lingüística: tal como a homogeneidade, não é aleatória, mas regulada, governada por um conjunto de regras que atuam sobre uma variável a depender das condições que privilegiam uma forma e não outra. Em outras palavras, Naro e Scherre (2007, p. 14), se referindo à variação na concordância, observam que “os sistemas não são lineares, mas, sim, dinâmicos, exibem um comportamento irregular, feito de movimentos pendulares de ida-e-volta, como é próprio dos sistemas complexos”. As variantes podem coexistir numa mesma língua (quando duas formas são usadas ao mesmo tempo) e estar em competição (quando duas formas concorrem), aparecendo, muitas vezes, de forma diferente em um mesmo contexto, uma aparecendo mais que a outra.

E uma vez detectada a variação, ela pode ser sistematizada através da seleção da regra variável. Os fatores externos são de cunho biossocial, relativos ao contexto em que a variação ocorre, como faixa etária, sexo/gênero, escolaridade, classe social etc. Cada caso, no entanto, deve ser estudado levando em conta a matriz que lhe é própria. De acordo com Naro (2003, p. 18),

o problema central que se coloca para a Teoria da Variação é a avaliação do *quantum* com que cada categoria postula contribuir para a realização de uma ou de outra variante das formas em competição. Na fala real, que constitui o dado do lingüista, tais categorias se apresentam sempre conjugadas; isto é, na prática, a operação de uma regra variável é, sempre, o efeito da atuação simultânea de vários fatores.

Isto significa que é impossível avaliar a influência ou o peso de uma dada categoria sem considerar, simultaneamente, o efeito das outras categorias também presentes. Toda análise sociolinguística passa, então, a ser orientada para as variações sistemáticas, inerentes ao seu objeto de estudo - a comunidade de fala, que é entendida como se caracterizando por uma heterogeneidade estruturada e ordenada. Não existe, portanto, um caos linguístico, cujo processamento, análise e sistematização não possam ser estudados. Há, pelo contrário, um sistema (uma organização) por trás da heterogeneidade da língua falada.

1.3.1.1 Variáveis dependentes e variáveis independentes

As formas alternativas apresentadas em uma língua, as variantes, configuram um fenômeno variável que, tecnicamente, é chamado de variável dependente. Ou seja, são variáveis analisadas em termos das probabilidades e percentuais de acontecimento de determinada alternativa, oposta à ausência dessa alternativa, “pois implicam em dependência ou mesmo uma relação causal entre duas dimensões”, explicam Guy e Zilles (2007). No caso do fenômeno da CV, em estudo nesta dissertação, a variável dependente é a ocorrência ou não da correlação de número entre sujeito e verbo na fala e na escrita: “*as meninas correram*” ou “*as meninas correuø*”. Quando analisadas, elas são tratadas a partir de sua frequência e probabilidades de ocorrer em determinado contexto linguístico.

De acordo com Mollica (2004, p.11), a concepção de variável dependente baseia-se no fato de que “o emprego das variantes não é aleatório, mas influenciado por um grupo de fatores de natureza social ou estrutural”. Assim sendo, a escolha não se daria entre duas alternativas apenas, “mas numa escala de possibilidades para aquilo que poderíamos chamar de domínio funcional. Nesse caso, o significado referencial seria preservado, mas a questão do contexto exige um cuidado especial, ao levar em conta a situação discursiva” (PAREDES DA SILVA, 2004, p. 36).

Mollica (2003, p.11) afirma também que, no conjunto de variáveis internas ou lingüísticas, encontram-se fatores de natureza fonomorfofossintática, semântica, discursiva e lexical. Tarallo (1990), por exemplo, pesquisou a ocorrência de um pronome-cópia em estruturas relativas, focalizando algumas funções desempenhadas pelo pronome relativo. De acordo com Omena e Duarte (2004), a própria função que as variantes desempenham na oração pode influenciar a realização de uma variável. Como exemplo, as autoras citam o uso de *nós* ou o de *a gente* para referência à primeira pessoa do plural.

As variáveis independentes podem ser de natureza interna ou externa à língua e exercer pressão sobre os usos, aumentando ou diminuindo sua freqüência de ocorrência. Os grupos de fatores, as variáveis, têm efeito os mais diversos sobre a variante e cabe à Sociolingüística investigar a força de determinados fatores sobre determinadas variantes. A análise de algumas variáveis independentes conta com estudos bastante avançados, como as que correlacionam as variáveis gênero, idade, escolaridade e classe social, dentre outros, a fenômenos de uso na fala e na escrita. Outras variáveis, por outro lado, mesmo pouco estudadas, estão presentes em algumas pesquisas, que têm colaborado, consideravelmente, para o conhecimento de comportamento lingüístico dos falantes brasileiros. Algumas delas: renda, valor de mercado, mídia e sensibilidade lingüística.

Certamente, o entrelaçamento entre as variáveis dependentes e independentes ainda não foi totalmente desvendado pela pesquisa sociolingüística. Esta constatação é reafirmada por Mollica (2004, p.29): “Numa sociedade tão complexa como a constituída pelos falantes do português brasileiro (PB), podemos pensar em inúmeros indicadores sociais, seja de inclusão e exclusão, seja de estabilidade e mobilidade social”.

1.3.2 Variáveis lingüísticas e variáveis sociais (extralingüísticas)

Para a Sociolingüística, além de perceber as variações no uso da língua, é imprescindível conhecer os contextos em que ela ocorre. Calvet (2002, p. 103) diz que

uma descrição sociolingüística consiste, precisamente, em pesquisar os tipos de correlação entre variantes lingüísticas e categorias sociais, efetuando sistematicamente triagens cruzadas e interpretando os cruzamentos significativos. (...) Entre o conjunto de variáveis lingüísticas e o conjunto de variáveis sociais, há uma relação biunívoca.

As variáveis, segundo Mollica (2004, p. 27), tanto lingüísticas quanto sociais, não agem isoladamente, “mas operam num conjunto complexo de correlações que inibem ou favorecem o emprego de formas variantes semanticamente equivalentes”. Como exemplo, a autora cita que fatores como alto nível de escolarização e contato com a escrita e com os meios de comunicação concorrem para o aumento na fala e na escrita das variáveis prestigiadas.

São muitas as variáveis lingüísticas presentes em todas as línguas, inclusive no português brasileiro (PB). Elas abarcam diferenças fonéticas, morfológicas, sintáticas, lexicais e estilísticas e ocorrem por motivos diversos, mas todas elas possuem o mesmo valor de verdade e dizem a mesma coisa em um mesmo contexto. Mas elas possuem valor social diferenciado, devido não só ao preconceito lingüístico, mas por umas se apresentarem mais conservadoras ou inovadoras que outras. Por isso, elas estão sempre em concorrência, prevalecendo aquela variante que tiver maior aceitação na comunidade de fala.

Nessa interface entre variáveis, Scherre e Naro (2006, p. 111) dizem com propriedade: “Inquestionavelmente, as forças sociais atuam na condução da variação e da mudança lingüística. Todavia, nem só do social vivem as línguas. As forças lingüísticas também estão presentes, exercendo o seu papel, em maior ou menor grau”.

As variáveis extralingüísticas se referem a fatores sociais que interferem na aplicação de uma variante em detrimento de outra, e todos eles auxiliam na identificação de determinada variação lingüística. Há várias possibilidades de classificação das variáveis extralingüísticas, mas todas elas apontam para um conhecimento mais apurado do uso da língua em contextos reais. Segundo Silva e Paiva (1996), essas variáveis podem ser estratificadas e não-estratificadas. As primeiras podem ser analisadas a partir de vários níveis, como escolarização (em níveis Fundamental, Médio e Superior), faixa etária (1, 2, 3), sexo/gênero (masculino e feminino), classe

social (A, B, C, D, E). Cada uma delas tem suas peculiaridades, admitindo análises cuidadosas, a partir do objetivo do estudo. É pertinente considerar a variável classe social juntamente com escolaridade, no Brasil, devido à forte relação que elas têm no país: historicamente, os falantes da classe social mais privilegiada possuem um maior nível de escolaridade.

As variáveis extralingüísticas não-estratificadas são analisadas sem a divisão dos falantes em grupos específicos. A variável mercado de trabalho, mercado ocupacional, influência da mídia e sensibilidade lingüística, origem geográfica e redes sociais, agindo, às vezes, com pressões sociais sobre a língua, são algumas das variáveis estudadas, com ampla aplicação em pesquisas no Brasil (SILVA e PAIVA, *op. cit.*, p.344).

1.3.3 Dialeto e variedades lingüísticas

Dialeto é um termo historicamente usado, em Lingüística, para designar o modo característico de uso da língua num determinado lugar ou região, identificado por um conjunto particular de palavras e estruturas gramaticais: qualquer língua tem um número significativo de dialetos, principalmente se houver barreiras geográficas, ou divisões de classe. Sociolinguistas o interpretam como sinônimo do termo variedade, que significa “um dos modos de falar de uma língua (...), que se correlacionam com fatores sociais, como lugar de origem, idade, sexo, classe social, dentre outros” (BAGNO, 2007, p. 46). Assim o fazem por acharem que o termo “variedade” não possui conotações negativas.

A conceituação de dialeto/variedade é complexa, como acredita a Sociolingüística, segundo Labov (2008). Mas, mesmo assim, ele lembra que o conceito de idioleto, como objeto da descrição lingüística, reforça a derrota saussuriana de *langue*, “como um objeto de entendimento social uniforme” (*op. cit.*, p. 225). Há dialetos/variedades mais formais, outros são considerados mais padronizados, e, por isso, mais valorizados socialmente; e um dialeto pode ser mais predominante que outro. Monteiro (2002, p. 46) adverte de que as expressões dialeto padrão e dialeto popular não têm, em princípio, nenhuma relação com diferenças entre linguagem ou estilo formal e coloquial.

Alguns dialetos, segundo Monteiro (*op.cit.*), tendo como base a mesma língua, podem ser ininteligíveis entre si na forma falada, mas têm a mesma forma escrita, como dialetos presentes no chinês, por exemplo. De acordo com Crystal (2000), essas constatações mostram que o conceito de dialeto – um conjunto de itens distintivos pertencentes a uma determinada área geográfica, por exemplo – torna-se questionável.

A Dialectologia, área de Lingüística que se ocupa de estudar detalhadamente esses fenômenos, lista alguns fatores que promovem dialetos em uma comunidade lingüística, como os que distinguem classes sociais entre si. Estes, conhecidos como socioletos, indicam linguagens adotadas por grupos sociais, nos níveis vocabular e gramatical ou na pronúncia.

Os dialetos mais prestigiados são das classes mais elevadas e o da elite é tomado não mais como dialeto e, sim, como a própria língua. A discriminação do dialeto das classes populares é geralmente baseada no conceito de que essa classe, por não dominar a norma padrão de prestígio, usa seus próprios métodos para a realização da linguagem e “corrompem” a língua com esses “erros”. Grupos profissionais, limites geográficos, assim como estágios históricos lingüisticamente distintos, também são fatores que produzem dialetos.

1.4 Norma

O conceito de norma é amplo, polissêmico e fundamental em estudos que envolvem ensino e sistematização gramatical de algum fenômeno lingüístico. Para a Sociolingüística, ele é fundamental para discutir a dinâmica da língua. De forma geral, o termo “norma” pode referir-se à normalidade de um fenômeno ou a um padrão lingüístico, comum a um determinado ambiente, facilmente perceptível ao uso, sem fazer a valoração social, apenas demarcando a variação nas perspectivas históricas (diacrônicas) e regionais (diatópicas). Porém, esse termo tem sido mais utilizado para “expressar o conjunto de formas lingüísticas fixas, mas, também, um agregado de valores socioculturais articulados com aquelas formas” (FARACO, 2004, p. 39). E, por se acreditar, erroneamente, que há apenas uma modalidade admissível de uso da língua, a sua escolha ocorre, na maioria das vezes, de forma autoritária e inquestionável, envolvendo apenas o “bom uso”, apontando, assim, para a discriminação, estigmas e exclusões.

Assim, a conceituação de norma é permeada de muitos vieses, que, historicamente, marcaram o entendimento sobre língua. Por exemplo: a referência à de normalidade foi formulada por Coseriu, ao dizer que “uma norma não corresponde ao que ‘se pode dizer’ (tarefa do sistema), mas ao que já ‘se diz’, e tradicionalmente ‘se diz’ na comunidade considerada (*apud* FARACO, 2008, p. 37). Ou seja: por ser um conjunto de oposições, o sistema abarca a norma, como sendo a realização coletiva do sistema. Mas, de acordo com essa concepção, ainda segundo Coseriu (*apud* MATTOS E SILVA, 2004, p. 298), “a norma se impõe ao indivíduo, limitando as suas possibilidades expressivas, por ser o sistema de realizações obrigatórias sociais e culturais de uma comunidade”.

O olhar sociolinguístico, por defender um conceito de língua diferenciado do até então estabelecido, como um sistema variável formulado a partir dos usos, propõe uma nova abordagem para o debate sobre norma: o arranjo de uma combinação de regras variáveis de determinada comunidade de fala. O que vale dizer que a norma, nesta perspectiva, é sempre plural, por expressar não só a normalidade de usos, como também o entrecruzamento de possibilidades, dependendo de diversos fatores tanto lingüísticos, como extralingüísticos. Assim, segundo Faraco (2008), em uma comunidade lingüística podem ser utilizadas várias normas, e isso ocorre devido à rede de relações sociais presentes em cada comunidade, proporcionando ao falante o domínio – ou, pelo menos, o conhecimento¹⁰ – de várias normas. Independentemente do entendimento sobre norma, Faraco (*op. cit.*) ressalta que toda norma é constituída de uma gramática, que dá organização lingüística aos falantes que as utilizam.

Castilho (2004, p. 30), analisando o ensino formal brasileiro, diz que o entendimento de norma envolve os usos e atitudes de uma classe social de prestígio, “sobre que se erguem as chamadas ‘regras de bom uso’”. Posto assim, segundo ele, faz-se necessário classificar a norma em três categorias: objetiva, subjetiva e prescritiva¹¹. A primeira é a praticada pela classe social de prestígio, envolvendo os falantes com alto nível de escolaridade, mas nem por isso tida como a “melhor”, apesar de ser muito valorizada. A norma subjetiva baseia-se na idéia que o falante tem da norma objetiva, a ponto de ser a exigida pelos falantes de uma comunidade lingüística em determinadas situações, por ser considerada a ideal. E, de acordo com essa suposição, os falantes

¹⁰ Ainda neste capítulo, uma explanação mais detalhada sobre conhecimento e reconhecimento de uma norma.

¹¹ Além dessa distinção, Castilho (2004) aponta outros fatores que marcam a norma: a formalidade/informalidade da escrita e fala, as mudanças no tempo e o espaço geográfico. Em cada uma destas instâncias, há várias normas.

julgam como “corretos” ou não os usos linguísticos. E, por fim, a norma prescritiva, que é a junção das normas anteriores. Ela é impositiva e busca a unificação e a “perfeição” linguística dos falantes. Mesmo assim, alerta Castilho, nenhuma das normas está isenta do fenômeno da variação.

1.4.1 Normas cultas, normas populares e norma padrão

Indo além da sua conceituação, o debate sobre norma vai além: todas as normas vigentes em determinada comunidade sofrem juízos de valor, sendo que algumas são mais prestigiadas que outras. E o critério que mais pesa neste julgamento é, no Brasil, a classe social: numa perspectiva histórica, a norma linguística esteve associada à norma adotada por falantes de nível de escolaridade alto (e, por tabela, de alto nível socioeconômico) – e, por isso, classificada como “cultura”, contrapondo-se ao termo “inculta”, quando se referindo à pessoa não escolarizada e pouco escolarizada¹². Segundo Faraco (2004, p. 40), a norma culta diz respeito a uma determinada dimensão da cultura – a cultura escrita, por ser considerada a “ideal”, mesmo que, na prática, não tenha correspondência com a realidade (e por isso abstrata). Ela designa, então,

uma norma praticada em determinadas situações (aquelas que envolvem certo grau de formalidade), por aqueles grupos sociais mais diretamente relacionados com a cultura escrita, em especial por aquela legitimada historicamente pelos grupos que controlam o poder social.

O conceito de norma culta está intrinsecamente ligado à idéia de “certo” e “errado”, baseado no preconceito linguístico em uma comunidade e “no que aparecia estampado nos livros chamados *gramáticas*¹³”, diz Bagno (2003). Isto porque os gramáticos tinham como modelo idealizado de língua a norma presente em textos literários, “principalmente os grandes estilistas, que também costumavam ser chamados de clássicos”, reforça ele (*op.cit.*, p. 43).

¹² Lucchesi (1994) chama de normas vernáculas e normas cultas o que na literatura se rotula de PB culto ou padrão, por um lado, e PB popular ou não-padrão, por outro, aos dois pólos a que se refere.

¹³ Grifo do autor.

A concepção da norma culta ganhou, nas décadas finais do séc. XX, marcas técnico-científicas. Com base na linguagem empregada pelos falantes pertencentes às camadas sociais mais altas no Brasil, linguistas se empenharam em conhecer a norma empregada por professores e alunos universitários, por eles representarem a parcela da sociedade brasileira com o mais alto nível de escolaridade do país. Trata-se do projeto NURC (Norma Urbana Culta), que teve início dos anos 70 do século passado. Com ele, o emprego da expressão “norma culta” ganhou outras interpretações¹⁴, deslocando a sua conceituação para a idéia de “normativo/prescritivo”, sendo vista como uma das muitas normas existentes na sociedade brasileira (incluindo a fala e a escrita).

As normas rotuladas como populares¹⁵ – ou variedades estigmatizadas – são o conjunto de variantes lingüísticas que não estão presentes nem na fala, nem na escrita dos falantes cultos. Ela predomina nas comunidades rurais, onde é alto o índice de analfabetismo ou o semi-analfabetismo, e em bairros periféricos dos grandes centros urbanos, povoados por uma população imigrante das zonas rurais e não conta com serviços públicos essenciais. Essas normas populares são estigmatizadas, assim como seus falantes, sendo, portanto, abolidas das escolas¹⁶.

É a mesma norma, também, segundo Mattos e Silva (2004a, p. 304), que está presente na fala de alunos da educação básica, pelo maior acesso dos segmentos populares às instituições escolares, “mas também na dos professores que hoje, na sua maioria, por razões históricas conhecidas, também provenientes desses segmentos da sociedade”. Lucchesi (2004a) afirma que as normas populares se formaram desde o período da colonização portuguesa, à medida que a população que não fazia parte da Corte – e todos os seus referenciais culturais – eram desvalorizados. Há, então, espacial e historicamente, um encontro entre a norma culta e popular. Mas, segundo Lucchesi (2004b, p. 81), devem ser levadas em conta, também, questões sociais:

¹⁴ Bagno (2003, p. 65), por exemplo, a denomina de norma de prestígio, termo empregado na literatura sociológica, sendo, portanto, segundo ele, uma construção ideológica.

¹⁵ Segundo Naro e Scherre (2007), as formas lingüísticas de falantes sem prestígio na escala social, distintas do padrão codificadas, são interpretadas como ruptura em qualquer circunstância, mesmo quando estão de acordo com o paradigma codificado.

¹⁶ Bortoni-Ricardo (2004, p.53) afirma que “no *continuum* de urbanização, não existem fronteiras rígidas que separem os falares rurais, rurbanos e urbanos. As fronteiras são fluidas e há uma sobreposição entre esses tipos de falares (por isso mesmo, falamos de *continuum*).

se no decurso do século passado, atenua-se o quadro bem polarizado que predominou nos séculos anteriores, diminuindo os abismos que separavam a fala da elite da fala da população pobre, as marcas dessa polaridade ainda se mantêm; até mesmo porque se conservam as profundas desigualdades sociais que fundamentam a divisão lingüística do Brasil em dois subsistemas distintos: uma norma culta e uma norma popular.

A norma conhecida como norma padrão é a mais valorizada socialmente (mas, na prática, pouco aplicada, mesmo por falantes com alto nível de escolaridade) e por isso, está presente nas gramáticas e, conseqüentemente, nos programas de Língua Portuguesa das escolas, sejam elas públicas ou privadas. Na verdade, a norma padrão é fruto de um esforço de unificar a língua portuguesa falada no Brasil, na tentativa de bloquear as variações e mudanças naturais da língua. O processo de democratização e universalização dos serviços sociais promovidos pelo Estado, que promoveu o acesso à escola para as classes menos favorecidas e que não dominavam a norma culta, não se valeu dessa unificação.

Para Faraco (2004, p. 41), a norma padrão trata-se “de um complexo entrecruzamento de elementos léxico-gramaticais e outros tantos de natureza ideológica”. E que esta norma está intrinsecamente ligada à cultura letrada (que envolve atividades de leitura e escrita, mas toda e qualquer atividade que tenha o processo de escrever em pauta). Bagno (2007, p. 97) diz que, historicamente, o conceito de norma padrão¹⁷, no Brasil,

é portador de um discurso onde se sobressai, muito mais do que uma análise de língua ou mesmo do que a prescrição de formas ‘corretas’ de uso da língua, uma tentativa de selecionar para excluir, não de selecionar umas formas lingüísticas para excluir outras, mas sim de selecionar determinados cidadãos e excluir a grande maioria dos outros.

Possenti (1985, p. 35), a respeito do prestígio da norma padrão, diz:

(...) aquilo que se chama vulgarmente de linguagem correta não passa de uma variedade da língua que, em determinado momento da história, por ser a utilizada pelos

¹⁷ O autor inclui, também, a gramática normativa como portadora do mesmo discurso excludente.

cidadãos mais influentes da região mais influente do país, foi a escolhida para servir de cultura. Seu domínio passou a ser necessário para se ter acesso ao poder.

Mesmo com a expansão da mídia em todas as camadas sociais, o valor dado historicamente à norma padrão ainda não foi colocado em xeque por diversos segmentos. Faraco (2004, p. 48) diz que “o padrão, especialmente após a consolidação do poder dos meios de comunicação, mesmo o escrito, já não pode ser tratado exclusivamente na base da literatura, que, embora importante, é apenas uma das muitas referências”. Segundo Neves (2004, p. 22), o padrão real para as escolas deve ser mantido nas escolas, mas deve ser construído tendo como ponto de partida da língua para o padrão, “isto é, do uso para a norma, e não da norma padrão para a língua, que é o que numa visão acrítica se tem feito”.

Assim, é possível considerar que existem em todas as línguas normas lingüísticas, distintas segundo os níveis sociolingüísticos e as circunstâncias de comunicação. Por isso, os linguistas são desafiados a fazer uma reavaliação do tratamento dado à norma considerada a padrão ou a culta, já que lidar com língua, intrinsecamente, é lidar com variação. Hudson (*apud* MONTEIRO, 2002, p. 51) lembra: “A fala de pessoas de uma mesma classe social, em regiões diferentes, é mais semelhante do que a fala das pessoas de distintas classes sociais numa mesma área territorial”. A partir desta perspectiva e da falsa idéia de unidade lingüística no Brasil, Callou (2007, p. 20) afirma que

a aparente unidade lingüística que permite que os falantes se comuniquem é, por sua vez, composta de uma infinidade de possibilidades. O paradoxo está em que cada falar, mesmo o culto, tem sua norma, variantes que prevalecem estatisticamente, mas que não anulam a ocorrência de outras, tão válidas como as legitimadas pela instituição escolar.

Para uma melhor compreensão dessa relação entre normas lingüísticas em uma determinada sociedade, o pensamento do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1980) é pertinente. Ele parte do pressuposto exatamente desta cultura letrada, que busca para si um *status* de prestígio, reconhecido pela sociedade, mesmo que não haja o conhecimento da norma exigida. Neste debate sobre norma(s) lingüística(s), se faz necessário inserir o conceito de linguagem legítima (ou legitimada) proposto por Bourdieu.

Para ele (*apud* SOARES, 2001, p. 57), a linguagem legítima¹⁸ diz respeito ao uso que “é dominante, mas desconhecido como tal, o que quer dizer que é tacitamente reconhecido”. Ou seja: mesmo que um interlocutor produza o mesmo discurso, mas em uma linguagem não-dominante, ele não terá valor, porque a sua linguagem não é legítima. Soares (2001), transpondo para o ensino o conceito de linguagem legítima apresentado por Bourdieu, diz que toda vez que o aluno procura responder às expectativas do professor é na tentativa de assimilar a linguagem legítima. Mas os alunos advindos de classes sociais menos favorecidas, por mais que se empenhem, não conseguem reproduzi-la, enquanto que alunos de classes mais abastadas, mesmo “errando”, não são estigmatizados.

Aos primeiros, a escola só pode dar, no ensino da língua, o reconhecimento da linguagem legítima: capacidade de identificar certa linguagem como legítima, mas não o seu conhecimento. Para os alunos advindos de classes sociais mais abastadas, a escola, ainda segundo Soares (*op.cit.*, p.63), ao dar reconhecimento da língua legítima, garante o aperfeiçoamento do conhecimento que já possuem da língua legítima. Conclui a autora (*op. cit.*, p. 63):

A escola leva os alunos pertencentes às camadas populares a reconhecer que existe uma maneira de falar e escrever considerada “legítima”, diferente daquela que dominam, mas não os leva a conhecer essa maneira de falar e escrever, isto é, saber produzi-la e consumi-la.

O entendimento sobre norma apresentado por alguns gramáticos normativos torna claro como o reconhecimento e o conhecimento de determinada língua são marcados na escola. Ao explicitar os motivos para a produção de uma gramática, Cunha e Cintra (1985, p.66), por exemplo, afirmam que houve a intenção de criar uma gramática que servisse de “guia orientador de uma expressão oral e escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar *correta para todos*”. E afirmam: “Com efeito, por cima de todos os critérios de correção – aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros – há o critério da aceitabilidade social (...)” (CUNHA, 2001, p. xiii). O autor (*op. cit.*) ainda afirma que existem “várias normas” no

¹⁸ Labov (*apud* SOARES, 2001, p. 59) utiliza o termo “linguagem censurada”, referindo-se a uma língua sujeita a sanções negativas e, na percepção de outros falantes, é “inadequada”. (grifo do autor).

português brasileiro, assinalando a assimetria que há entre elas, determinada por diversas razões históricas.

Relacionando a relação desses termos como o conceito de norma, diz Bourdieu (*apud* SOARES, *op.cit.*, p. 58): “(...) A língua dos gramáticos é um artefato que, universalmente, imposto pelas instâncias de coerção lingüísticas, tem uma eficácia social na medida em que funciona como norma”.

1.5 Escola e o ensino de língua materna

Inegavelmente, o olhar sobre a educação brasileira – e a escola – mudou nos últimos anos, mais precisamente a partir dos anos 80 do séc. XX, com o surgimento de novas abordagens sobre a relação entre escola e sociedade e de novas teorias e concepções sobre o processo de ensino-aprendizagem. Os novos conceitos sobre os fenômenos lingüísticos, no mesmo período, contribuíram para uma reavaliação da prática pedagógica. Por ser vista como instrumento de interação social, a linguagem é formadora de conhecimento, superando, assim, a idéia de língua como um sistema preestabelecido, estático, centrado no código.

Apesar das profundas diferenças que separam as correntes sociológicas que se ocuparam do processo educacional, e que não podem ser ignoradas, existe entre elas um ponto de encontro: a educação constitui um processo de transmissão cultural no sentido amplo do termo (valores, normas, atitudes, experiências, imagens, representações), cuja função principal é a reprodução do sistema social. Isto é claro no pensamento durkheimiano, ao afirmar:

ela [a educação] é antes de tudo o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência. A sociedade só pode viver se dentre seus membros existe uma suficiente homogeneidade. A educação perpetua e reforça essa homogeneidade, fixando desde cedo na alma da criança as semelhanças essenciais que a vida coletiva supõe (DURKHEIM, 1973, p. 52).

Durkheim, como seus seguidores, acreditava que a importância do processo educacional se baseava no fato de que o mesmo tinha como função principal a transmissão da cultura na sociedade. Esta cultura era assim apresentada como única e propriedade de todos os membros que compõem o conjunto social. De acordo com Halliday¹⁹ (1974), porém, o ensino produtivo da língua, em que se privilegia o aprimoramento das habilidades no trato linguístico, tem condições de preparar o aluno para o exercício pleno da cidadania, que passa, necessariamente, pelo amplo domínio de sua expressão verbal, falada e escrita. Portanto, privilegiam-se a prática da língua, os contextos de interação verbal, seus atores – interlocutores – e as condições internas e externas à manifestação linguística.

Segundo Bagno (2004, p. 45), o ensino formal da língua materna passa pela introdução de novos conceitos linguísticos: “A grande missão da educação linguística, neste século, está sintetizada na noção de letramento, isto é, a inserção plena do cidadão no mundo da cultura letrada, por meio da prática ininterrupta e consistente da leitura e da escrita”. Nesse sentido, a escola deveria ser, para ele, o espaço de questionamento de alguns mitos, tais como o que de existe um único modo “correto” ou “certo” de falar: aquele que se aproxima mais da escrita; e o de que a escrita é o espelho da fala e, por isso, seria necessário “consertar” o modo de falar dos alunos. São, portanto, pertinentes as palavras de Pietri (2005, p. 220):

O discurso da mudança no ensino de língua se caracteriza por argumentar quanto à necessidade de mudanças nas concepções de linguagem e de ensino. (...) Esse discurso se inicia, assim, afirmando a necessidade de: i. considerar a diferença entre a língua da escola e a língua das camadas populares que começavam a chegar à escola; ii. considerar a realidade da variação linguística e respeitar a variedade do aluno; iii. relacionar ensino de linguagem e condições socioeconômica, com o objetivo de produzir práticas pedagógicas democráticas e informações produzidas pela Linguística e outras ciências, a fim de alterar as práticas pedagógicas existentes.

¹⁹ Segundo Halliday (1974), há três modos de se ensinar ou abordar uma língua: o prescritivo, baseado na fixação de padrões de prestígio; o descritivo, centrado na análise do modo como o sistema linguístico funciona; e o produtivo, focado no aprimoramento das habilidades linguísticas.

1.5.1 Variação e ensino

Desde que foi introduzido na educação formal, o ensino da Língua Portuguesa no Brasil foi marcado pela transmissão direta da norma padrão. Para a escola, o parâmetro de avaliação do sucesso da aprendizagem do aluno era apenas o “domínio” das regras gramaticais, principalmente no texto escrito, definidas nas gramáticas normativas, mesmo sabendo que, na verdade, esse aprendizado não correspondia ao esperado pelos professores. E todas elas adotavam – e ainda adotam, em sua maioria – um conceito de língua fechado e homogêneo, que levou o professor a acreditar que qualquer outra alternativa do uso da língua era “errada” e totalmente inaceitável.

De certa forma, esse conceito de língua, legitimado por toda a sociedade e pelo sistema educacional brasileiro, só incluiu a norma gramatical²⁰ como única e inquestionável, mesmo que a maioria dos alunos que tinham acesso à escola – e, em especial, ao ensino médio – era basicamente formada por estudantes das classes média e alta. Este privilégio socialmente estabelecido só aumentava as diferenças das variantes lingüísticas utilizadas entre os falantes socioeconomicamente favorecidos e aqueles que não tinham acesso ao ensino formal, gerando preconceito, estigmatização e exclusão da maior parte da sociedade brasileira, inclusive do mercado de trabalho: os brasileiros não-escolarizados eram considerados deficientes lingüisticamente e, por tabela, sem condições de serem selecionados para cargos mais valorizados socialmente. A causa, certamente, dessa diferença se deve ao conceito de língua adotado pela escola, que nega a diversidade e a realidade lingüística de seu público, dando espaço, apenas, à gramática normativa.

Nem mesmo a mudança desse cenário, ocorrida a partir dos anos 70 do século passado, com a chegada maciça da população menos favorecida às escolas de ensino público, alterou o tratamento dado ao ensino da língua portuguesa. As escolas se viram no dever de incutir nesse novo público as regras da gramática normativa, estimulando-o a negar suas marcas lingüísticas. Foi nesse período, também, que começaram no Brasil os estudos sociolingüísticos, que aliavam o ensino da língua materna aos fenômenos sociais, buscando, inicialmente, conhecer, verdadeiramente, o português brasileiro (PB).

²⁰ Não se defende a retirada do ensino da norma gramatical, mas critica-se a sua exclusividade no espaço escolar.

Uma das referências no debate envolvendo variação e ensino é o linguísta Marcos Bagno, que, nos últimos anos, em muitas publicações, apresentou o tema para as faculdades de Letras brasileiras. Diz, em um de seus livros (BAGNO, 2001, p. 157): “Proponho desdobrar dentro da escola o painel multifacetado, complexo e rico da realidade lingüística brasileira e não limitar a oferecer como único modelo a ser imitado: o dos clássicos da literatura”. Ao discutir as implicações sociais e educacionais da mudança conceitual da língua – de prescrição para a descrição lingüística -, Bagno (2002, p. 74) afirma que, do ponto de vista estritamente linguístico,

não existe diferença funcional (nem, muito menos, erro) entre as variantes de um fenômeno linguístico, mas do ponto de vista social, a regra gramatical que não está de acordo com a norma padrão é avaliada negativamente e rotulada de “erro”, rótulo que, automaticamente, é aplicado a todas as demais características físicas e psicológicas, bem como a todos os outros comportamentos sociais do falante que se serve dela.

De acordo com Bagno (1999), o reconhecimento de existência das variedades lingüísticas é fundamental para o ensino da língua portuguesa. A partir dessa ótica, o contexto em que a linguagem ocorre é essencial, pois seu uso é uma prática sócio-histórica e ideológica; é um modo de vida social constituído pela interação. Dessa maneira, ensinar gramática por gramática, para ele, leva a um esvaziamento do ensino de língua e não a um melhor desempenho linguístico. Esse empenho tem favorecido, certamente, a redução de preconceitos lingüísticos, inclusive o preconizado pela escola, que procura negar as realizações lingüísticas que não estão de acordo com o estabelecido pelas gramáticas normativas.

Soares (2001) trouxe para o debate da variação lingüística e ensino o conceito de diferença lingüística, contrapondo-se ao de deficiência lingüística: muitos pesquisadores brasileiros acreditavam que a variação trazida pelos alunos de classes socialmente desfavorecidas expressava uma deficiência cognitiva do falante em dominar a norma padrão, adotada pela escola, desconsiderando todo contexto no qual este público estava exposto. Por conta disso, a variação desses grupos deveria ser totalmente eliminada.

Mattos e Silva (2004), a partir de uma abordagem sócio-histórica, faz um paralelo entre os diversos fatores que contribuíram para a formação do PB e o tratamento dado pela escola às

variações lingüísticas. Um destes fatores, para ela, é a inacessibilidade da maioria dos brasileiros à escola, que os impossibilita de terem conhecimento da norma padrão, tão exigida nos ambientes mais formais. Diz ela:

Até meados deste século²¹, até talvez a década de 1960, à escola chegava uma minoria. A escola dava conta dessa minoria e atendia às expectativas dos segmentos dominantes da sociedade. (...) Hoje, uma grande massa de indivíduos chega à escola, embora só atinja o seu ápice (o Ensino Médio) uma minoria, devido, principalmente, ao célebre funil socioeconômico seletivo e ao fato de que a minoria que é muito numerosa, e, sobretudo, muito mais socioeconomicamente diversificada do que aquela que até a década de 1960 tinha a oportunidade de se sentar nos bancos escolares. (p.74).

Bortoni-Ricardo (2005) oferece significativas contribuições à Sociolingüística educacional, mostrando a necessidade de incluir no ensino de língua materna uma pedagogia sensível às diferenças sociolingüísticas e culturais dos alunos, que exige uma mudança de postura da escola, incluindo professores e alunos – e da sociedade em geral: a descrição das regras variáveis seria uma etapa preliminar e importante.

Tendo como ponto de partida esse pressuposto, a pesquisadora propõe a aplicação de seis princípios que norteariam o ensino de português nas salas de aula: a aquisição da língua deve se dar a partir de estilos formais e monitorados; enfatizar o caráter sociossimbólico das regras variáveis; inserir a variação sociolingüística na matriz social (no caso do Brasil, a má distribuição de renda); reservar os estilos monitorados da língua ao letramento em sala de aula; associar a descrição da variação lingüística à análise etnográfica e interpretativa do uso da variação; promover um processo de conscientização crítica de professores e alunos quanto à variação e à desigualdade social que ela reflete (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 131-133).

Segundo Brasil (2000), o ensino gramatical desarticulado dos usos não se justifica e o trabalho com a gramática não deve se pautar no mito de que existe uma forma correta de falar. Nesse sentido, o estudo da gramática não deveria restringir-se exclusivamente à variante padrão, correspondente à variedade de prestígio, visto esta não ser a única existente. Por este ponto de vista, não é viável que a escola se concentre em apenas um objeto de ensino parcial – na chamada

²¹ A autora refere-se ao séc. XX.

norma padrão, cuja gramática dita as regras, fazendo julgamentos de valor, indicando o certo e o errado.

A rigor, na medida em que a instituição reproduz uma única variedade - ou uma norma “ideal” de língua como padrão – que passa a ser uma língua de referência, medida de comportamento verbal, de correção –, estabelece-se uma imposição, e por isto mesmo restrição nos níveis de consciência em relação a algo que é, de fato, arbitrário. Assim, a norma, na sua compreensão mais restritiva – compreendendo um conjunto de formas resultantes de elaboração de codificação e prescrição (ideal a respeitar), converte-se, institucionalmente, numa forma de pressão.

1.5.2 Brasil e diversidade sociolingüística

O Brasil é um país marcado fortemente pela desigualdade econômica, social e diversidade cultural²². Esse é um traço presente em toda a sua história, desde o período de colonização, tomando formas diferentes no decorrer dos séculos: os pobres ficaram mais pobres, enquanto que os ricos, mais ricos. Os primeiros não tinham – e continuam não tendo – suas necessidades básicas atendidas, como moradia, segurança, educação e alimentação, e quando eram beneficiados por investimentos públicos, os serviços eram de baixa qualidade. Já os brasileiros com maior renda salarial - os das classes média e alta - tinham acesso aos melhores serviços nesses setores, o que lhes dava, cada vez mais, maior capacidade de ascensão profissional e cultural.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (PNAD, 2006)²³, no caso do rendimento das famílias situadas nos quatro primeiros décimos da distribuição de renda (as 40% mais pobres), o valor médio era R\$ 147,00, ou pouco menos de ½ salário mínimo

²² No aspecto da desigualdade na distribuição de renda, o Brasil é uma das nações mais injustas, superada apenas por Serra Leoa, na África, em uma lista de 130 países (LUCCHESI, 2004b).

²³ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Todos os dados percentuais foram extraídos do site www.ibge.org.br, sendo parte de pesquisa realizada em 2006, intitulada *Síntese dos Indicadores Sociais 2007 - Uma análise das condições de vida da população brasileira*.

daquele ano. No último décimo, o rendimento alcançou quase R\$ 2.678,00, ou seja, 18 vezes mais. Considerando o conjunto de cerca de 565 mil famílias, correspondente a 1% mais rico, o rendimento médio era de R\$ 7.688,00 *per capita*. Enquanto isso, aproximadamente 70% da população brasileira ganham até três salários mínimos, apenas 18% ganham mais que este valor.

Esta realidade reflete a situação no que tange a educação e o trabalho. O rendimento das famílias tem maior influência no início da vida escolar das crianças (creche e pré-escola) e no Ensino Médio (EM) (15 a 17 anos), sendo menos sentida no ensino fundamental (6 a 14 anos), que é obrigatório e está praticamente universalizado. Entre os 20% mais pobres, 72,7% estavam matriculados no EM, enquanto entre os 20% mais ricos, eram 93,6%. Quando se considera o percentual de jovens entre 18 a 24 anos que estudavam, 51,5% das famílias mais ricas representavam mais que o dobro daqueles das famílias mais pobres (24,6%).

Mais da metade (50,6%) dos jovens entre 18 e 19 anos trabalhavam, dos quais apenas 20% conciliavam o trabalho com os estudos. O percentual de homens nessa faixa de idade que trabalhavam (60,8%) era superior ao das mulheres (40,5%). Dedicavam-se aos afazeres domésticos 17,2% dos jovens. Já no grupo de 20 a 24 anos, 64,4% trabalhavam e destes apenas 14,7% trabalhavam e estudavam. Mais da metade (54,5%) dos jovens trabalhadores entre 16 anos (idade a partir da qual o trabalho é permitido no país) e 24 anos recebe até um salário mínimo e cumpre uma jornada de 40 a 44 horas semanais.

Estes números mostram que, nos últimos 15 anos, houve significativa mudança no quadro social brasileiro, fruto, principalmente, de investimentos em programas sociais, promovidos pelo governo federal, o que proporcionou a entrada de milhões de brasileiros – crianças, jovens e adultos – nas escolas. Em estudos referentes à diversidade lingüística e ensino, Geraldi, Silva e Fiad (1996, p. 310) afirmam:

a realidade social e educacional brasileira dos últimos 20 anos fez com que um conjunto de reflexões sobre a linguagem, escola e sociedade se tornasse mais freqüente e conseqüente. (...) Destacamos a questão da democratização da escola pública e do público que passa a freqüentá-la, falante de variedades lingüísticas distintas da que a escola considerava correta.

Mas essa alteração dificilmente está longe de se tornar a ideal, pois a qualidade da educação proporcionada não conseguiu, na maioria das vezes, garantir um preparo profissional e social aos alunos. Os índices de desistência e evasão escolar bem demonstram este fato, mas que não foram fortes o suficiente para a promoção de mudanças significativas nas iniciativas públicas. Esse fosso social repercute de forma significativa em todos os níveis, e particularmente na educação. As altas taxas de repetência no Brasil ainda poderiam ser justificadas se os jovens chegassem ao final do EM com um bom nível de ensino, mas as avaliações internacionais mostram que isso não acontece de fato. Como afirma o relatório analítico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2004):

Em nível quantitativo, os dados foram surpreendentes nos últimos anos, com a política de acesso maciço da população mais pobre às escolas, o que possibilitou que mais de 65% da população de 7 a 14 anos estivessem matriculados no ensino de 1º grau, o que significa que 30% de brasileiros estavam fora da sala de aula. Apesar de a evasão escolar ainda ser um problema no ensino fundamental, o número de alunos que abandonam o ensino médio chama mais a atenção. Segundo o censo escolar 2005 do Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), do total de alunos que se matricularam no Ensino Médio, 18% não concluíram os estudos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004.

1.6 Brasil, educação e ensino médio

Apesar de ser alvo principal dos programas públicos nos últimos anos, especialmente a partir do final da década de 90 do século passado, o EM passa por uma crise, que exige uma reflexão séria, lançando luzes que mostrem algumas alternativas de solução. Mesmo considerado parte da educação básica, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), o EM hoje é visto como um “gargalo” no processo educacional brasileiro. Mesmo com um aumento considerável no número de matrículas, os jovens que conseguem terminar os três anos obrigatórios desse nível de ensino não estão qualificados satisfatoriamente para o ingresso no mercado de trabalho, nem para o ensino superior. Em números, esse quadro torna-se mais claro, possibilitando uma análise de um problema que tem atingido até a economia brasileira.

Nos últimos dez anos houve um crescimento no atendimento do EM em proporção maior que nos outros níveis de ensino: de 1991 a 2000, as matrículas no EM cresceram 117,31%, enquanto as matrículas do ensino fundamental cresceram em 22,31%. Em 2002, eram 8.710.584 jovens e adultos matriculados neste nível de ensino. Apesar desse crescimento, a rede ainda é bastante incipiente quanto à sua oferta: em 2000, apenas 40,1% da população com mais de 14 anos freqüentavam o EM.

O crescimento das matrículas incidiu, sobretudo, na escola pública e no período noturno, pois a maioria desse novo alunado precisa, por motivos de sobrevivência, conciliar trabalho e estudos. No Brasil, 57% dos alunos de EM estudam no período noturno; nos estados do Nordeste, 80%. Isso significa a chegada dos jovens trabalhadores a esse nível de ensino, tradicionalmente um espaço das elites. Observa-se, portanto, que um grande número de jovens tenta conciliar sua vida com trabalho e escola. Em 2002, 51,1% dos que participaram do ENEM estavam inseridos no mercado de trabalho e 19,5% estavam procurando emprego. Entre os que trabalhavam, 46,1% ingressaram no mercado quando tinham entre 14 e 16 anos, e 16% antes dos 14 anos. Apesar de toda a expectativa dos jovens em relação à escolaridade como forma de acesso ao mercado de trabalho, os altos índices de desemprego registrados nos últimos anos acirram ainda mais o debate sobre a identidade e a função do EM (IBGE, 2004).

Dados de pesquisa realizada pelo INEP/MEC e pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM)²⁴, em 2003, mostram que as mulheres apresentaram uma superioridade numérica em relação aos homens. Nesse ano, o índice de matrículas no Ensino Médio é de 54% para as mulheres e de 46% para os homens, mas o crescimento das matrículas neste nível foi de 58% em ambos os sexos, no mesmo período. Os índices dessa pesquisa indicam também não apenas o aumento no tempo de estudo da população jovem, mas ainda um retorno de grupos de mais idade à escola.

E como entender estes números? Esse nível de ensino oscila entre os objetivos de oferta de ensino profissionalizante com caráter de terminalidade ou a oferta do ensino básico voltado ao prosseguimento dos estudos em nível superior. De acordo com a LDB, o EM é considerado como uma etapa final da educação básica. Suas principais finalidades, conforme a Seção IV, art. 35º,

²⁴ Dados consultados no endereço eletrônico <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>. Acesso em 25 out. 2008.

são três: consolidação e aprofundamento do educando no prosseguimento dos estudos; preparação básica para o trabalho; compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Com o intuito de manter o cidadão (mais especificamente, aqueles das classes mais pobres, que freqüentam as escolas públicas) inserido no mundo do trabalho, a legislação educacional brasileira determina que os currículos articulem princípios pedagógicos capazes de conjugar a complementaridade com as necessidades de prosseguimentos dos estudos com a preparação para o trabalho e com o exercício da cidadania. Mas, hoje, quem são estes que estão chegando ao EM? O que eles buscam? Para Nunes (2002, p. 16),

o ensino médio se destina aos jovens que aspiram a melhores condições de vida e de emprego e aos adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com a vida escolar mais acidentada. Trata-se de uma população heterogênea, cujo número cresce aceleradamente, segundo indicadores demográficos, e que necessita ser incluída no sistema escolar num momento em que ocorrem escassas oportunidades de trabalho e a crescente competitividade pelos postos existentes.

No que diz respeito ao trabalho, historicamente, as políticas referentes à educação sempre foram conflituosas e marcadas de problemas até hoje não resolvidos, mas sempre com o objetivo de formar mão-de-obra para o mercado de trabalho. E as muitas reformulações curriculares e pedagógicas para o EM tiveram essa intenção, mas os fatos e os resultados mostram que o fosso entre a realidade dos estudantes – sejam eles adolescentes, jovens ou adultos – e a configuração do mercado de trabalho atual, intermediadas pela escola, não foi resolvido. Na verdade, só aumentaram as dificuldades. Fogaça & Salm (2006, p. 6) analisam o problema relacionado à educação e trabalho no Brasil, concluindo que

Ademais, ocorre que, na verdade, a questão educacional no EM não mobiliza a sociedade brasileira. Nossa tradição é de uso da educação escolar como fator de diferenciação entre os segmentos sociais, de legitimação das hierarquias sociais e, com isso, de manutenção das desigualdades. E isto pode ser analisado sob dois aspectos: o primeiro, mais geral, é que (i) apesar dos avanços democráticos obtidos, e eles de fato existem, nossa sociedade ainda está calcada na idéia de que todos somos iguais, mas uns são mais iguais do que os outros, ou de que existem brasileiros que "naturalmente" merecem ter todas as oportunidades, e outros que "naturalmente" não merecem. O

segundo aspecto diz respeito ao empresariado e às hierarquias empresariais, que ainda consideram que a escolarização do trabalhador é dispensável, quando não um desperdício. Daí se explica a inércia dos poderes públicos diante do fraquíssimo desempenho do sistema educacional e das evidências de que grande parte dos problemas sociais que temos está associada à baixa escolaridade.

Esses fatos delinham, também, quase que literalmente, a realidade do EM brasileiro: um filho bastardo do ensino fundamental, como afirma Souza (1999, p. 24), pois nunca, na história da educação, ele teve a atenção devida necessária nos programas educacionais, talvez por tratar-se de um nível de ensino que até recentemente somente adolescentes e jovens das classes média e alta tinham acesso. Hoje, o EM funciona em grande parte à noite, sem laboratórios, sem computadores, sem as condições mínimas para ser realmente um nível de ensino que possa agregar conhecimento e habilidades.

Entretanto, ainda que já fosse considerada uma conquista a inclusão na educação básica pública do chamado segundo grau, na época ainda almejava-se, em certas esferas ideológicas, sobretudo “(...) não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime” (LOPES, 2006, p.76). Percebe-se, então, que estes jovens, apesar de terem a chance de estudar, não obtêm com a educação um benefício social correspondente. Assim, a instituição escolar, nas palavras deste autor, se torna fonte de uma imensa decepção coletiva: “Essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua à medida que se avança em sua direção (BOURDIEU, *apud* NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002, p. 221).

Para Bourdieu (1980), as novas formas de inclusão propostas pelas reformas educacionais terminam por incluir excluindo. Nesse artigo, ele diz que a expansão do ensino e a permanência na escola de crianças e adolescentes que antes não tinham acesso à educação formal criam um novo fenômeno: o acesso dessa população à escola e até a um diploma que não lhe oferecem nenhum tipo de garantia. Os investimentos, os gastos e o sacrifício que alunos das camadas populares fazem para estudar, muitas vezes, para o autor, resultam em um diploma desvalorizado e que apenas reforça o estigma social vivenciado por esse segmento social.

Sendo assim, já deveria ser consenso geral que essa etapa de ensino nas escolas públicas, ao mesmo tempo em que deve se preocupar com a formação do cidadão, não pode esquecer a existência de exames, dentre eles os vestibulares. A possibilidade de acesso às universidades públicas pelos alunos das “classes menos favorecidas” é indispensável para considerar uma relação, ainda muito difícil de ser atingida, de igualdade entre o ensino público e o privado.

1.6.1 Ensino médio e o turno noturno

No Brasil, 57% dos alunos de Ensino Médio estudam no período noturno; nos estados do Nordeste, 80%; na Bahia, 42%. Isso significa a chegada dos jovens trabalhadores a esse nível de ensino, tradicionalmente um espaço das elites. A rede pública estadual de ensino na Bahia atende a 93% dos alunos que estão entre 15 e 17 anos, dos quais apenas 26% estão nesta faixa regular no EM. Os demais estão em situação de distorção idade/série, principalmente os estudantes do turno noturno, devido às necessidades de se sustentar e/ou sua família (BAHIA, 2005, p.17).

Por estes números, ficam mais compreensíveis títulos de livros, recentemente lançados no Brasil, que trazem a público análises, com os mais diversos enfoques, sobre o ensino médio noturno no Brasil: *Ensino médio: a travessia para a esperança* (LATERZA, 1994); *Salto na escuridão* (BUENO, 1998); *A claridade da noite: os alunos do ensino noturno* (FURLANI, 1998). Aparentemente poéticos, eles traduzem, com nitidez, a situação em que se encontra essa etapa da educação básica brasileira. No ano de 2002, foram 4.235.633 alunos matriculados no curso noturno e 3.533.566 no período diurno.

Por serem mais intensos que os do diurno, os problemas estruturais do ensino noturno permanecem sem o devido equacionamento, fazendo com que as parcelas da população que não têm a alternativa de migrar para o período diurno permaneçam desassistidas. Mesmo sendo em maior número na Bahia (conforme quadro abaixo), por exemplo, existe a recorrente denúncia do turno noturno se constituir em uma escola de pior qualidade, péssimas condições de trabalho, com percentuais de sucesso inferiores ao diurno.

Tabela 1**Matrícula Inicial no Ensino Médio por Série e Turno, Bahia - 2007, Rede Estadual**

Turno	Séries				Não seriado	Total	
	1 ^a	2 ^a	3 ^a	4 ^a		Absoluto	(%)
Matutino	85.187	58.490	45.781	1.197	546	191.201	32,7
Vespertino	72.757	47.425	36.327	1.093	655	158.257	27,0
Noturno	83.444	73.919	75.701	191	2.697	235.952	40,3
Total	241.388	179.834	157.809	2.481	3.898	585.410	100,0

Fonte: <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/alunos.htm> (BAHIA, 2006).

Como se vê, na tabela acima, há uma maior concentração de alunos no turno noturno, seja no sistema seriado, seja no não-seriado, representando, no total, 42% do contingente de alunos no ensino médio que freqüentam escolas da rede estadual de ensino. Dois motivos podem explicar estes dados: o exercício de uma atividade profissional paralelamente aos estudos e o número considerável de alunos que estão fora da faixa etária própria para este nível (15 a 17 anos)²⁵. Estes números também revelam o fenômeno da evasão escolar, no decorrer dos três anos, nos três turnos: em média, 35% dos alunos desistem antes de concluir os três anos regulamentares. Esta queda, porém, é menos intensa entre alunos do turno noturno: 82% deles concluem o EM. No turno matutino, por exemplo, este índice chega a 57%.

²⁵ A rede pública estadual de ensino na Bahia atende a 93% dos alunos que estão entre 15 e 17 anos, dos quais apenas 26% estão nessa faixa regular no EM (cf. seção 1.7, desta dissertação).

2 CONCORDÂNCIA VERBAL: TRADIÇÃO GRAMATICAL, PESQUISAS SOCIOLINGÜÍSTICAS E LIVROS DIDÁTICOS

Etimologicamente, o termo *concordância* significa ‘ter o mesmo coração, ser de um só coração’ (do latim *cum corde*, literalmente ‘com o coração’) (CUNHA, 2007). A teoria gramatical adotou o termo, já que ele pode ser visto como uma metáfora que aponta para a intenção de conciliar, harmonizar uma idéia, uma sentença. Para o latim, a concordância tinha importância fundamental, pois a uniformidade na informação entre elementos da sentença era uma das principais maneiras de expressar relações gramaticais, na ausência de padrões fixos de palavras.

A concordância entre os termos oracionais pode ser nominal – o adjetivo, o artigo, o pronome e o numeral concordando com o substantivo –, ou verbal – concordância do verbo com o sujeito em número.²⁶ Este fenômeno linguístico, entre os de caráter sintático, é considerado de grande importância entre linguistas, por indicar a relação entre os termos, garantindo, inclusive, a coesão textual. Segundo Roca-Pons (*apud* BACCEGA, 2002, p.5), o termo concordância é relativamente adequado para esse fenômeno, pois

se concordância significa pôr-se ou estar de acordo em algum aspecto, as condições em que ela se realiza deveriam ser iguais para os termos que “concordam”. No entanto, um deles é o que impõe a concordância a que tem de submeter-se o termo menos importante.

Baccega (2002, p. 7-8) inclui na conceituação do termo ‘concordância’, numa perspectiva semântico-sintática, os contextos de uso nos quais os falantes estão inseridos. Por exemplo: sentenças como “*O povo saiu às ruas / O povo saíram às ruas*” mostram que a primeira sentença, aceita pela gramática normativa como “correta”, mostra que o emissor vê o povo como um todo

²⁶ Esta pesquisa restringiu-se à concordância de número entre o sujeito e o verbo.

indivisível. A segunda, ao contrário, carrega a idéia de que o povo é constituído por numerosos indivíduos; daí a concordância no plural. Para ela,

a concretude de cada texto exige procedimentos diferenciados. Nem sempre – ou quase nunca – as regras gerais são suficientes para que o emissor expresse adequadamente as suas idéias. Nesse sentido, a concordância verbal é menos uma questão de gramática normativa que de estilística.

Para a autora, a concordância verbal no português do Brasil é um fenômeno variável: "Na gramática do português brasileiro, ela se apresenta como uma regra variável, detectada, em especial, através das marcas visíveis da morfologia flexional, ou através da ausência dessas marcas" (*op. cit.*, p.83). Para Naro e Scherre (2007, p. 155), "a variação na concordância representa uma deriva latente, de longo prazo, documentada até mesmo antes da fase clássica do latim e das línguas européias que o precederam". Diante dessas informações, acredita-se que o ensino da concordância verbal precisa, então, considerar essa variabilidade das regras nos usos do português do Brasil.

No contexto escolar, o estudo da CV é um fenômeno inserido, tradicionalmente, na sintaxe de regência, e é neste tópico que ela se encontra na maioria das gramáticas pedagógicas brasileiras. E o critério gramatical torna-se o único item possível avaliar a sua aplicação. É preciso, segundo Baccega (*op.cit.*, p.12), "evidenciar os procedimentos que a própria língua faculta e que colaboram com o aluno na clareza e eficiência de sua capacidade de comunicação". Um desses procedimentos, de acordo com Perini (1995), compreende a idéia de sintagma, atribuindo-lhes função sintática. Para explicar casos de CV considerados como violação (ou erros) de concordância, o autor explica que devem ser utilizados procedimentos de rotulações – relações estabelecidas na sentença com sujeito; objeto direto, objeto direto não topicalizado e outros recursos que funcionam como filtro e servem para explicar porque algumas sentenças não são aceitáveis no PB.

Perini (1996) parte do pressuposto de que o fenômeno da CV não é simples, mas apresenta uma série de problemas tanto teóricos quanto de aplicação aos dados. Para ele, não

existe propriamente a violação em CV, e que as possíveis sentenças tidas como inaceitáveis são explicadas por outros meios, que a GT não inclui, como as regras de restrição de transitividade e de caso, pois elas atuariam como filtros que não deixariam passar por frases que apresentassem algum tipo de má formação. Assim, as ocorrências levantadas em nosso *corpus* referentes à falta de aplicação da concordância verbal são, pela maioria dos autores dos livros utilizados nas escolas brasileiras, consideradas inaceitáveis, uma vez que não apresentam harmonização ou conformidade entre o sujeito e o verbo.

Além desses instrumentos de análises – a compreensão do uso da concordância verbal, assim como de outros elementos linguísticos e estilísticos –, é preciso incluir a teoria da variação, adotada pela Sociolingüística. Embora a CV possa parecer desnecessária para alguns, ela apresenta características marcantes de um recurso linguístico de harmonia e estilo de uma língua e, mesmo que desapareçam algumas de suas marcas, outras poderão permanecer em algumas comunidades de fala e desaparecer, total ou parcialmente, em outras. Dessa maneira, pode ser expressa com muitas variantes, como comprovado em pesquisas realizadas com o PB. A conclusão de Aires (2003, p. 28), ao analisar textos escritos e orais de alunos de escolas públicas, no interior paulista, ratifica as marcas de variação na aplicação das regras de CV: “Em tese, a regra padrão de concordância do verbo com o seu sujeito, tanto na língua falada quanto na língua escrita, estaria passando por um processo de mudança ou quase eliminação na gramática popular”.

Scherre e Naro (1993) ressaltam que, tradicionalmente, tem-se recorrido à economia lingüística²⁷ para explicar a variação em fenômenos que envolvem a repetição de marcas formais, com a mesma informação, em pontos diversos das estruturas em que ocorre a concordância. Considerando-se as variáveis que se revelarem significativas para o cancelamento da concordância e aquelas que se mostrarem de importância secundária, Vieira (2007) recomenda o estabelecimento de contextos em que o falante tenderia mais à CV. Todos eles afirmam também que o PB mantém as estruturas preservadoras de informação quanto as mantenedoras de

²⁷ Este mecanismo linguístico tem compreensão distinta por gramáticos normativos. Barros (1985), por exemplo, em sua *Nova Gramática da Língua Portuguesa*, afirma que “a redundância das marcas de plural entre o sujeito e o verbo pode ser compreensível (...), mas como a linguagem do nosso povo foge da redundância, é nosso dever corrigir o falar popular, pois ela [a redundância] se impõe ao bem falante, pois faz parte da estrutura de nossa língua” (p. 265).

redundância, sendo que as estruturas mais favorecedoras são as do tipo mais redundante, principalmente nas áreas urbanas.

Neste debate, percebe-se que o tratamento e o entendimento dados à concordância verbal no Brasil vêm passando por profundas alterações, que, segundo Lucchesi (2006, p. 94), “é um processo complexo, que reúne um conjunto de mudanças lingüísticas independentes e provavelmente de naturezas distintas, em função das igualmente distintas correlações sociolingüísticas subjacentes a cada uma dessas mudanças”²⁸. Essas reflexões priorizam o aproveitamento dos estudos linguísticos para uma prática de ensino pautada nos usos reais, depreendidas dos diversos contextos de uso da língua.

2.1 Concordância verbal na tradição gramatical

A gramática tradicional (GT), como o nome diz, tem suas raízes na tradição. E todas as línguas possuem uma gramática, mesmo as línguas ágrafas, pois uma de suas funções é a normatização das convenções estabelecidas por determinada comunidade. Algumas delas, porém, excluem reflexões sobre usos linguísticos, contextos de fala, historicidade. Muda, também, o olhar que uma comunidade lingüística lança sobre ela: como um conjunto de regras imutáveis, únicas e categóricas, como sendo “a alma de um corpo (...) a doutrina que dá alento, vigor e *existentia* ao ser, ao objeto, que é a gramática normativa”, esclarece Bagno (2001a). A gramática de uma língua também pode ser entendida como um componente constitutivo da língua, dentre outros, flexível, mesmo apontando para uma normatização dentre outras. E a análise da concordância verbal está presente se não em todas, mas na maioria das gramáticas. Antunes (2004) diz que

a atividade verbal, na sua dupla modalidade de fala e escrita, implica, necessariamente, o saber gramatical. Ou seja, toda atividade se realiza a partir de padrões estabelecidos por uma gramática, mesmo que os usuários da língua, por acaso, não tenham conhecimento explícito das regras que utilizam.

²⁸ Uma destas mudanças apontadas por Lucchesi (2006) é a perda das marcas flexionais de pessoa na morfologia verbal no português brasileiro, com a substituição do *nós* por *a gente*.

Como se constata, as gramáticas normativas diferem umas das outras, “apresentando mudanças ao longo do tempo, quando comparadas no nível do gênero literário, e também variações idiossincráticas quando comparadas entre si como obras individuais”, conclui Bagno (*op. cit.*, p. 15). Historicamente, estipulou-se que a presença de CV é a mais recomendada, enquanto que a ausência da marca de CV é a errada e não apropriada. E este modelo gramatical se consolidou por muitos anos no Ocidente, com base na escrita, se tornando uma tradição viva, “e não apenas um mecanismo linguístico que permite enunciados aceitáveis”, como lembram Casevitz e Charpin (2001, p. 51). E o Brasil também ainda se utiliza de uma gramática calcada em fundamentos prescritivistas e normativos, cuja contribuição da escola foi indispensável para que ela fosse eleita como a que deve ser aprendida pelos alunos.

Os usos linguísticos influenciados pelos contextos sociais e de enunciação, por exemplo, estiveram ausentes dos conteúdos das aulas de Língua Portuguesa e eram rotulados como inaceitáveis pelos professores, que tinham como referência de ensino alguns gramáticos brasileiros, que expressavam, em suas obras, a mesma lógica dos grandes escritores literários. Neste debate, segundo Faraco (2008, p. 94), os gramáticos e dicionaristas brasileiros têm optado por uma atitude equilibrada e ponderada, “por eles saberem que ela [a gramática] é mutante e heterogênea e, por isso, não pode ser reduzida a enunciados dogmáticos. Eles recomendam tendências já consolidadas, em maior ou menor grau, no uso social”.

2.1.1 Napoleão Mendes de Almeida

A *Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, de Napoleão Mendes de Almeida (ALMEIDA, 1999), apresenta uma síntese do conhecimento produzido por seus antecessores. Quanto à CV, Almeida (*op.cit.*, p. 441) a define

como o processo sintático pelo qual uma palavra se acomoda, na sua flexão, com flexão de outra palavra de que depende. Essa acomodação flexional pode efetuar-se quanto ao gênero, quanto ao número e quanto à pessoa. Devem concordar, ou acomodar, na oração o verbo, que concorda com a palavra que funciona como sujeito.

Em casos de sujeito composto posposto ao verbo, o autor admite mais de uma possibilidade, mas a sua justificativa expressa um tom excludente, baseando-se também em escritores renomados. Diz ele:

Preste atenção o aluno aos dizeres da regra: ‘... *poderá* o verbo...’ Não há obrigação de ficar no singular o verbo; preferem muitos pô-lo no plural, talvez por temor de críticas de ignorantes em assuntos gramaticais. Segundo Cândido de Figueiredo, o verbo anteposto aos sujeitos deve ficar sempre no singular, mesmo nos casos em que os últimos elementos do sujeito estejam no plural (“*Morreu* Pedro e todos os que lá estavam”), porque assim exige a índole da língua e a prática dos melhores mestres (*op. cit.*, p. 449).

Em casos de concordância verbal com sujeito coletivo, Almeida discorda totalmente de Baccega (2002), que entende que sentença como “o povo saíram às ruas” tem explicação semântica. Para Almeida (1999, p. 442), “tal sintaxe não é, porém, para hoje ser imitada. (...) Não há quem nos obrigue a aceitar hoje, por certas, construções como estas – *o povo aplaudiram* – por repugnantes ao ouvido e ao gosto de todos”.

2.1.2 Rocha Lima

Com o intuito de ensinar como se deve usar o português, Rocha Lima (2002) remete às origens da disciplina gramatical. Ele apresenta uma noção de língua como um sistema único: “[A língua] é um sistema: um conjunto organizado e opositivo de relações, adotado por determinada sociedade para permitir o exercício da linguagem entre os homens” (2002, p.5). Este gramático demonstra estar de acordo com as definições de Almeida, por considerar a língua como um fator que permite a realização da linguagem, afirmando que a língua é um instrumento de comunicação geral, aceito pelos membros de uma coletividade. Ele ainda pontua que há uma dicotomia entre o que chama de diferenciação e unificação da língua, já que, embora cada indivíduo apresente um

estilo (a seleção por ele feita a partir dos recursos da língua), a língua não se desfigura, não perde suas características gerais.

Quanto à CV, Rocha Lima (2002, p. 77) diz que este fenômeno é um campo muito vasto, “em que constantemente entram em conflito a rigidez da lógica gramatical e os direitos superiores da imaginação e da sensibilidade do falante”. Razões de ordem psicológica ou estética, segundo Rocha Lima, colocam em xeque as normas que a disciplina gramatical estabeleceu por “boas e inevitáveis” (*op. cit.*). Como exemplo, este gramático admite que existam concordâncias facultativas quando o sujeito está próximo do verbo e em casos particulares (sujeitos formados por expressões ‘nem um, nem outro’ e ‘um dos que’, dentre outros).

2.1.3 Evanildo Bechara

Bechara (2001, p. 430), quando se dedica a conceituar língua, apresenta duas possibilidades: a língua histórica e a língua funcional. Assim, a língua seria um produto histórico e, ao mesmo tempo, uma unidade idealizada, devido à impossibilidade de alcançar, na realidade, uma língua que se quer homogênea, unitária. Este gramático também considera que a língua nunca é um sistema único, mas um conjunto de sistemas, que encerra em si várias tradições: uma mesma língua apresenta diferenças externas, seja no espaço geográfico, no nível sociocultural e no estilo ou aspecto expressivo. Importante destacar que, para Bechara, uma língua nunca está plenamente pronta, mas se faz continuamente, devido à atividade extralingüística.

Bechara (*op.cit.*) conceitua, então, o fenômeno da CV “como uma adaptação da palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada”. Ele acrescenta uma subdivisão a esse conceito: o de CV de palavra para palavra e CV de palavra para sentido. No primeiro caso, são empregadas as regras mais usuais e apresentadas na maioria das gramáticas normativas, enquanto no segundo caso, seriam empregadas as regras nas quais estariam envolvidos o bom gosto e o estilo individual, principalmente na língua escrita. Ele ainda destaca as ocorrências de silepse de número como um caso de "concordância de palavra para sentido" (p.555). Segundo o autor:

Quando o sujeito simples é constituído de nome ou pronome que se aplica impõe apenas a condição estética, uma vez que soa geralmente desagradável ao ouvido, construção do tipo: “*O povo trabalham*” ou “*a gente vamos*”. Se houver, entretanto, distância suficiente entre o sujeito e o verbo e se quiser acentuar a idéia de plural do coletivo, não repugnam à sensibilidade do escritor (...) (op. cit., p.431)

2.2 Concordância verbal e livros didáticos do Ensino Médio

Cunha (2001), Cunha e Cintra (1985) e Nicola & Infante (1997) – referências principais dos livros didáticos destinados ao Ensino Médio – são unânimes na conceituação de CV, como sendo a solidariedade entre o verbo e o sujeito, apenas. Isto é, o verbo varia para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito. Para esses estudiosos, a CV tem como consequência evitar repetições do sujeito que pode ser indicado pela flexão verbal a ele ajustada, mas fica evidente que, para estes autores e tantos outros, a conformidade morfológica do verbo com número e pessoa do sujeito deve ocorrer sempre, independentemente do contexto enunciativo, sob o argumento que a sua ausência foge à regra geral.

Como se vê, o tratamento dado à concordância verbal nas escolas tem relevância significativa, por elas estarem preocupadas em estabelecer normas da “arte de falar e escrever corretamente. Esta opção anula, sistematicamente, a realidade real da língua – com sua variabilidade, inclusive em fenômenos tão valorizados socialmente, como é o caso da concordância verbal. Neste assunto, o ensino das regras básicas de pluralização verbal, a depender do sujeito. E o aluno do EM, cujos horizontes estão voltados para a inserção no mercado de trabalho (principalmente, para estudantes da classe menos favorecida), ou para níveis de ensino mais avançados, como universidades (para estudantes de classes mais favorecidas, principalmente), acredita que a língua se limita, apenas, a uma norma, e esta está alheia a fatores que dizem respeito aos contextos de uso, por exemplo.

2.3 Estudos sociolingüísticos sobre a concordância verbal

A variação na concordância de número no português falado do Brasil tem sido amplamente documentada nos últimos anos. Seja na fala de pessoas com pouca escolarização ou entre pessoas de níveis de escolarização mais altos, tanto em áreas urbanas quanto em áreas rurais, de norte a sul do país. O estudo da concordância verbal de número na escrita contemporânea tem propiciado uma análise mais generalizante de restrições lingüísticas relevantes para a variação na fala e na escrita.

Souza (1981), em dissertação de mestrado, na Universidade Federal da Bahia, analisou as relações existentes entre a presença/ausência de marca de plural no sintagma verbal e os fatores lingüísticos e sociais, detendo-se nas variáveis posição do sujeito e escolaridade de falantes em Salvador (BA). Ela demonstrou que, com o sujeito à direita do verbo, a concordância ocorre menos e os menos escolarizados fazem bem menos concordância, mas os contextos em que ela ocorre menos são os mesmos. Na pesquisa, ela percebeu que, com os sujeitos ‘zero’, tanto os menos escolarizados quanto os mais escolarizados fazem menos concordância. Apesar disso, há grande diferença de percentual entre os grupos.

O sociolinguista Anthony Naro produziu um estudo, também em 1981, sobre a variação na concordância verbal com base em dados do *corpus do MOBRAL*. Na sua pesquisa, ele afirma que “uma única marca de plural explícito é quase categórica no estilo mais relaxado das classes de nível socioeconômico mais baixo” (*apud* MATTOS E SILVA, 2003, p. 64). Em seguida, ele admite que “o uso da concordância em alguns falantes semi-escolarizados passa por um processo de mudança sintática na direção de um sistema sem concordância” (*op. cit.*, p.65).

Dez anos mais tarde, Naro e Scherre (1991) fizeram uma comparação entre esses dados e outros resultados, tendo como *corpus* o Censo Sociolingüístico do Rio de Janeiro. Dizem eles, a propósito da interferência da escolaridade no processo de uso das regras relativas à concordância: “Surpreendentemente, o sistema educacional parece funcionar, mas é melhor ter em mente que nossos resultados mostram tão-somente uma correlação e não necessariamente uma causa” (p. 15).

Lucchesi (2000a), ao estudar a variação lingüística entre falantes de uma comunidade rural afro-brasileira baiana, inferiu que, no que concerne ao uso da regra de concordância verbal nesse grupo, a frequência de uso da CV está aumentando em função da influência dos padrões de comportamento lingüístico externos à comunidade. Para ele, a primeira e principal evidência disso está na gradação etária da variável na estrutura social. Ou seja, os membros mais jovens da comunidade (20 a 40 anos) usam mais as regras do que os membros mais velhos.

Isso se explica pelo fato de que os mais jovens, em média, têm franco acesso à educação pública, saem com regularidade da comunidade para trabalhar em cidades com maior nível de urbanização, têm como opção principal de lazer a televisão e o rádio, tendo, assim, mais possibilidade de aplicar a regra gramatical. Além disso, ele afirma que, nas comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, os homens tendem a usar mais a regra de CV do que as mulheres, porque normalmente são eles quem têm mais contato com o mundo exterior.

Resultados obtidos em pesquisa de Vieira (1995) revelaram as variáveis significativas para o cancelamento da CV e aquelas que se mostraram de importância secundária entre falantes que usam dialetos populares no norte fluminense. Segundo a pesquisadora, esses dados, expostos na íntegra, no quadro abaixo, a partir de oposições, podem ajudar a traçar algumas diretrizes para o ensino da CV.

Quadro 1
Variáveis favorecedoras e desfavorecedoras da concordância, segundo Vieira (1995)

Variáveis	Contextos favorecedores da marca de número	Contextos desfavorecedores de marca de número
saliência fônica	formas verbais de alto nível de saliência	formas verbais de baixo nível de saliência
paralelismo oracional ²⁹	verbo precedido de SN sujeito marcado	verbo precedido de SN sujeito não-marcado
paralelismo discursivo	verbo precedido de verbo com marca de plural	verbo precedido de verbo sem marca de plural
posição do sujeito	sujeito anteposto	sujeito posposto
animacidade	sujeito animado	sujeito inanimado
distância entre SN e SV	SN sujeito próximo ao verbo	SN sujeito distante do verbo

Fonte: Vieira e Brandão (2007, p. 100).

²⁹ Paralelismo lingüístico, em sentido lato, é a repetição de elementos de todos os subsistemas lingüísticos. Atua, também, em planos (ou níveis) diversos. É a harmonização entre as formas ou a tendência geral de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas (cf. PAIVA e SCHERRE, 1999, p.210).

Naro e Scherre (1999b) analisaram o efeito do princípio da saliência fônica na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na moderna, tendo como *corpus* a escrita revisada de pessoas escolarizadas (jornais e revistas de circulação nacional). Nessa pesquisa, eles se detiveram na concordância variável de número verbo/sujeito e constataram que o princípio da saliência controla a frequência relativa de uso de marca formal de plural nos verbos. Perceberam também que este fenômeno ocorre tanto na fala como na escrita, em construções simples e complexas, com sujeito de um só núcleo e com sujeito de mais de um núcleo.

Exemplo bem significativo quanto à influência da escola no uso da CV é o resultado de pesquisa de Scherre (2005) em jornais brasileiros, que foram comparados aos resultados obtidos entre falantes pouco escolarizados: quanto mais estudo, mais marca de plural. Estes dados demonstram, claramente, a força existente do ensino formal da língua materna na configuração lingüística.

Para Lucchesi (2006, p. 106), as pesquisas sociolingüísticas sobre CV apontam uma diversidade de resultados, mas é possível deduzir que a configuração desse fenômeno no Brasil é diferenciada nos segmentos sociais. Afirma ele:

Entre os falantes que possuem um grau de escolaridade elevado, o estigma que recai sobre a ausência de concordância inibe tendências latentes de simplificação na estrutura morfossintática da língua, enquanto que entre os falantes da base da pirâmide social observa-se um quadro amplo de variação.

Scherre e Naro (2006, p. 109), baseados em muitas pesquisas sobre concordância verbal, numa perspectiva sociolingüística, dizem, com propriedade:

Este aumento da frequência global de uso da concordância plural, do ponto de vista da apropriação dos bens de prestígio, pode ser visto como um ganho para a comunidade e, do ponto de vista da maior exposição da comunidade ao ambiente escolar, deve ser visto como um fenômeno natural: afinal, os grupos tendem a assimilar, consciente ou inconscientemente, o comportamento lingüístico do meio, especialmente quando este comportamento envolve fenômenos sujeitos a estigma e preconceito explícito, como é o caso da concordância de número em português, em particular, no português brasileiro.

2.4 Concordância verbal: fala e escrita

Autores como Neves (2002) afirmam que uma das dicotomias presentes no ensino de língua materna nas escolas brasileiras envolve escrita e fala: qual delas priorizar? Que tratamento dar a cada uma delas? Historicamente, a ênfase na escrita tem marcado o ensino de Língua Portuguesa (LP), explicada por muitos como uma forma de diminuir as deficiências lingüísticas dos alunos.

Assim, a norma padrão é muito mais exigida na modalidade escrita da língua, entendendo-se a língua falada como um território menos monitorado, com maior aceitabilidade de variações lingüísticas, como se não houvesse uma norma ou uma gramática que a regesse. Tal exigência contribui para que a aplicação de CV na escrita seja considerada quase categórica, como afirmam Scherre e Naro (1998, p. 49):

Diferentemente da língua falada, na língua escrita moderna, a concordância verbal de número plural é quase categórica com sujeito simples (de um só núcleo) de estrutura simples (sem sintagmas preposicionais - SPreps - adjunto ou complemento). A variação registrada pela tradição gramatical - na lista dos diversos casos particulares - pode ser regularmente encontrada em estruturas de sujeitos simples de estrutura complexa, cuja configuração sintagmática se apresenta na forma de um núcleo, seguido de sintagma preposicional. Registros desta natureza envolvem sistematicamente construções cujo núcleo do sujeito é singular e de natureza quantitativa, seguido de um SPrep de núcleo plural, denotando uma leitura quantitativa, coletiva ou partitiva.

Por outro lado, criou-se o mito de que na fala “vale tudo”. Na verdade, existe na escola um abismo entre as duas modalidades, que considera a língua falada imperfeita, restrita ao aluno, enquanto que a língua escrita é do professor, e, portanto, é a meta a ser atingida. Mas esse distanciamento, no entender de Neves (2004), é um dos motivos para os maus resultados do ensino da língua interna, pois se ignora a natureza intrínseca de cada uma das modalidades.

Dentre essas diferenças, está a de que na modalidade escrita ficam mais visíveis as marcas e a ausência/neutralização³⁰ de concordância, de regência, de flexão, por exemplo, enquanto que na fala, as ocorrências de CV são em menor número, independentemente do nível de escolarização. Este é um dos motivos pelos quais os sociolinguistas afirmam que é na fala que a língua realmente funciona: é ela que promove mudanças lingüísticas e o surgimento de novas variações, por exemplo. Nesse sentido, dado que o uso de formas não-padrão para a concordância verbal é condicionado por fatores lingüísticos constantes e regulares, é esperado que a forma de organização do texto escrito favoreça a atuação de alguma das variáveis que, na fala, concorrem para a não-aplicação da regra, apesar da forte pressão estrutural sofrida pela escrita. Este fato é perceptível tanto em falantes escolarizados como nos não-escolarizados.

Discutindo o ensino da concordância verbal, Baccega (2002), referindo-se às duas modalidades lingüísticas, lembra que, “ao assumir o rompimento com os procedimentos mais frequentes de concordância verbal determinados pela norma padrão, o falante levará em consideração os objetivos lingüísticos e textuais”. Em outras palavras, para a autora todos os falantes devem conhecer tanto as normas lingüísticas, quanto os níveis de fala, para que saibam usá-los onde, quando e como convier. Posto assim, é possível afirmar que a língua escrita não pode ser uma transposição – uma simples retextualização – da língua falada.

Mollica (2003, p. 90) adverte, após analisar resultados de estudos sobre CV, que “uma proposição pedagógica sobre o português escrito pode deixar muitas lacunas, se não forem levados em conta aspectos importantes dos mecanismos que operam os fenômenos dos usos da língua oral coloquial”. Como bem lembra Kato (1990, p. 30): “Tanto na escrita, quanto na oralidade, o falante está diante de um mesmo sistema gramatical, e por isso não se pode falar em dois diferentes modos lingüísticos: não há pares opostos, mas diferentes condições de produção”.

Quanto à não-valorização da língua oral em sala de aula, Silva (2004, p. 259) afirma que a presença exclusiva do uso escrito literário “tem produzido uma legião de mudos e gogos, mesmo entre os filhos da classe média, principalmente quando se encontram em situações um pouco mais

³⁰ Callou (2007) diz que a neutralização tem o intuito de atingir um padrão único abstrato e idealizado, que seja supranacional.

formais de fala do que a habitual”. Neves (2004, p. 102) ressalta que é possível que essa visão assuma grandes proporções por se acreditar que qualquer um domina a língua oral, até o aluno, enquanto que a língua escrita tem de vir de cima para baixo e, portanto, é algo que deve fazer mais investimentos e mais “policiamento”.

Assim, constitui um equívoco classificar dicotomicamente oralidade e escrita, admitindo-se a demarcação de limites entre uma e outra modalidade como se construções do oral não estivessem presentes nos textos escritos. Para explicar essa interpenetração da fala na escrita, ou vice-versa, Bortoni-Ricardo (2004) propõe uma linha imaginária a que chama de *continuum* oralidade – letramento, ao longo da qual dispõe eventos de letramento e eventos de oralidade. A diferença é a de que, nos primeiros, há o apoio do texto escrito, como em uma aula, por exemplo, em que também podem ocorrer minieventos de oralidade em que não se tem um roteiro escrito previamente. A autora defende a idéia de que não existem fronteiras bem marcadas entre esses eventos, mas sobreposições.

3 MÉTODO SOCIOLINGÜÍSTICO DE ANÁLISE

Sob os fenômenos linguísticos é possível lançar diversos olhares: curiosos, investigativos, observadores. Quanto à diversidade de perspectivas, são múltiplos os caminhos que proporcionam um conhecimento mais profundo a respeito daquilo que provoca o lingüista, e todos eles são válidos, a depender dos critérios de estudo, dos objetivos e do objeto em questão.

A Sociolingüística, especificamente, construiu, nesses 50 anos de pesquisas, um percurso de análise de fenômenos linguísticos muito peculiar, escolhendo procedimentos que promovessem um processo metodológico capaz de se conhecer, cientificamente, os usos linguísticos de comunidades específicas – seja uma observação atenta e ativa, seja um estudo mais aprofundado e minucioso ou uma observação acurada de algum traço linguístico. Tais orientações têm validado no universo científico as muitas luzes que esse esforço coletivo tem trazido para a compreensão dos fatos linguísticos, estimulando estudos os mais diversos, unindo fatores sociais e linguísticos e apontando o que essas duas dimensões da realidade humana podem dizer sobre o uso da língua.

Quem primeiro iniciou a delinear esse arcabouço teórico-metodológico foi William Labov, pesquisador americano, no final da primeira metade do século passado. Sua base principal está centrada na quantificação de dados retirados do *corpus* em estudo, e a partir deles passou a perceber o comportamento linguístico e como se apresentam as variações lingüísticas naquele universo, assim como as mudanças. Desde então, esse caminho metodológico tem sido mais conhecido como Sociolingüística Quantitativa, por se valer de instrumentos e métodos para tratamento numérico dos dados, atribuindo a eles resultados estatísticos.

Os números trazem para os dados linguísticos uma idéia mais objetiva do fenômeno estudado, porém somente os números não são suficientes, se não houver uma análise dentro do enfoque linguístico e social. Para Naro (2003, p. 25), “o progresso da ciência lingüística não está nos números em si, mas no que a análise deles pode trazer para o nosso entendimento das línguas humanas”.

3.1 Etapas da pesquisa

Em geral, são três as etapas que compõem o processo investigativo nos estudos sociolinguísticos variacionistas: coleta de dados, redução e apresentação de dados, interpretação e explicação de dados. Nessas etapas processuais, comumente é incluída uma pesquisa bibliográfica, por ela proporcionar não apenas um conhecimento da teoria sociolinguística, mas também por apontar as possíveis alternativas de pesquisa. Esse exercício de leitura contribui, nesta pesquisa, para a compreensão do universo escolhido: mulheres estudantes do último ano do Ensino Médio de uma instituição escolar da rede pública estadual da Bahia. A leitura da literatura selecionada teve início antes da coleta de dados e o seu final se deu no mesmo período em que ocorreu a análise de dados. Assim, foi possível não só aproximar a teoria da prática, como também compreender a amplitude dos fenômenos linguísticos, através das pesquisas já realizadas.

Paralelamente a essa etapa, foram desenvolvidas outras atividades de pesquisa, que incluem a produção de um questionário – Ficha de Informantes – e sua posterior aplicação entre os alunos (50, ao todo) que compunham o universo em estudo. Selecionados os componentes da pesquisa, passou-se à coleta de dados linguísticos: gravação das entrevistas individuais (12 mulheres do ensino médio, ao todo) e produção do texto escrito (12 redações). Seguiram-se a transcrição de dados, codificação, análise estatística de dados pelo programa computacional Varbrul e, por fim, análise interpretativa dos dados, que se configurou em um momento de união de todas as etapas.

3.1.1 Ficha de informantes

Inicialmente, foi aplicada uma Ficha de Informantes. Através dela, foi possível conhecer o perfil de cada falante, com dados biossociais e, assim, selecionar aqueles que apresentavam o perfil necessário para alcançar os objetivos desta pesquisa, como perceber as variáveis linguísticas que marcaram o uso da concordância verbal. Esse instrumento (em anexo) foi composto de questões fechadas, com várias alternativas de escolha, e todas elas buscavam coletar informações necessárias para a composição de uma visão geral dos informantes e de seu universo

social e escolar. Todas as perguntas foram respondidas pelos próprios informantes, marcando as alternativas consideradas como verdadeiras pelo informante.

Das 50 Fichas de Informantes, aplicadas em duas turmas do 3º ano do Ensino Médio do turno noturno da referida escola, sendo que apenas 12 delas foram selecionadas para aplicação da entrevista, assim distribuídas:

- Gênero: Todas as informantes são mulheres
- Quantidade: 12 informantes
- Faixa etária: quatro mulheres por cada faixa etária (17-23 anos; 23-35 anos; mais de 35 anos).
- Mercado de trabalho: 50% estão inseridas no mercado de trabalho e 50% não inseridas no mercado de trabalho.
- Escolaridade: Terceiro ano do Ensino Médio (em curso).

3.1.2 Coleta de dados escritos: produção textual

Selecionados os informantes, foi-lhes solicitada a produção de um texto escrito, a partir de uma temática previamente escolhida. No caso, a produção de um texto narrativo, que discorresse sobre um evento envolvendo várias pessoas. E todas elas desenvolveram prontamente seus textos, e algumas informantes disseram que assim procederam porque “é a forma de escrever que mais fazemos na escola” (O21F3T)³¹. Esta atitude é bastante comum, pois se sabe que o texto dissertativo é o preferido no ensino médio porque o vestibular e as seleções para preenchimento de vagas de emprego solicitam uma redação com a estrutura dissertativa.

Vale ressaltar a contribuição dada pela professora de Língua Portuguesa desses alunos³², que não mediu esforços para que fosse possível a aplicação dos instrumentos de pesquisa, em sala de aula e fora dela. Todas as produções foram consideradas como atividade de aprendizagem, o

³¹ Os códigos identificadores dos informantes foram assim formados: os três primeiros números correspondem ao código da entrevista, seguidos da faixa etária (F1, F2 e F3) e da letra T (para informantes que trabalham) e O (para informantes que não trabalham).

³² Trata-se da professora de Língua Portuguesa Valdelice Sena, a quem agradecemos pela colaboração.

que em muito estimulou a participação das informantes selecionadas. O mesmo empenho foi percebido pela equipe gestora da instituição escolar. Imediatamente após a aplicação desta etapa, os dados foram criteriosamente analisados, buscando observar as variantes linguísticas presentes de concordância verbal no texto.

3.1.3 Gravação de entrevistas

Imediatamente após a produção do texto escrito, foram feitas as entrevistas orais, gravadas em aparelho de áudio e em dependências físicas da escola que garantissem a privacidade e ausência de ruídos, necessárias à execução das entrevistas. As entrevistas tiveram caráter de informalidade e pessoalidade, em um clima de conversa entre pessoas que convivem o mesmo ambiente, mesmo em papéis diferentes, proporcionando uma maior descontração e uma liberdade na comunicação, como também uma atitude menos monitorada da fala.

Nessas situações, há menos preocupação na aplicabilidade das regras de CV, o que é esperado nestes contextos, já que se trata de um fenômeno que os falantes menos escolarizados e de comunidades populares conhecem apenas na teoria, mas não parecem fazer uso regular. Mesmo assim, Labov (2008, p. 63) acredita que

a fala da entrevista é, por natureza, fala formal – não por qualquer forma absoluta, mas em comparação com o vernáculo da vida cotidiana. Em seu conjunto, a entrevista é uma fala pública – monitorada e controlada em resposta à presença de um observador externo.

Embora houvesse um roteiro prévio (em anexo), os temas abordados seguiram curso natural durante as entrevistas. O questionário objetivou apenas contribuir para não permitir a interrupção da conversa. Em todas elas, os informantes narraram dados pessoais, suas preferências de lazer, opiniões sobre diversos assuntos que estavam, na época, em foco na mídia, como violência urbana e serviços de saúde pública. Mas o roteiro previamente estabelecido envolvia temas como vida escolar, relacionamentos familiares, vida religiosa, trabalho (escolha,

ocupações, problemas de relacionamento entre colegas e empregadores) e lembranças de infância (jogos, brincadeiras, amigos, viagens). Tarallo (1990, p. 23) reforça as palavras de Labov:

a narrativa de experiência pessoal é a mina de ouro que o pesquisador sociolinguista procura. Ao narrar suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativo, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

Antes do início das entrevistas, a pesquisadora explicou aos informantes os procedimentos a serem adotados, como o uso de gravador, os temas a serem abordados, a garantia do anonimato e que o conteúdo das gravações não seria divulgado. Todos os informantes, ao iniciarem as gravações, demonstraram timidez, mas, com o desenrolar da entrevista, ficaram mais à vontade, sem nenhuma preocupação em monitorar a fala. O tempo médio das entrevistas foi de 30 a 45 minutos, e todas elas foram realizadas em um período de 30 dias, sempre à noite.

3.1.4 Transcrição de dados

Após a execução das 12 entrevistas com os informantes, foi feito o trabalho de transcrição de fitas – mais de 6 horas de gravação, no total. Esta etapa teve a participação de transcritores, devidamente treinados e orientados para que ficassem atentos às nuances da produção de fala. Todo o material produzido foi, em seguida, revisado pelo pesquisador, que fez uma conferência de toda a transcrição.

Nas gravações, foram inseridas siglas que são consagradas em pesquisas sociolingüísticas, comuns na conversação: DOC (documentador), INF (informante), CIRC (circunstante), ININT (presença de ruídos que prejudicaram a compreensão) e INTERRUPT (quando houve necessidade de interrupção). Reticências foram usadas para indicar tanto a quebra ou correção de enunciados, como a hesitação. O levantamento de dados procurou registrar exaustivamente as

ocorrências em que aparece a terceira pessoa do plural. Entretanto, algumas estruturas específicas foram descartadas:

a) As formas verbais cujo plural e singular são apenas distintas pela acentuação gráfica, como no caso de *tem/têm* e *vem/vêm*, e seus derivados não foram considerados pela impossibilidade de distinção das formas no uso oral. Mas elas foram analisadas no *corpus* escrito, por apontarem, no seu uso, a noção da ocorrência de concordância na sentença.

b) Foi excluído o sujeito do tipo “indeterminado”, por apresentarem, quase categoricamente, o emprego da terceira pessoa do plural. Exemplo:

(1) Aí me tiraram do serviço de rua (O23F3T)

c) Ocorrências em que, na própria variante dita padrão, admite-se a variação, tais como aquelas em que da estrutura do sujeito fazem parte as expressões: a maioria de; um dos que; um e outro. Exemplo:

(2) A maioria já são todos homens, mulheres de família (O11F2O)

d) Verbos acompanhados com o *se* passivador³³. Exemplo:

(3) Eles devia, como é que se diz (O13F3T)

3.1.5 Codificação de dados

Feitas as transcrições, a etapa seguinte foi de codificação das ocorrências lingüísticas e variáveis sociais, a partir de uma escolha prévia e aleatória de códigos. Para cada fator de cada variável independente lingüística e social, um único código. Trata-se de um trabalho meticuloso, por exigir do pesquisador muita atenção, pois é este processo de codificação que determinará o

³³ Segundo Bechara (2001, p. 178), a passagem do *se* passivador à indeterminação levou o falante a não mais fazer a concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto, função que não leva a exigir o acordo do verbo: *Vendem-se casas* (= ‘casas são vendidas’) ou *Vendem-se casas* (= ‘alguém tem casa para vender’) = *Vende-se casas*.

resultado dos dados pesquisados, e quaisquer alterações podem mascarar a análise. A etapa de conferência dos códigos é, por isso, imprescindível. Este processo é necessário para que os programas computadorizados possam quantificar os dados.

Nesse processo, partiu-se do pressuposto de que a concordância verbal, como variável dependente, se constitui de duas variantes (variável binária) e requer dois símbolos associados às suas duas possibilidades. Em seguida, foi selecionado um símbolo para cada um dos fatores das variáveis independentes.

3.1.6 Análise de dados – VARBRUL

A análise de dados é composta por duas etapas. A primeira, realizada pelo programa de dados Varbrul, um programa computacional, que, com bases estatísticas, revela o traço linguístico dos informantes analisados a partir de variantes lingüísticas e extralingüísticas, com dados proporcionais e pesos relativos. Através deles, é possível investigar os efeitos e a sua significância e como o cruzamento de variáveis interfere na variável dependente, invisíveis num simples cálculo de porcentagens. Além disso, o programa Varbrul possibilita o teste de várias hipóteses, sobre a natureza, tamanho e direção dos efeitos das variáveis independentes. Guy e Zilles (2007, p.105), analisando a importância deste programa para análises sociolingüísticas, afirmam: “O uso do Varbrul facilita a construção de um modelo quantificado dos processos linguísticos, que controlam e produzem os padrões regulares da variação sociolingüística”.

A segunda etapa da análise de dados diz respeito à sua interpretação. Esse exercício analítico é feito com bases em pesquisas sociolingüísticas concluídas, ou em andamento, e no perfil socioeconômico e cultural do *corpus* analisado. De posse de todos esses dados, é possível verificar se as hipóteses formuladas foram confirmadas ou não, cabendo ao pesquisador um exame cuidadoso de todos os coeficientes, no sentido de deduzir se houve ou não fatores contrastantes.

O fato de o programa Varbrul dar condições a que dados sejam reorganizados, através de inclusões, substituições e alterações, o pesquisador pode realizar novos testes, mediante o

cruzamento de certas variáveis. Isto ocorre porque, segundo Monteiro (2002, p. 96), “a ocorrência ou não de um determinado fato linguístico se deve a um leque de condicionamentos (...), e a participação desses fatores dificilmente será uniforme: todos terão probabilidade de ocorrência específica e poderão atuar conjuntamente, por exemplo.”

Durante a etapa de análise, é imprescindível o exercício de comparações de outros resultados de pesquisas já realizadas. Assim, torna-se possível perceber os movimentos de mudança, estabilidade ou alteração de determinada variável, como também constatar se os resultados encontrados estão de acordo ou não com o padrão sociolinguístico.

3.2 Contexto de pesquisa

Os dados que compõem este trabalho de pesquisa foram colhidos no contexto de uma instituição escolar que faz parte da rede pública de educação do estado da Bahia. Ela está localizada em um bairro da capital baiana, conhecida como Estrada das Barreiras, tendo como referência os bairros Mata Escura e Tancredo Neves e adjacências. Com o grande crescimento populacional de Salvador, nos anos 80, essa região foi objeto do avanço de urbanização, com a instalação em sua área de diversos conjuntos habitacionais. Além dessas construções, diversas invasões ocorrem, sem controle dos órgãos públicos.

Trata-se, na verdade, de uma região periférica, na qual residem famílias de nível socioeconômico baixo: as construções residenciais são simples, o comércio limitado e as relações de vizinhança são muito fortes. Boa parte de sua população (estimada em 150 mil habitantes) é afro-descendente, predominantemente natural de Salvador, semi-alfabetizada, e muitos dos moradores sustentam suas famílias com renda obtida em subempregos e/ou biscates ou empregos que exigem baixo nível de escolaridade. O número de trabalhadores empregados com carteira assinada ou em cargos que exigem o ensino superior completo é relativamente pequeno, mas o fato de a escola pública que serve a comunidade oferecer turmas no Ensino Médio aumentou, nos últimos anos, o número de pessoas que elevaram o nível escolar.

A comunidade não conta com infra-estrutura de lazer, nem cultural: não há parques, praças, bibliotecas, cinema ou teatro, e muitos moradores nunca freqüentaram esses ambientes disponíveis na cidade. O lazer da comunidade fica restrito à locação de DVDs e festas patrocinadas por grupos musicais locais. Como ficou demonstrado no levantamento de perfil de informantes, na Ficha de Informantes, o hábito de leitura não é marcante no cotidiano dos moradores da comunidade, e nas residências não há muitos livros disponíveis. Para as mulheres que participaram desta pesquisa, por exemplo, a leitura, quando realizada, restringe-se, basicamente, a revistas semanais, que noticiam fatos referentes à televisão e artistas famosos. Muitas delas nunca leram uma obra literária.

3.2.1 A instituição escolar

O Colégio Estadual Professora Maria Bernadete Brandão é relativamente novo: o início de seu funcionamento deu-se em 2000, como parte da expansão da rede pública de ensino do estado da Bahia, da Secretaria da Educação do Estado da Bahia. A justificativa principal da sua formação foi de que não havia naquela área uma escola de ensino fundamental e médio que atendesse à comunidade local, e, por isso, muitos estudantes abandonavam os estudos no final da 8ª série. Atualmente, o colégio oferece vagas no Ensino Fundamental II, que compreende da 5ª à 8ª série, e os três anos do Ensino Médio, nos três turnos. Ao todo, são matriculados anualmente cerca de 1.700 alunos (considerada, por isso, de grande porte), mas a maioria deles – cerca de 70% - concentra-se no Ensino Fundamental, distribuídos em 16 salas de aula, em dois pavilhões. À noite, funcionam também turmas do Programa EJA – Educação de Jovens e Adultos.

A estrutura física da escola é precária e as suas instalações não contam com a devida iluminação. A área de recreação, destinada às aulas de educação física, não possui equipamentos esportivos, não há biblioteca, nem refeitório. Há uma sala de vídeo, mas boa parte do ano este espaço fica desativado, devido à quebra de equipamentos, sendo utilizado como depósito de livros usados. Em 2008, foi ativada uma sala destinada a uma estação de rádio comunitária, e outra à informática, mas ambas são pouco aproveitadas, tanto pelos alunos como professores.

3.2.2 Estudantes da instituição e perfil dos informantes

Nesta escola, dos 100 alunos matriculados no terceiro ano do EM, no turno noturno, 64 deles são mulheres. Muitas delas retornaram às salas de aula depois de muitos anos afastadas do processo básico de escolarização, por questões familiares e por motivos de trabalho. Mesmo com sérias dificuldades de aprendizagem, elas insistem nessa iniciativa por acreditarem que o término da Educação Básica pode lhes proporcionar melhores condições de vida e, conseqüentemente, melhores salários. Poucas são as estudantes que pretendem participar do processo de seleção do vestibular, para ter acesso ao ensino superior, ou continuar a qualificação profissional. Outros dados coletados na Ficha de Informantes:

- As mulheres que estão trabalhando pretendem, após o término do EM, mudar de emprego (25%), na expectativa de encontrar cargos melhor remunerados, mas descartam a possibilidade de continuar os estudos. As que não estão trabalhando almejam, após o término do ensino médio, inserir-se no mercado de trabalho (100%), enquanto que apenas 3 informantes do total (25%) desejam continuar os estudos, aliando-os ao trabalho³⁴.

Percebe-se, claramente, que o trabalho é imprescindível a estas mulheres, assim como para a maioria daqueles que freqüentam o EM em escolas públicas.

- Todas as informantes (100%) nasceram em Salvador, o que dificultou algum contato intenso com o dialeto rural. O acesso regular a programas televisivos reforça o contato com o dialeto urbano.

- Deduz-se, pelos números percentuais abaixo, que o índice de leitura é relativamente médio:

- 59% (7 informantes) lêem mais de uma vez por semana;

- 25% (3 informantes) lêem diariamente;

- 16% (2 informantes) lêem apenas uma vez por semana.

³⁴ Paiva e Scherre (1999, p. 219) consideram as expectativas em relação ao futuro como uma variável social alternativa, mostrando-se relevante, numa primeira análise, nos processos variáveis de concordância de número.

Naro (1981) observa que um grupo, ao aplicar as regras de CV, atingia 64% das ocorrências, enquanto outro apresentava apenas 41%, levando-o a concluir que os falantes que acompanhavam as novelas, definidos como “de orientação vicária”, e que, como bem observa o autor, demonstravam interesse pelos modelos e pelo universo cultural das camadas médias e altas, exibiam os maiores índices de aplicação da regra de concordância, enquanto os que eram mais refratários a essa influência, definidos como de “orientação experiencial”, exibiam os menores índices. Apesar de não chegar a um resultado conclusivo sobre a direção da mudança, o estudo consegue revelar a influência que os meios de comunicação exercem no comportamento linguístico do falante.

- Quanto às fontes de leitura, a prevalência recai sobre revistas voltadas para camadas sociais mais populares, ficando em segundo lugar jornais e, por último, livros. São seguintes os percentuais:

- revistas: 58% lêem revistas, principalmente as informantes da faixa etária 1 (18 a 23 anos): 100% delas (4 informantes) lêem revistas;

- jornais: 25% lêem jornais, sendo a preferência de informantes da faixa etária 2 (25 a 35 anos): 75% delas lêem jornais;

- livros: é a preferência das informantes da faixa etária 3 (mais de 35 anos): 75% delas lêem livros com regularidade.

- A maioria delas (59%) também não tem acesso à internet. As que constantemente fazem uso deste meio de comunicação compõem o grupo da faixa etária 1, com o objetivo de comunicar-se com internautas e fazer pesquisas escolares.

- Em termos de contato com produções culturais (exceto livros), nenhuma das informantes frequenta cinemas ou teatros. A televisão é a opção de lazer preferida de 60% das informantes, e o restante (40%) assiste a filmes alugados.

- Todas as informantes (100%) cursaram o Ensino Fundamental em instituições públicas de ensino, seja das redes municipal e estadual.

- Dentre as informantes, o período de estudos no Ensino Médio é variável: 41% estão concluindo o Ensino Médio no período de três anos; 16,6% o fazem em quatro anos; 16,9%, em cinco anos; e 25%, em mais de cinco anos.

- Quanto à faixa etária, as informantes estão assim distribuídas neste quesito (período de curso do Ensino Médio):

- três anos: 2 informantes da F1, 1 informante da F2 e uma informante da F3

- quatro anos: 1 informante da F2 e 1 informante da F3

- cinco anos: 1 informante da F3 e 1 informante da F1

- mais de cinco anos: 1 informante das faixas etárias 1, 2 e 3.

- Nenhuma das informantes convive com familiares que possuam o Nível Superior completo ou incompleto: 75% delas convivem com familiares cuja escolaridade máxima é o 2º grau incompleto; 16,9% dos familiares possuem o Ensino Médio completo e apenas 1 informante possui familiares cuja escolaridade mais alta é o Ensino Fundamental incompleto.

3.2.2.1 Atividades profissionais das informantes

Cabe uma atenção especial ao perfil profissional das informantes, por se tratar de um foco relevante para esta pesquisa. Quanto à profissão exercida, a maioria delas ocupa cargos e exercem funções cujo nível de exigência da aplicação de regras da norma culta é variável. Apenas duas delas desenvolvem atividades que, por lidarem diretamente com o público, são estimuladas ao uso da norma padrão. Estão assim relacionadas:

- vendedora autônoma de cosméticos e roupas, e a maioria de suas clientes reside na comunidade circunscrita à sua casa;

- babá, que trabalha na casa da irmã, tendo sob sua responsabilidade três crianças de 2, 3 e 5 anos.

- empregada doméstica, em residência localizada no bairro Caminho das Árvores, cujos padrões exercem atividade médica;

- cozinheira e faxineira diarista. Exerce profissão em uma casa de eventos. Quando necessário, faz parte da equipe de profissionais da cozinha na preparação de salgados em festas;
 - telefonista de telemarketing, com contato diário e constante com clientes, que, segundo a informante, possuem os mais diversos graus de instrução, dependendo do tipo de produto comercializado;
 - empregada doméstica, em residência localizada no bairro da Pituba. Seus empregadores possuem o Ensino Superior. Faz curso de auxiliar de enfermagem.
- Dentre as informantes que exercem alguma atividade profissional remunerada, três trabalham há mais de dois anos; 1 informante está inserida no mercado de trabalho há 2 anos, uma informante trabalha há 1 ano; e uma, há menos de um ano.
- Nenhuma das informantes tem um histórico profissional extenso. No máximo, desenvolveram atividades profissionais em dois empregos, e, quando isso ocorreu, não houve mudança de função.

Este perfil profissional percebido entre as informantes é o mesmo observado em pesquisa realizada em todo país, pela Fundação Carlos Chagas (FCC, 2002). Em 2002, as proporções de homens e mulheres que conseguiram chegar até esses níveis de escolaridade aumentaram, mas as estatísticas apontam um percentual maior para as mulheres brasileiras: 31% delas e 28% deles. No Brasil, anualmente, 1,5 milhão de mulheres termina o ensino fundamental e um milhão, o nível médio.

Outro dado da FCC que estimulou esta pesquisa: enquanto as taxas de atividade masculina mantiveram-se em patamares semelhantes – entre 73 e 76% em praticamente todo o período, as das mulheres se ampliaram significativamente. Se em 1976, 28 em 100 mulheres trabalhavam, o Brasil adentrou o novo milênio com a metade das mulheres trabalhando ou procurando um trabalho. E mais, em 2007, 17% das mulheres brasileiras eram trabalhadoras domésticas, e esse alto número revela a precariedade do trabalho feminino no Brasil. Em 2005, mais da metade delas não tinha carteira de trabalho. Diante desses números, a pergunta central deste trabalho de pesquisa: qual o perfil linguístico de mulheres de comunidades populares de Salvador que estão inseridas e em processo de inserção no mercado de trabalho? E mais: como

há, historicamente, a exigência do domínio da norma padrão em contextos mais formais, como a escola tem contribuído para este preparo?

3.3 Variáveis

Nesta pesquisa, foram consideradas variáveis lingüísticas e sociais (extralingüísticas), sendo a presença de marca de plural em verbos de terceira pessoa do plural – a concordância verbal – a variável dependente, tanto no *corpus* escrito, quanto no oral. As variáveis lingüísticas analisadas – nos textos oral e escrito – foram as seguintes:

- dependente: presença ou ausência de concordância verbal;
- independentes: posição do sujeito, preenchimento do sujeito, distância entre sujeito e verbo, saliência fônica, concordância nominal no sujeito, quantidade de núcleos no sujeito, e caracterização semântica do sujeito.

3.3.1 Variáveis sociais

Como variáveis independentes extralingüísticas, foram analisadas:

- a faixa etária,
- a inserção no mercado de trabalho.

Como extensão da variável mercado de trabalho, foram incluídas considerações relativas à variável mercado ocupacional, partindo do pressuposto de que algumas profissões favorecem mais que outras a aplicação das marcas de concordância verbal. Cada uma delas é analisada separadamente, com dados de pesquisas e do nível de interferência que elas têm na aplicação de CV entre o contexto sociolingüístico selecionado para esta pesquisa. Cedergren e Sankoff (*apud* SCHERRE, 1994, p. 40) lembram que “os traços lingüísticos não podem ser entendidos apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas devem ser vistos como parte de um contexto sociocultural mais amplo, no qual eles ocorrem”. Não foram consideradas variáveis

classe social³⁵, escolaridade e gênero, uma vez que o universo de pesquisa limitou-se apenas às informantes do mesmo nível de escolaridade e do mesmo gênero.

Quanto ao gênero, pesquisas sociolinguísticas atestam que é alta a probabilidade de as mulheres aplicarem a regra de CV, em relação aos homens. Isto ocorre por vários fatores, como, por exemplo, o fato de as mulheres serem, lingüisticamente, mais conservadoras, principalmente em situações formais de fala. No contexto informal e doméstico, as mulheres tornam-se mais exigentes com os filhos, como parte da educação escolar deles. Exemplo disso é a afirmação de uma das informantes desta pesquisa (023F3T), que reclama com o filho adolescente por ele fazer uso de gírias, mesmo em situação informal:

Eu acho isso, assim, que a gíria dá uma impressão, assim, mesmo que a mãe deu uma educação, dá, assim, uma sensação de que ele é um menino mal-educado, um menino que não tem cultura, e a pessoa que tem cultura não vai andar com gíria. É difícil. (...) Eu acho isso, entendeu? Esse negócio de “tá ligado!”, “tá isso!”, “tá aquilo!”, a maioria, quem usa essas palavras, é quem tá envolvido... aí eu digo, eu digo todo dia a Rafael: “Rafael, use o seu português claro, num precisa isso aí”

3.3.1.1 Variável faixa etária

O estudo da correlação entre idade e variação lingüística aponta para duas direções básicas: a relação de estabilidade entre variantes lingüísticas - um fenômeno varia, mas não muda -, ou a existência de mudanças na língua, tornando possível a comparação da linguagem de pessoas de diferentes faixas etárias e os diferentes estágios de uma língua. Segundo Silva e Scherre (1996, p. 88), “presume-se que a linguagem é adquirida em sua grande parte até aproximadamente 14 anos. (...) As diferenças resultantes da comparação de diferentes faixas etárias poderiam indicar mudanças em processo de implementação no sistema”.

³⁵ Não foi analisada a variável classe social, mas ela é de grande importância no Brasil, já que o nível de escolaridade está intrinsecamente ligado à classe social. Este fato repercute na vida profissional das pessoas menos escolarizadas, por não terem preparo exigido pelo mercado de trabalho. De acordo com pesquisas feitas há 11 anos (SCHERRE; NARO, 1997), o nível de escolaridade já interferia significativamente na realização de CV, como prescreve a norma padrão: quanto maior o nível de escolaridade do falante, maior a ocorrência de CV.

Alguns estudos sociolingüísticos (DUARTE & PAIVA, 2003; OMENA, 2003) documentam o seguinte: quando se trata de um caso de possível mudança em curso, os jovens apresentam uma frequência muito mais alta da variante inovadora do que os adultos que, por sua vez, apresentam uma frequência mais alta que os idosos. Quando se trata de uma variante estável, por não promover a mudança, percebe-se um padrão curvilíneo, com os mais jovens e os mais velhos apresentando frequências mais altas da variante inovadora, enquanto que, entre os medianos (devido às pressões de mercado, por exemplo), detecta-se uma frequência significativamente mais baixa.

A hipótese clássica postula que o comportamento linguístico de cada geração reflete um estágio da língua, com os grupos etários mais jovens introduzindo novas alternativas que substituem gradativamente aquelas que caracterizam a fala de indivíduos de faixas etárias mais velhas. Porém, muitos fatores podem afetar esse postulado, a depender do universo em estudo. A aquisição da língua, a entrada na escola, a ampliação da rede de relações sociais, a entrada e a saída do mercado de trabalho e o gênero são alguns desses fatores.

A faixa etária, dessa forma, não pode ser encarada como um fator de simples compreensão. Ao contrário, esta variável é extremamente complexa, e é preciso muita atenção na interpretação de resultados de um fenômeno de mudança em função das faixas etárias, e muitas vezes a análise desses dados está interligada a outra variável, como escolarização, por exemplo. “As diferenças de escolarização parecem ser mais significativas entre falantes mais velhos do que entre falantes mais jovens, o que se explica pelo aumento da obrigatoriedade legal da escolarização”, concluem Silva e Scherre (1996, p. 90).

Esta variável também pode estar relacionada à variável mercado de trabalho. A partir dos 15 anos, e aproximadamente até os 25, adolescentes e adultos jovens se iniciam no trabalho no Brasil. Mas este processo não é homogêneo, porque depende do fator classe social: nas classes mais favorecidas essa faixa ainda se encontra na escola, sendo economicamente mantida pelos pais. A expectativa é de que, nas classes menos favorecidas, das quais faz parte a maioria – ou a totalidade – dos alunos analisados neste trabalho, esses jovens já estejam começando a se inserir no mercado de trabalho, ou pelo menos com a atenção voltada para ele. É também neste período

em que há um aumento considerável de vocabulário e influências advindas das mais variadas fontes: leitura, meios de comunicação, músicas, internet, dentre outras.

Por outro lado, os jovens mais pobres têm uma formação escolar mais deficiente, com rendimento abaixo do esperado, devido ao cansaço e ao pouco tempo dispensado aos estudos e à carga horária de trabalho, além da dificuldade em terem uma compreensão mais ampla dos conhecimentos do conteúdo escolar. Em casos como esses, como sistematizar um padrão? Deve-se levar em consideração, portanto, não apenas o indivíduo, mas também a comunidade em que ele está inserido, o que torna mais complexa a análise em tempo aparente³⁶ por não estabelecer limites mais precisos e equitativamente comparáveis quando se trata de diferenças de classes sociais.

Os exemplos dos *corpora* desta pesquisa, apresentados a seguir, demonstram que as informantes das faixas etárias 1 e 2 tendem a aplicar as regras de CV, mesmo em sentenças mais complexas (sujeito distante do verbo) que as da faixa etária 3, mesmo todas elas tendo o mesmo nível de escolaridade, mas têm uma distorção série/idade significativa, muito comum em comunidades populares. Mas a presença desses indivíduos em ambientes escolares pode promover alterações lingüísticas significativas no português popular:

- Faixa etária 1

(4) “... saiam, **VENDIAM** lanche ela e o marido”. (O14F1T)

(5) “tem pessoas que você vê que **TÃO** querendo sua ajuda”. (O12F1O)

- Faixa etária 2

(6) “... as criança hoje de oito ano, de dez ano, já **ESTÃO** pensando em namorar”. (O20F2T)

(7) “Outros já estão se drogando, já **ESTÃO** se prostituindo”. (O21F2O)

³⁶ A análise da variável faixa etária em tempo aparente considera a distribuição das ocorrências do fenômeno em estudo em função das faixas etárias para perceber se há uma situação de estabilidade, mudança incipiente, mudança em progresso ou mudança completa. Já a análise em tempo real é o estudo lingüístico de uma comunidade, em épocas distintas, para saber se, no decorrer de determinado período de tempo, ocorre uma mudança em curso.

- Faixa etária 3

(8) “As criança **TINHA** os momentos de brincar”. (O13F3T)

(9) “eles também me **AJUDA** no que eles pode”. (O25F3O)

3.3.1.2 Variável Mercado de trabalho

O estudo da variável mercado de trabalho tornou-se quase um imperativo no Brasil para a compreensão da crise pela qual passa o ensino médio: evasão³⁷, repetência, alto nível de distorção série/idade, diversidade social entre os alunos. Juntos, todos esses fatores têm dificultado a inserção e a permanência de alunos egressos das instituições de ensino no mercado de trabalho, e, quando isso ocorre, muitos deles atuam em ocupações que exigem baixo nível de especialização profissional, e, conseqüentemente, baixo nível de escolarização.

Aliado a esses problemas, o ensino da língua materna, como é entendido nas escolas e livros didáticos, é considerado um empecilho para a profissionalização de alunos, por ainda estar baseado, fortemente, na gramática prescritivo-normativa, sem a reflexão lingüística necessária para o aperfeiçoamento do uso da língua, o que inclui o estudo das variações lingüísticas. Essa mudança pedagógica já é uma proposta nos PCNs, há mais de 10 anos, mas pouco foi feito, na prática.

A escolaridade é uma condição necessária, mas pode não ser suficiente para a inserção do aluno no mercado de trabalho. Embora não seja a única solução, a educação é um grande requisito para aqueles que aspiram por um emprego ou pretendem conquistar um melhor espaço dentro dele. Uma boa formação é exigência principalmente para aqueles que buscam uma mobilidade ascendente dentro de seu emprego, pois a flexibilização, entendida como “(...)

³⁷ Apesar de a evasão escolar ainda ser um problema no ensino fundamental, o número de alunos que abandonam o ensino médio chama mais a atenção. Segundo o Censo Escolar 2005 do Instituto Nacional dos Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep/MEC), 16% dos estudantes de escolas públicas que terminam o ensino fundamental não chegam a se matricular no ensino médio. E dos que se matricularam, 18% não concluíram os estudos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2004 (PNAD).

educar-se permanentemente para adequar-se à dinamicidade da vida social e produtiva” (KUENZER, 1997, p. 363), passou a ser atributo de poucos que conseguem se manter ou alcançar uma melhor posição no mercado de trabalho. Segundo Mollica (2004, p. 29),

alguns resultados servem de comprovação de que a variável mercado de trabalho se mostra relevante, pois demonstram que, quanto maior a cotação profissional na escala do mercado ocupacional, maior a chance de haver ajuste à norma padrão com relação à concordância nominal, por exemplo, fenômeno inegavelmente marcado socialmente.

Acredita-se que o ambiente de trabalho estimule a aplicabilidade de regras referentes à norma padrão, principalmente para falantes de nível de escolaridade médio a alto, principalmente quando o falante exerce uma atividade profissional que exija o domínio da norma padrão. Os exemplos abaixo são uma mostra desta hipótese, mas nem sempre ela pode ser considerada absoluta em todos os contextos, pois outras variáveis interferem nesta análise, como mercado ocupacional:

Informantes que não trabalham

(10) “Foi quando todas empresa **COMEÇOU** pedir segundo grau” (O25F3O)

(11) “...que eles nunca **DESISTISSE** dos seus estudos” (O17F1O)

Informantes que trabalham

(12) “as outras **FORAM** legal comigo” (O23F2T)

(13) “as pessoas que eu trabalho não **SÃO** pessoas assim recentes (O13F3T)

3.3.1.3 Variável Mercado Ocupacional

No interior da análise da variável mercado de trabalho, faz-se necessário incluir algumas considerações sobre o mercado ocupacional. Há profissões que exigem mais o uso da norma padrão, enquanto que outras aceitam, mesmo com algumas ressalvas, variantes não-padrão, o que pode alterar a compreensão numa perspectiva lingüística do processo de inserção no mercado de

trabalho, especialmente no Brasil, pelo fato de esta variável estar intrinsecamente ligada à escolarização e à classe social. Labov (2008, p. 65) diz que a variável mercado ocupacional está “entre os mais importantes indicadores de estratificação social”³⁸.

Segundo Scherre (1996), as variantes lingüísticas prestigiadas predominam entre falantes mais bem cotados no mercado ocupacional, mais expostos à mídia e mais atentos às diferenças de linguagem. Assim, fatores como a inserção no mercado ocupacional se revelam vetores importantes de explicação da diversificação lingüística em uma comunidade de fala. A pressão social na língua, mais precisamente na norma padrão, envolve também os sistemas de representação acerca da linguagem e os estereótipos homogeneizantes veiculados pelos meios de comunicação de massa, em especial a televisão.

Estudos feitos por Rodrigues (1987) revelaram que as mulheres que compõem a amostra de sua pesquisa exercem profissões domésticas ou no próprio ambiente do lar, o que leva a um menor contato com outras comunidades de fala. Enquanto que os homens, em geral, que não exercem sua atividade profissional no próprio bairro, saem de sua comunidade e travam contato com outras comunidades e enfrentam uma maior pressão normativa, a fim de que se igualem lingüisticamente em relação aos demais colegas de trabalho.

Em pesquisa desenvolvida por Scherre (1996) sobre a influência de variáveis sociais na concordância nominal, em alguns fenômenos, pôde ser identificada, entre falantes do sexo feminino, uma atuação conjunta das variáveis mercado ocupacional e escolarização. A autora concluiu que entre falantes do sexo masculino, no entanto, às vezes, o efeito de mercado ocupacional neutraliza o da escolarização, quando as duas variáveis são analisadas conjuntamente.

A presente pesquisa confirma algumas dessas constatações. A maioria das informantes que trabalham exerce atividades profissionais domésticas, como babá e diaristas, que exigem pouco domínio da norma padrão, mesmo que os demais falantes próximos a elas (empregadores de nível superior, no caso) façam parte de uma classe social mais elevada e, supõe-se, aplicam regras da norma padrão. Apenas duas delas atuam em profissões que favorecem o uso da norma

³⁸ Para definir estratificação social, Labov baseia-se em Barber (*apud* Labov, 2008): um produto da diferenciação social e da avaliação social.

padrão – vendedora e telefonista de telemarketing, por exigirem um contato direto com outros falantes, os quais possuem nível de instrução maior que o delas.³⁹

Então a pergunta: o que mais promove o conhecimento e o uso da norma padrão entre essas trabalhadoras: o exercício de uma profissão ou o ensino formal da língua materna, em instituições de ensino destinadas à classe socioeconomicamente baixa? No capítulo 4, destinado à análise de dados, são expostos números que podem apontar para algumas possíveis respostas a essas questões. Abaixo, alguns exemplos retirados do *corpus* desta pesquisa revelam uma tendência, que estimula os pesquisadores a aprofundar o tema. Nota-se que os fragmentos revelam a influência que determinadas atividades profissionais exercem nos usos linguísticos: quanto mais contato com falantes que dominam a norma culta, mais alterações linguísticas são percebidas, independentemente da faixa etária.

- informante que trabalha como telefonista de telemarketing

(14) “os dois ônibus **VIRARAM** no meio da enchente” (O14F1T)

(15) “por causa dessa doença que elas **ACABARAM** se aproximando” (O18F2T)

- Informante que trabalha como doméstica

(16) “Elas brigava muito, quando elas **ERA** mais novas” (O21F3T)

(17) “Nunca os adolescentes **QUER** ouvir os adulto (O20F2T)

3.4 Variáveis linguísticas

Nesta pesquisa, são analisadas sete variáveis linguísticas, sendo que a variável dependente é a presença de concordância verbal de terceira pessoa do plural, em dois *corpora*: oral e escrito. A partir dela, são estudadas as seguintes variáveis independentes:

1) posição do sujeito (anteposto ou posposto ao verbo);

³⁹ Informação fornecida pelas entrevistadas.

- 2) distância do sujeito em relação ao verbo (próximo ou distante);
- 3) preenchimento do sujeito (desinencial, nominal, pronominal, numeral, relativo e quantificador);
- 4) quantidade de núcleos no sujeito (um núcleo, dois núcleos e mais de dois núcleos);
- 5) caracterização semântica do sujeito ([+ humano] e [- humano]);
- 6) saliência fônica (níveis 1, 2, 3, 4, 5 e 6);
- 7) concordância nominal do sujeito (com concordância e sem concordância).

Todas elas são tratadas sem nenhum critério de hierarquia, como se umas fossem mais importantes que outras. Ao contrário: cada uma delas tem uma relevância na aplicação de fenômenos linguísticos, variando apenas a significância que possuem nos contextos social e linguístico de uso, assim como o perfil de seus falantes. A escolha dessas variáveis, em detrimento de outras, porém, se dá a partir do resultado de análise e dos objetivos propostos pelas pesquisas. Muitas dessas variáveis são analisadas em muitas pesquisas sociolinguísticas no Brasil nos mais diversos contextos, e a presença de algumas delas nesta pesquisa aponta tanto para a regularidade como para a mudança na língua portuguesa.

3.4.1 Variável Posição de sujeito em relação ao verbo

Os fatores dessa variável incluídos nesta variável são sujeito à esquerda do verbo e sujeito à direita do verbo. Segundo Tarallo (1993), o PB, desde o séc. XIX, tem se diferenciado do português europeu (PE), por diminuir o uso da posição VS e deixando de apresentar o sujeito nulo, se tornando uma língua *não-pro-drop*⁴⁰. Assim, estaria havendo um enrijecimento do padrão canônico de ordem das palavras (SV). Neste caso, para Tarallo, há uma correlação entre o aumento do preenchimento do sujeito e a diminuição da ordem VS no PB. A ordem direta, como é conhecida a estrutura SV, favorece o uso da regra de concordância verbal.

⁴⁰ São as línguas que não permitem a não-realização do sujeito nulo.

Porém, segundo Mollica (2002, p. 9), pesquisas mais recentes apontam para outra hipótese: a ordem canônica SV no português estaria em processo de mudança para VS, paralelamente à tendência da gramática de marcar a flexão à esquerda. Assim, os falantes naturalmente interpretam o sujeito posposto ao verbo e/ou distante dele como um SN objeto, resultando em menor índice de concordância. Diz a pesquisadora:

Sentenças como 'chegouø as aulas', ou ainda 'acabouø, que pena, as aulas' ou 'chegouø, finalmente, as aulas' são extremamente comuns na fala e na escrita. Pedagogicamente, trabalhar prioritariamente esses contextos é extremamente aconselhável, uma vez que as chances de processamento das variantes sem a concordância são bem altas.

Como está detalhada na análise de dados desta pesquisa, em pesos relativos, a diferença entre as duas possibilidades de uso é de aproximadamente a metade (.52 para a ordem SV, e .25 para a ordem VS). Abaixo, alguns exemplos que traduzem o uso da ordem SV:

(18) “mas eles sempre **FORAM** assim, em relação aos filhos” (O18F1T)

(19) “... eles sempre me **SERVEM**, né?” (O15F3O)

Mas a ordem dos constituintes, em uma sentença, não é única, apesar da diminuição da estrutura VS no PB. Ambas coexistem, sendo igualmente aceitas pelos falantes. No entanto, uma delas é sempre dominante – no caso a estrutura SVO, mas a estrutura VSO (verbo/sujeito/objeto) aparece em diversas estruturas em que o SN que ocupa a posição de sujeito encontra-se posposto ao verbo. Exemplos de ambas as estruturas nesta pesquisa, tanto o sujeito concordando ou não com o verbo:

Ordem VSO:

(20) “é ruim quando **ACONTECE** algumas desavenças” (O18F1T)

(21) “saíam, **VENDIAM** lanche ela e o marido” (O12F1O)

Ordem SVO:

(22) “Elas **CONVERSAM** sobre a vida delas no barzinho (O14F1T)

(23) “os menino só **IAM** querer brincar de carrinho, de bola” (O2OF2T)

Diversas pesquisas a respeito da variação na concordância verbal também evidenciam que o sujeito antes do verbo, ou seja, à sua esquerda, também propicia mais concordância verbal, enquanto o sujeito depois do verbo (à sua direita) reduz drasticamente a pluralização verbal na fala de qualquer nível de escolarização em português (LEMLE & NARO, 1977; NARO & SCHERRE, 1991; GRACIOSA, 1991), chegando, inclusive, a se manifestar na escrita padrão.

Coerentemente com os resultados de outras pesquisas, como a realizada por Naro (1997, p. 102-103) e o *Corpus* Censo do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL), formado por falantes entre 1 e 11 anos de escolarização do Rio de Janeiro, percebe-se que o sujeito expresso imediatamente à esquerda do verbo favorece a concordância plural; sujeito expresso à direita do verbo (sujeito posposto ao verbo) desfavorece de forma contundente a concordância verbal (SCHERRE, 2005, p. 54). Ainda de acordo com Scherre, após analisar a fala de pessoas de níveis social e econômico altos, o uso do sujeito após o verbo desfavorece a presença de concordância plural na fala de qualquer falante brasileiro.

3.4.2 Variável Distância entre sujeito e verbo

Nas estruturas de diversas línguas, o verbo pode estar imediatamente após o sujeito, ou invertido, em posição à direita, sem qualquer elemento separando os constituintes, ou com um, dois ou mais elementos intercalados entre o sujeito e o verbo. Para Zilles, Maya e Silva (2000) e Mollica (2002), quanto maior o distanciamento entre o verbo e o sujeito, maior é o favorecimento à omissão de ocorrências de concordância verbal. A realização da CV é maior, portanto, se não houver elementos intercalados entre sujeito e verbo.

Scherre (2005) constata, em pesquisa realizada em jornais brasileiros, que, historicamente, os meios de comunicação escritos buscam primar pelo uso da norma padrão. Segundo ela, o

sujeito expresso imediatamente à esquerda do verbo (p. ex: *eles dizem*) favorece a concordância plural, enquanto que sujeito expresso à direita do verbo (sujeito posposto ao verbo) desfavorece de forma contundente a concordância plural. Ela conclui que esse efeito estrutural é sempre uniforme, independentemente da variável anos de escolarização dos falantes, “embora haja aumento da concordância em função de mais exposição ao ambiente escolar” (p. 54), ressalta a pesquisadora.

Nesta pesquisa, os dados referentes a essa variável ratifica esta tendência: quanto mais próximos estiverem o sujeito e o verbo, maior a probabilidade da aplicação da marca do plural no verbo. Mas, sozinha, esta variável não revela o domínio ou não da norma padrão entre falantes de classes sociais diferentes. Abaixo, alguns exemplos de informantes de diferentes faixas etárias, trabalhando ou não. Todas elas, em maior ou menor grau, deixam de aplicar as regras de CV:

- proximidade entre sujeito e verbo

(24) “alguns **FICARAM** com a Bíblia na mão” (O15F3O)

(25) “os jovens **BRINCAVA** muito no carnaval” (O14F1T)

- distanciamento entre sujeito e verbo

(26) “as pessoas que eu convivia não **QUERIA** que eu tivesse amizade com ninguém” (O21F3T)

(27) “as pessoas que eu não tenho intimidade **FICA** distante.” (O14F1T)

3.4.3 Variável Preenchimento do sujeito

Na língua portuguesa, o núcleo do sujeito pode ser representado por pronomes (pessoais, demonstrativos, indefinidos, relativos ou interrogativos), substantivos ou palavras com função de substantivo, numerais e quantificadores. Deve-se considerar, também, o sujeito desinencial

identificado a partir da desinência número-pessoal das formas verbais.⁴¹ Então, é possível encontrar nas construções verbais as seguintes possibilidades:

- (a) Os alunos foram ao cinema
- (b) Dez foram ao cinema
- (c) Eles foram ao cinema
- (d) Muitos foram ao cinema
- (e) Os alunos que não estão na sala foram ao cinema
- (f) Fomos ao cinema.

Sociolinguisticamente, o preenchimento do sujeito, de um modo geral, não interfere na aplicação da regra, conforme demonstra Souza (2007), em pesquisa sobre este fenômeno em Salvador. Mas é relevante perceber que os falantes desta pesquisa, todos eles inseridos em um contexto socioeconômico baixo e aprendizagem com pouco contato com variáveis mais valorizadas socialmente, fazem uso, em sua fala, de todas estas possibilidades de preenchimento do sujeito, mostrando a sua riqueza discursiva no uso da fala. Mas essa constatação não implica, diretamente, na aplicação da regra de CV. Percebe-se a predominância do sujeito preenchido com o pronome pessoal (eles/elas), promovendo a coesão textual.

- (28) “As meninas do trabalho **SAI** muito comigo” (O14F1T) – sujeito nominal
- (29) “Todos erra, todos **FALHA** na vida” (O12F1O) – sujeito pronominal
- (30) “**MORREU** os dois” (O12F1O) – sujeito numeral
- (31) “os gerentes trocaram ele da limpeza, **BOTARAM** na copa” (O12F1O) – sujeito desinencial
- (32) “Mas muitos deles não **QUEREM** isso (O2OF2T) – sujeito quantificador⁴²
- (33) “...fala de mães que **AMALDIÇO**A os filhos na infância (O21F2O) – sujeito relativo

Percebe-se, então, que o preenchimento do sujeito é uma variável relevante para o estudo da aplicação das marcas plurais na relação SN e verbo. Incluindo o ensino formal de língua

⁴¹ Nas gramáticas pedagógicas, o sujeito desinencial é, também, denominado de sujeito oculto ou implícito: um paradigma flexional com desinências verbais capazes de indicar o pronome-sujeito sem que haja a necessidade de explicitá-lo.

⁴² Sujeito quantificador é aquele que se refere a agentes oracionais, indicando marca semântica de quantidade, como ‘todo’, ‘muitos’, ‘cada’, por exemplo.

portuguesa nesta análise, é possível identificar quais os tipos de SN mais favoráveis e quais as classes morfológicas que promovem a CV, tanto na fala como na escrita.

3.4.4 Variável Quantidade de núcleos no SN

O núcleo do sujeito oracional pode ser preenchido com um ou mais de um núcleo, sejam eles nominais, pronominais, quantificadores ou numerais. Esta alteração pode interferir na ocorrência de concordância de número, muitas vezes, dependendo do contexto linguístico de uso: posição do sujeito – se anteposto ou posposto ao verbo, e próximo ou não ao verbo. Considera-se que, no PB, o núcleo do sujeito é o termo controlador da concordância; é ele que determina o valor do traço de número e pessoa do verbo. Bechara (2004, p. 17) afirma que “entre outros alcances que se podem extrair da distinção entre sujeito simples e composto, um dos mais imediatos é o relacionado à concordância do verbo com o sujeito explícito”. Então, uma sentença oracional no PB é avaliada como agramatical dada a concordância do verbo com um termo do sintagma preposicionado modificador do núcleo. A sentença “o grupo de alunos chegaram” exemplifica este fenômeno.

Pesquisa realizada por Scherre (1994, p.47) mostrou que a relação quantidade de núcleos no sujeito é relevante na aplicação de regras da concordância verbal. Através dela, percebeu-se que, na escrita, especificamente, a variação não se restringe aos casos aceitos pelas gramáticas brasileiras e que são referência nas instituições escolares, mas envolve quatro grandes configurações estruturais, pelo menos: a) construções com sujeitos pospostos, independentemente de serem compostos; b) construções com sujeito simples de estrutura de estrutura complexa, independentemente de expressarem noções quantitativas, coletivas ou partitivas; c) construções com sujeito de estrutura complexa que expressam percentual; e d) construções com sujeito composto singular de estrutura complexa. Diz ela:

a conclusão a que já cheguei, através da análise de um número significativo de casos, é a seguinte: a concordância verbo-sujeito é sempre regida pelo núcleo do sujeito, se o

sujeito em jogo tiver um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo. Nos demais casos, outros elementos podem entrar em jogo para assumir o controle da concordância. Por exemplo, em casos de sujeito de um só núcleo de estrutura complexa, o controle da concordância também pode ser assumido pelo núcleo do sintagma nominal inserido no sintagma preposicional; e, se houver mais de um sintagma preposicional, quem vai comandar a concordância é o núcleo do sintagma nominal que se encontra inserido no sintagma preposicional na posição mais alta, ou seja, mais à esquerda na construção sintática.

Mollica (2002) inclui outros fatores sintáticos que contribuem para a realização da CV, quando estuda a quantidade de núcleos presentes do sujeito: se este for constituído por um só núcleo humano; se o sujeito for constituído por um só núcleo não-humano sem adjunto preposicionado, ou seja, for de estrutura simples; se o sujeito for constituído por um só núcleo de estrutura complexa, com todos os elementos – núcleo e adjuntos preposicionados – na forma singular; e, por fim, se o sujeito for constituído por dois ou mais núcleos (sujeito composto) com pelo menos o mais próximo ao verbo da forma plural.

Para esta variável, Mattos e Silva (2003) verifica que a retomada anafórica por meio de sujeito nulo favorece o aparecimento da pluralização verbal. Nesta pesquisa, especificamente, foram considerados sujeitos com um, dois e três e mais núcleos, mas diante da pequena quantidade de sentenças com sujeito composto com mais de três núcleos foi descartado este fator na análise estatística feita pelo programa computacional Varbrul. Em todas as ocorrências (cinco, apenas), não foi aplicada a concordância.

- sujeito formado por um núcleo

(34) “alguns jovens **SÃO** muito mal educados” (O18F1T)

(35) “tem muitas criança que **FICA** com aquela coisa” (O23F2T)

- sujeito composto por dois núcleos

(36) “as meninas e os meninos também **SÃO** tudo bom” (O15F3O)

(37) “a esposa dele e o filho dele **BRIGAVA**” (O17F1O)

- sujeito formado por mais de dois núcleos

(38) “minha mãe, minha vó, e minha tia **MORA** na mesma casa” (O14F1T)

(39) “**É** tios, tias e namorado” (O16F1T)

Deve-se considerar nesta variável, também, o argumento da redundância – a existência de sujeitos com mais de um núcleo se tornaria indispensável, já que, na comunicação, a idéia de pluralidade já está garantida no SN composto. E para os falantes que pouco conhecem as normas – apenas as reconhecem em sala de aula, esta explicação pode contribuir para a compreensão da ausência das marcas de CV em alguns contextos linguísticos.

3.4.5 Variável Saliência fônica

A variável saliência fônica é uma das mais significativas para a Sociolinguística laboviana. Especificamente, ela diz respeito a um grupo de fatores organizados em função do maior ou menor contraste entre as formas verbais com a desinência no plural e a forma singular. No Brasil, o estudo da saliência fônica na aplicação ou não de determinada regra linguística tem sido muito relevante, a começar por Naro e Lemle (1977)⁴³, quando estudavam a variável forma verbal, com o objetivo de analisar a interferência fonológica no uso de variáveis na concordância verbal.

Outros estudos sobre a CV investigaram a variável saliência fônica (NARO, 1981; SCHERRE; NARO, 1997; MONGHILHOTT; COELHO, 2002). Todos eles verificaram, também, que diferenciações maiores entre as formas verbais singulares e plurais tendem a ser mais marcadas do que as menos salientes, ou seja, as oposições mais salientes entre singular e plural, sendo mais perceptíveis, contribuem para a aplicação da regra. Essa tendência correlaciona-se estreitamente com o fato de que as formas mais salientes, por serem mais perceptíveis aos ouvintes e ao próprio interlocutor, sofrem maior observação por parte da sociedade e, assim, é natural que tanto as mulheres quanto os falantes mais escolarizados, em

⁴³ O termo ‘saliência fônica’ foi criado por esses dois pesquisadores.

geral, evitem a não concordância verbal em situações de maior saliência fônica, para não sofrer o estigma.

Segundo Naro e Scherre (1991), a análise da saliência fônica deve envolver uma hierarquia, baseada em dois critérios: presença ou ausência de acento na desinência e quantidade de material fônico, que diferencia a forma singular da forma plural. Há dois níveis – em cada um deles, há três categorias – de saliência fônica. Naro e Scherre (1981), porém, propõem dois níveis – oposição não-marcada e oposição marcada, a partir da observação da fala carioca:

- Nível 1 (oposição não marcada), que inclui pares que não estabelecem uma alteração mínima entre o singular e plural, que pode ocorrer através de nasalização sem mudança na qualidade da vogal na forma plural, como demonstra o exemplo a seguir:

- envolve nasalização sem mudança na qualidade da vogal na forma plural

(40) “eles **CONVIVE** só” (O11F2O)

- envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural

(41) “eles **CHEGAVA** em casa” (O18F1T)

- envolve acréscimo de segmentos na forma plural

(42) as crianças **FAZ** coisa errada (O12F1O)

- Nível 2 (oposição marcada), que agrupa pares nos quais os elementos fonéticos estabelecem oposição em pelo menos um membro de oposição: ditongação e/ou mudança na qualidade da vogal na forma plural, como demonstra o exemplo abaixo:

- envolve ditongação e/ou mudança na qualidade da vogal na forma plural:

(43) “Porque por falta de oportunidade que eles não **DÃO** oportunidade a ela” (O21F3T)

- Acréscimos de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural:

(44) “apesar de muito sofridos, eles **FORAM** muito guerreiros” (O18F1T)

- Acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural: seja na desinência, na raiz e até mudanças completas.

(45) “meus professores **SÃO** uma maravilha” (O21F3T)

Passados 30 anos desde o início da análise desta variável no PB, atuais pesquisas sociolinguísticas apontam para a mesma conclusão. Silva (2005, p. 258), em pesquisa realizada com falantes do português popular, em comunidades rurais do estado da Bahia, constatou que

no curso da aquisição da regra de concordância verbal, os falantes do português popular tendem a perceber e incorporar primeiramente as formas mais salientes, justamente aquelas em que o singular e o plural possuem formas totalmente diferentes, por tratar-se de mudança de raiz.

Na sua análise, Silva também concluiu que “o nível menos saliente é aquele em que, em posição não-acentuada, a oposição singular/plural dá-se apenas pela oposição oral/nasal na desinência de número e pessoa” (*op. cit.*, p. 260).

Souza (2007), em tese de doutorado⁴⁴, cujo universo de pesquisa é composto por falantes de Salvador (BA), constata que, por exemplo, verbos como *come/comem* promovem menos concordância que os verbos *falou/falaram*, por conta da saliência fônica. Ao cruzar a variável saliência fônica com os níveis de escolaridade, esta pesquisadora (*op. cit.*, p. 94) percebeu que falantes de apenas nível médio aplicam menos a regra de CV com verbos com menos saliência fônica (*come/comem*) em relação a falantes que possuem os níveis fundamental e superior, mas, em contrapartida, aplicam mais a CV quando a saliência fônica é mais perceptível (*é/são*).

Ao considerar esses dados com variação espacial, percebe-se que os falantes mais escolarizados dos grandes centros urbanos estigmatizam a não-aplicação da regra de CV de

⁴⁴ A tese ainda não foi concluída, nem defendida. Os dados aqui expostos encontram em trabalho apresentado em Exame de Qualificação de Doutorado em Letras e Linguística, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

terceira pessoa, por ser esta uma variável que identifica, principalmente, falantes do interior e da zona rural, das diferentes regiões brasileiras⁴⁵. A não-aplicação da regra, na zona rural, não é tão fortemente estigmatizada e sugere apenas, quando notada, a baixa escolarização do falante, sem denunciar sua origem geográfica ou social.

3.4.6 Variável Concordância nominal no sujeito

O estudo da CV, numa perspectiva sociolingüística, não está isolado no contexto oracional no qual o falante aplica as regras lingüísticas. Assim, a aplicação das regras de concordância nominal (CN), por exemplo, contribui – e até pode definir –, significativamente, a aplicação da concordância verbal. A CN no sujeito se dá quando a marca de plural tanto aparece no núcleo do sujeito do sintagma nominal (SN) como nos elementos a ele adjuntos; assim, logicamente, um SN sem concordância é aquele em que o(s) determinante(s), seus adjuntos e o núcleo estão com uma marcação de número diferente.

De acordo com Paiva e Scherre (1999), no nível morfossintático, os estudos sobre a concordância de número trouxeram à luz o comportamento simétrico dos três processos variáveis de concordância: a variação de concordância no sintagma nominal (*os meninos/os menino; as portas abertas/as porta aberta*); entre verbo e sujeito (*Eles ganham demais/Eles ganha demais*) e dos predicativos e participios passivos com o sujeito (*as coisas tão caras/as coisa tá cara; os meus filhos foram amamentados/os meus filhos foram alfabetizado*). Fica evidente, então, a relevância da análise da concordância de número no sujeito, favorecendo ou não a concordância de pessoa na terceira pessoa do singular.

Souza (2007) considerou a variável concordância nominal no sujeito nas ocorrências de CV na fala de Salvador. A diferença entre SN sujeito com concordância foi bastante alta (.64) contra (.36) para o SN sem concordância. A análise de Silva (2003), que analisou essa variável entre falantes do português popular rural baiano, confirma estes dados: (.74) para SN com concordância e (.48) para SN sem concordância. Ou seja: tanto entre falantes urbanos, quanto

⁴⁵ Vale ressaltar que todos os falantes, independentemente de nível de escolaridade, não realizam a pluralização verbal, principalmente em sentenças de uso de verbos de baixa saliência fônica. Essas diferenças são maiores no nível diastrático do que no nível diatópico.

entre falantes de comunidades rurais, a aplicação da concordância no SN favorece a concordância verbal. Alguns exemplos desta pesquisa que ratificam estes resultados:

- SN com concordância

(46) “os jovens **SAEM** pra beber” (O17F1O)

(47) “os professores me **CHAMAVAM** muito a atenção” (O14F1T)

- SN sem concordância

(48) “aí minhas tia **PEDIU** que eu ficasse aqui com elas” (O18F1T)

(49) “As menina **BRINCAVA** mais de boneca” (O25F3O)

Todas essas constatações apontam para um fenômeno linguístico denominado de efeito coesão estrutural. Segundo Lucchesi (2000a), trata-se de coocorrência de marcas lingüísticas no curso do processo de descrioulização⁴⁶ do português brasileiro: uso simultâneo de estruturas lingüísticas diferentes.

Esta hipótese, apresentada por Lucchesi, é bastante significativa quando se estuda a formação do português popular brasileiro. Os falantes das camadas sociais mais baixas, desde o processo de formação do povo brasileiro, passaram por etapas diferenciadas, em relação aos falantes de camadas sociais mais altas, devido, principalmente, à escolarização e ao pouco contato lingüístico com outras normas menos prestigiadas. No contexto desta pesquisa, poderia ser feito o seguinte paralelo, formulado por Labov (*apud* MONTEIRO, 2002, p. 66-67):

Os integrantes das classes populares só tomariam contato com essa variedade lingüística de prestígio muito mais tarde na escola, quando o processo de socialização básico já teria se cumprido mediante formas lingüísticas estigmatizadas. Além disso, por vontade inconsciente de preservar sua identidade cultural com o grupo social de que precedem, indivíduos dessa última classe resistiriam a fixar a variedade expressiva padrão, já que esta encerra valores da classe dominante, e a empregá-la consistentemente em situações formais de interlocução na sociedade.

⁴⁶ A descrioulização pode ter surgido do contato com traços irregulares da forma padrão portuguesa; ou seja, uma forma crioula adquirindo formas não-crioulas (ALMEIDA, 2006).

Quanto à aplicação deste fenômeno para a compreensão do uso da CV, percebe-se que a presença da marca de concordância no nível do sintagma nominal sujeito levaria a aumentar a frequência no sintagma verbal (SV) relacionado a esse SN sujeito. Assim sendo, Silva (2005, p. 128) diz que “o falante tenderia a empregar, com mais frequência, a concordância no sintagma verbal quando empregasse a concordância nominal entre as estruturas (núcleo e adjuntos) que compõem o sujeito”.

3.4.7 Variável Caracterização semântica do sujeito

O traço [humano] desempenha um papel importante na concordância verbal. O estudo da variação lingüística relacionado a fenômenos semânticos ampliou significativamente as análises sociolingüísticas, pois, segundo Gryner e Omena (2003, p. 89), “esses dados fornecem pistas confiáveis, ou mesmo cruciais, para a identificação do significado das variantes”. A maioria desses dados envolve categorias gramaticais e conteúdos que dependem do conhecimento de mundo e/ou do contexto para sua interpretação, a saber, animacidade, indeterminação e grau de certeza.

As autoras atentam para o fato de a mesma categoria semântica poder ser expressa em níveis distintos: no que tange à ocorrência de CV, busca-se observar os traços semânticos do sujeito e a relação do verbo com o sujeito da oração. De acordo com Scherre e Naro (1998, p. 67), na língua falada, o sujeito [+humano] controla a concordância explícita plural de forma mais acentuada do que o sujeito com traço [-humano], concluindo, respaldados em diversos estudos nos últimos 20 anos que

a concordância verbo/sujeito no português falado do Brasil é controlada por dimensões da saliência na relação sujeito/verbo e na oposição singular/plural. Evidenciamos que o traço [humano] exerce influência em dados da fala, em dados da escrita do português do Brasil moderno e em dados do português antigo. (...) Tendo em vista que referentes humanos são tipicamente mais centrais no discurso humano, desempenhando um importante papel no fluxo da informação, nossos resultados estão de acordo com a hipótese da saliência, ampliada para o nível semântico-discursivo. Evidenciamos, também, que há um jogo de forças mais geral envolvendo o traço semântico de número, o traço sintático de número e o traço [humano].

Dados da pesquisa de Souza (2007, p. 88), ao estudar a CV na fala de Salvador, confirmam essa hipótese: ligeiramente, o traço [+ humano] (.54) favorece a aplicação da regra, enquanto o traço [-humano] a desfavorece (.32). A pesquisadora credita também essa tendência, principalmente, à escolaridade do falante: quanto maior a escolaridade, maior a possibilidade de a CV ocorrer em sujeito com traço [+ humano]. O mesmo conclui Silva (2005), encontrando uma diferença menor: (.52) para sujeito [+ humano] e (.40) para sujeito [-humano], mostrando a regularidade do fenômeno.

Como o universo dessa pesquisa é formado por falantes de Salvador, residentes em comunidades populares, os dados parecem confirmar o que Souza (2007) detectou, tendo como base falantes de diversas classes sociais, profissões e escolaridade. Abaixo, algumas amostras do *corpus* oral esboçam resultado semelhante:

- SN [+humano]

(50) “os jovens **SAEM** pra beber” (O17F1O)

(51) “meus professores **SÃO** uma maravilha” (O21F3T)

- SN [-humano]

(52) “Nossas brigazinhas **ACONTECE** como todo casal” (O14F1T)

(53) “umas coisa que não **ENTRA** em minha cabeça” (O18F1T)

3.5 Hipóteses de pesquisa

Há exatos 9 anos que estamos desenvolvendo o trabalho de docência na rede pública de educação em Salvador, como professora de Língua Portuguesa. Como é do conhecimento público, a maioria dos estudantes que estão matriculados nas escolas e colégios públicos estaduais, especificamente, faz parte das classes sociais mais baixas, por não terem condições financeiras de manter-se em instituições de ensino privado. O ensino formal de língua portuguesa ainda está centrado na norma padrão, como prescrevem as gramáticas normativas.

Então, nesse período, muitas perguntas surgiram no decorrer deste trabalho, fruto da tentativa de perceber como a prática pedagógica, comprometida, em parte, com as políticas públicas para o Ensino Médio, poderia ajustar-se às demandas dos alunos e ao contexto social e cultural no qual eles estão inseridos e, assim, dar visibilidade às novas propostas de ensino da língua portuguesa, que incluem considerações sobre variação lingüística. As leituras a respeito dos pressupostos sociolinguísticos em muito contribuíram para perceber a realidade lingüística dos alunos e o processo de aprendizagem desenvolvido, dentro do paradigma culto. Em pesquisa realizada na mesma escola (MATTOS, 2006)⁴⁷, algumas hipóteses foram elaboradas, promovendo, inclusive, este trabalho de dissertação, que busca, exatamente, testá-las, ou ampliá-las, de forma que a percepção do contexto lingüístico e pedagógico se torne mais claro. As hipóteses desta pesquisa se basearam em algumas constatações, tais como:

- Historicamente, a presença da mulher nas instituições escolares sempre foi menor – quantitativa e qualitativamente – que os homens. Somente nos últimos anos, sob a influência mais efetiva da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho, muito motivadas por necessidades financeiras, elas ganharam novos espaços no contexto social, tendo a oportunidade de conhecer contextos lingüísticos diferentes aos que elas estavam familiarizadas. Muito certamente, este fato influenciou no perfil lingüístico brasileiro⁴⁸.
- O exercício profissional das mulheres em muito contribui para o uso da norma padrão, talvez bem mais que o conhecimento adquirido em sala de aula, devido, principalmente, à baixa qualidade de ensino, que, dentre outras coisas, não considera o contexto sociolinguístico de seus alunos. Na fala, pessoas de grupos populares aprendem a aplicar a regra de CV em situações mais monitoradas.

Assim, ao iniciar esta pesquisa, partimos das seguintes hipóteses:

⁴⁷ A pesquisa objetivou comparar a ocorrência da concordância verbal entre alunos da 5ª série do Ensino Fundamental e alunos do 3º ano do Ensino Médio, da mesma instituição escolar e do mesmo turno. Como se esperava, os alunos do último ano do EM utilizam mais a concordância verbal, e, entre estes, alunos da faixa etária 1 (17 – 23 anos) aplicam mais a regra que os alunos da faixa etária 3 (mais de 35 anos), confirmando que a aprendizagem tardia de adultos não proporciona, sozinha, o uso da norma padrão. A análise foi baseada em dados percentuais.

⁴⁸ A comparação entre gêneros não é tratada neste trabalho, exigindo, até, uma investigação posterior, mas o alto número de mulheres nas escolas públicas brasileiras é maior que homens, cf. subitem 1.6.2, desta dissertação.

- O ensino de língua portuguesa, dentro do contexto socioeconômico brasileiro e baseado nas políticas públicas para educação, em especial nas instituições públicas na Bahia, ainda mostra-se, em alguns aspectos, ineficiente para o aprendizado, devido, dentre outros motivos, à deficiência distorção série-idade. Acredita-se que a experiência profissional tende a promover mais o uso da concordância verbal que o processo de aprendizado dos estudantes na escola.
- A distorção idade-série – um dos problemas da educação brasileira – interfere negativamente na aplicação da concordância verbal. O que vale dizer que nem sempre os falantes mais velhos dominam mais a norma padrão que os mais novos.
- Toma-se como hipótese, também, que a aplicação das regras normativas referentes à CV é significativa para perceber a influência do mercado de trabalho e do mercado ocupacional no uso da variante inovadora, pelo fato de a falta de concordância ser um traço lingüístico fortemente estigmatizado no contexto social.
- Tomou-se, também, como pressuposto sociolinguístico, que as variáveis sociais promovem muitas alterações no uso da concordância verbal, inclusive nas que dizem respeito à faixa etária; ou seja:
 - a. os falantes da faixa etária 1 (17-23 anos) e da faixa etária 3 (mais de 35 anos) aplicam mais a regra da CV por dois motivos: os primeiros, por serem mais jovens, não estão com distorção série-idade tão alta e sem um histórico escolar sem grandes períodos de interrupção. Além disso, sentem-se mais atraídos à leitura e a mídia. Já os informantes da faixa etária 3, por serem mais conservadores, possuem mais tempo atuando como profissionais e estão mais em contato com situações que exigem mais a norma padrão. A escola apenas ratificaria um uso lingüístico, nem sempre aplicado na prática profissional, pois há a dependência da atividade exercida.
 - b. a escola pública não consegue atingir os objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), na medida em que não prepara – ou não contribui – o aluno para

a inserção em contextos mais formais, os quais exigem a aplicação de regras da norma padrão, a mesma escolhida pelos livros didáticos.

- Quanto às variáveis lingüísticas, pressupõe-se que:
 - a. a regra de CV é mais aplicada quando a posição do sujeito é anteposta e próxima ao verbo, como afirmam pesquisas sociolingüísticas feitas por muitos outros pesquisadores; ou seja, quanto mais simplificado e direto for o contexto da aplicação das regras de CV, maior a incidência de seu uso, de acordo com a norma padrão.
 - b. a variável saliência fônica é a que mais promove a pluralização verbal, principalmente em níveis que exigem acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural, tanto na desinência, como na raiz.
 - c. em contextos oracionais cujo sujeito já tem carga semântica pluralizante, como os numerais e os quantificadores, por exemplo, as regras de CV são pouco aplicadas.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

“Fotografias sociolingüísticas”. Este é o título de um dos livros de Tarallo (1989), que expressa o exercício do sociolinguista: fotografar, em detalhes, as marcas que uma língua deixa nos mais diversos contextos, o que inclui falantes, situações, espaços e uma época. Analisar dados, coletados em uma determinada comunidade de fala, é revelar aos falantes o que realmente acontece quando a interação comunicativa se dá através do código linguístico entre sujeitos reais. Nesses poucos mais de 50 anos, sociolinguistas brasileiros têm desenvolvido pesquisas e postulados para conhecer e acompanhar esse movimento da língua falada nos mais diferentes contextos deste país, com o objetivo de saber como os fatores linguísticos e sociais se entrecruzam e marcam esse processo, às vezes confirmando e, em outras pesquisas, alterando muitos dos pressupostos teóricos basilares da Sociolingüística Quantitativa.

O processo de análise de dados desta pesquisa segue os caminhos clássicos propostos pela teoria sociolingüística, que envolve apresentação de resultados, interpretação e comparação com outras pesquisas, considerando o que já foi percebido em trabalhos anteriores. Esses procedimentos, normalmente, apontam tendências, alterações e traços específicos relacionados ao *corpus* em estudo, no caso, estudantes mulheres do último ano do ensino médio de uma instituição de ensino da rede pública de Salvador. Gráficos e tabelas traduzem, em números, essa realidade, mas, sozinhos, pouco dizem: a interpretação dos dados e os fundamentos teóricos são imprescindíveis.

Nas 12 entrevistas realizadas – 6 com mulheres concludentes do ensino médio que exercem no momento alguma atividade profissional, e com 6 que não estão trabalhando – cada uma tendo, em média, 30 minutos de gravação –, foram encontradas 987 ocorrências de situações lingüísticas em que as formas verbais de terceira pessoa do plural pudessem ocorrer. Com base no *corpus* disponível nos textos escritos, produzidos pelas mesmas alunas entrevistadas (cerca de 90 ocorrências), são apresentados os resultados de análises estatísticas em níveis percentuais e pesos relativos, oferecidos pelo programa computacional Varbrul, que apontou quais as variáveis significativas e as que não foram selecionadas para análise.

O programa Varbrul selecionou as seguintes variáveis e suas respectivas variantes: no *corpus* oral,

- 1) posição do sujeito (anteposto ou posposto ao verbo);
- 2) distância do sujeito em relação ao verbo (próximo ou distante);
- 3) preenchimento do sujeito (desinencial, nominal, pronominal, numeral, relativo e quantitativo);
- 4) quantidade de núcleos no sujeito (um núcleo, dois núcleos e mais de dois núcleos);
- 5) caracterização semântica do sujeito ([+ humano] e [-humano]);
- 6) saliência fônica (níveis 1, 2, 3, 4, 5 e 6);
- 7) concordância nominal do sujeito (com concordância e sem concordância)
- 8) faixa etária (F1, F2 e F3).

As variáveis mercado de trabalho e mercado ocupacional não foram selecionadas pelo programa, sendo analisadas apenas com percentagens, enquanto que as demais são analisadas por pesos relativos. É apresentada a tendência de cada uma dessas variáveis em relação à variável dependente – concordância verbal de terceira pessoa do plural – em textos orais, e, de forma comparativa, como esse fenômeno se apresenta no texto escrito.

No *corpus* escrito, foram selecionadas apenas as variáveis posição do SN, saliência fônica e faixa etária, que são analisadas em pesos relativos. Paralelamente, é feito um cruzamento das variáveis em análise com a variável social faixa etária com base nos dados orais e escritos, com o objetivo de perceber a tendência do uso de CV em ambos os contextos. A princípio, constata-se que quanto mais jovens as alunas, maior a probabilidade de aplicar a CV na comunidade em estudo, tanto na oralidade como na escrita.

4.1 Concordância verbal: variável dependente

Qual a relação entre o uso da concordância verbal de terceira pessoa e a inserção no mercado de trabalho entre mulheres concluintes do ensino médio, integrantes de uma comunidade carente de Salvador e matriculadas em uma escola pública de Salvador? Esta é a pergunta basilar desta pesquisa, e com dados coletados e manipulados pelo programa Varbrul, é possível

encontrar algumas respostas e compreender o papel da escola no processo de inclusão social e linguístico, proposto pelos programas de educação dos órgãos públicos brasileiros. Através deles, é esperado dos alunos o domínio – mínimo que seja – das regras de concordância verbal expressas na norma padrão, depois de 11 anos, em média, de aprendizagem formal da língua materna.

A investigação sobre a aplicação das regras de CV em comunidades populares não é recente. Em 1995, Vieira (2007) desenvolveu uma pesquisa sociolingüística para perceber a diferença de aplicação de CV entre falantes de camadas populares e de classe média na modalidade oral do Rio de Janeiro. A conclusão final confirmou, então, a produtividade de não-concordância nas chamadas variedades populares em situações de fala informal e a alta produtividade da concordância na fala de pessoas com alto grau de escolaridade, no mesmo contexto de fala.

Passados exatos 13 anos, os dados orais apontados na presente pesquisa revelam a mesma realidade: nas análises feitas em dados percentuais e pesos relativos, a ausência de concordância na fala de falantes/alunos de classes populares em situação informal é significativa: dentre as 987 ocorrências encontradas em todo o *corpus*, apenas em 334 delas (34%) os verbos foram pluralizados, enquanto em 653 (66%), as regras da CV não estavam de acordo com a norma padrão. Essa diferença corresponde a muito mais de 50%, considerada alta, uma vez que a escolaridade deveria contribuir com mais força na promoção de alunos na inserção no mercado de trabalho.

Se a coleta de dados ocorresse em contexto mais formal, provavelmente o efeito do aprendizado escolar se tornaria mais visível, assim como o mercado de trabalho, principalmente em um contexto social em nível nacional, no qual as exigências para trabalhadores ficaram mais acentuadas, até rejeitando, para algumas atividades, profissionais que não dominam, pelo menos, os traços linguísticos mais estigmatizados.

A escrita sempre teve caráter de maior formalidade em relação à fala, com forte traço conservador, por garantir mais reflexão e monitoramento, devido às condições de produção, e por ser, dialetalmente, neutra e categórica. É nela, também, que os falantes e, no caso desta pesquisa, os alunos sabem que, quando escrevem, se expõem mais, o que estimula a monitoração. Deve-se

considerar, também, a ênfase dada às práticas de produção de texto em sala de aula sem considerar a diversidade de gêneros textuais, incluindo aqueles que se inserem em situações mais formais e de alto nível de monitoramento, a exemplo daqueles direcionados à comunicação pública.

Possivelmente, a primazia ao texto escrito, em detrimento da reflexão com base no uso da língua no texto oral, também contribui, juntamente com os outros fatores – dentre os já citados –, para a forte diferença da aplicação das regras da norma padrão nos dois *corpora*, percebida nesta pesquisa. Abaixo, na tabela 2, a diferença entre a presença e ausência das regras de CV em ambos os *corpora*, em números percentuais, pois esta variável não foi selecionada pelo Varbrul.

Tabela 2 – Variável dependente Concordância Verbal nos *corpora* oral e escrito

Ocorrências de concordância verbal	Ocorrências/Total	Frequência (em %)
<i>Corpus</i> oral (54) Todos ERRA , todos FALHA na vida (O12F1O)	334/987	34%
<i>Corpus</i> escrito (55) Edu e Mônica ERAM namorados há dois anos (011F1O)	127/199	64%
TOTAL	461/1186	46%

De fato, há mais pluralização verbal no contexto formal, uma vez que, das 199 sentenças do *corpus* escrito, em 127 delas (64%) foi constatada a aplicação da regra, enquanto que, no *corpus* oral, em 987 sentenças, em apenas 34% deste total houve a pluralização verbal. Na apresentação dos dados relativos às demais variáveis, esse comportamento se torna mais visível.

4.2 Variáveis sociais e concordância verbal

São analisadas as seguintes variáveis sociais: mercado de trabalho, mercado ocupacional e faixa etária. As duas primeiras são variáveis não estratificadas, ou seja, não são divididas em elementos discretos, enquanto que a terceira é analisada, tradicionalmente, no mínimo, em três níveis, formados a depender do universo linguístico a ser estudado. São apresentados os resultados e, em seguida, feitas considerações sobre o comportamento de cada variável, isoladamente, e no cruzamento com a variável faixa etária, referindo-as à aplicação das regras gramaticais da norma padrão para a CV. Na análise de dados, há uma comparação dos dados do *corpus* oral com os encontrados no *corpus* escrito.

Tanto uma como outra variável são consideradas extremamente significativas para os estudos sociolinguísticos, e ambas apontam para a importância de se perceber as marcas presentes nessas duas variáveis, principalmente quando o objeto de estudo em questão são falantes de escolaridade deficitária, como é o caso desta pesquisa.

4.2.1 Concordância verbal e variável mercado de trabalho

A variável mercado de trabalho ainda é pouco analisada pelos sociolinguistas. Mas, sabe-se que ela depende de outras variáveis, como escolaridade, gênero e mercado ocupacional: quanto maior o nível de escolaridade, maior a probabilidade de as pessoas serem inseridas em cargos que exigem maior qualificação. Esta pesquisa não considera nenhuma dessas duas variáveis nessa pesquisa, mas é possível afirmar que, em relação a estudantes do ensino médio de comunidades populares, a relação entre mercado de trabalho e estas variáveis se torna mais visível quando se considera a grande distorção idade-série. Em se tratando de concorrência, os estudantes mais velhos precisam se esforçar mais para serem selecionados no mercado de trabalho, dominando a norma padrão ou, pelo menos, os traços mais estigmatizados na sociedade, como a ausência de concordância verbal.

Tanto Rodrigues (1987) como Scherre (1996) admitem, por exemplo, que escolarização e mercado de trabalho têm pesos diferenciados para homens e mulheres e, por isso, possuem perfis linguísticos também distintos, apesar de o mercado de trabalho influenciar ambos os sexos.

Os dados desta pesquisa mostram que o mercado de trabalho, no contexto socioeconômico estudado, não altera, significativamente, a presença da CV na fala de mulheres que estão concluindo o ensino médio em comunidades populares. Muito provavelmente porque elas, na sua maioria, exercem atividades profissionais que pouco exigem o uso da norma padrão na fala, aliado ao fato de a escola pública não adotar medidas pedagógicas que possibilitem um conhecimento dos muitos usos que uma língua oferece ao falante, como a variação estilística.

Mulheres que não trabalham aplicaram as regras de concordância em 33% das 162 ocorrências, enquanto as mulheres que trabalham o fizeram em 35% do total das ocorrências (172). A mesma similaridade é percebida na ausência de concordância verbal: entre as mulheres que não trabalham, 67% não registram a CV na produção oral, enquanto que entre as mulheres que trabalham o percentual é de 66% (317 ocorrências). No *corpus* escrito, pode-se dizer o mesmo: a diferença de aplicação de CV entre as mulheres que trabalham e as que não trabalham é de apenas seis pontos percentuais, maior até que no *corpus* oral: 67% e 61%, respectivamente, mesmo em se tratando de um contexto mais formal. Abaixo, em porcentagem⁴⁹, em tabela, a aplicação de CV entre mulheres que trabalham e as que não trabalham, nos *corpora* oral e escrito.

Tabela 3 – Concordância verbal e mercado de trabalho – *corpus* oral

CV e mercado de trabalho	Ocorrências	Frequência
Informantes que trabalham (56) As droga DESTRÓI os jovem hoje (O13F3T)	172/489	35%
Informantes que não trabalham (57) As menina BRINCAVA mais de boneca (O25F3O)	162/498	33%
TOTAL	334/987	34%

⁴⁹ O programa computacional Varbrul não selecionou esta variável em nenhum dos *corpora*.

Tabela 4 – Concordância verbal e mercado de trabalho – *corpus* escrito

CV e mercado de trabalho	Ocorrências	Frequência
Informantes que trabalham (58) As novas pessoas SABIAM o que queriam (O13F3T)	68/102	67%
Informantes que não trabalham (59) Eles nunca TINHA se visto na vida (O25F3O)	59/97	61%
TOTAL	127/199	64%

Esses resultados podem ser compreendidos a partir de dois elementos pontuais desta pesquisa: o primeiro diz respeito às atividades profissionais que as mulheres que compõem esses *corpora* exercem, que não exigem, direta e intensamente, o domínio da norma culta: domésticas, vendedoras autônomas, cozinheiras. Apenas duas delas fogem desse padrão: atendente de telemarketing e vendedora, profissões que, a priori, primam pela imagem do produto comercializado, se utilizando, também, do uso da norma de maior prestígio na sociedade. Lançando um olhar sociolinguístico sobre esse fato, as palavras de Freitag (2005, p.4) são esclarecedoras:

Passada a fase de rebeldia, na idade adulta o estilo de fala do indivíduo tende a se acomodar, mas não sem antes sofrer a forte pressão exercida pelo mercado de trabalho no seu uso linguístico. É quando a norma linguística se impõe (ou melhor, é imposta, ainda que escamoteadamente) ao uso linguístico do indivíduo. Por exemplo, um operador de telemarketing que fala “a gente vamos resolver o problema” ou “nóis vai resolver o problema” dificilmente fará uma carreira mais longa do que o tempo necessário até seu chefe tomar conhecimento do seu falar. Ou, ainda, esse operador sequer passaria na entrevista. O mesmo rigor não seria exigido de um funcionário que não mantém contato direto com o público, um faxineiro, por exemplo.

O segundo elemento tem uma perspectiva sociolinguística: as mulheres, por serem linguisticamente mais conservadoras que os homens, aplicam com mais frequência a norma padrão, mesmo ficando maior tempo limitadas a contextos discursivos mais imediatos que eles, que começam a vida profissional bem antes que elas, sendo expostos a situações de comunicação

mais formais, mas a exigência de um padrão culto depende da profissão e da escolaridade. Segundo Chambers (*apud* RUBIO, 2007, p.12), essa diferença está extrinsecamente ligada às condições sociais dos falantes: quanto mais alta a classe social, menor o contraste linguístico entre eles. “A discrepância torna-se maior onde a mulher não goza das mesmas condições de participação social dos homens”.

Então, é possível afirmar que a análise dessas duas variáveis extralingüísticas deve considerar o contexto socioeconômico no qual os informantes estão inseridos. Primeiro, porque ao incluir a escolarização como variável lingüística, no Brasil, pelo menos, deve-se saber à qual “escolarização” o pesquisador está se referindo. Segundo, porque a variável mercado de trabalho exige, na interpretação de dados, a consideração da classe social em que os falantes estão inseridos.

4.2.1.1 CV e cruzamento da variável mercado de trabalho e faixa etária (*corpora* oral e escrito)

O programa Varbrul considerou apenas significativa, para análise em pesos relativos, uma faixa etária no *corpus* escrito (F2), quando do cruzamento com a variável mercado de trabalho. Assim, a análise das demais faixas etárias só será possível a partir de dados percentuais, e eles podem indicar um comportamento linguístico na comunidade em estudo.

De acordo com os percentuais apresentados no *corpus* oral, a aplicação das regras de CV entre as informantes que trabalham e as que não trabalham tem alterações de acordo com a idade. Elas são mais percebidas na F1 (47% e 32%), e menos presentes nas faixas etárias 2 (36% e 39%) e 3 (23% e 27%). Assim, parece que as informantes da F2 e F3 que não trabalham aplicam um pouco mais a CV que aquelas que trabalham, confirmando a pouca influência do mercado de trabalho na aplicação da norma culta na comunidade. Esses dados mostram, também, que o exercício de uma atividade profissional em mulheres mais velhas possivelmente não interfere no uso das regras de CV, em situação de comunicação informal, pois a variante popular, predominante na comunidade, está mais consolidada entre essas falantes, já que elas não possuem fortes expectativas de ascensão profissional, em comparação com falantes da F1 e da F2.

Esta constatação não confirma um dos padrões sociolingüísticos, expresso em Scherre (1998, p. 11): “A variável faixa etária apresenta um padrão ligeiramente curvilíneo, indicando que as pessoas mais pressionadas pela idade profissionalmente produtiva usam também mais as formas de prestígio”. Vários motivos favorecem a aplicação de CV entre as mulheres mais novas (F1) nesta comunidade de fala: mesmo sendo esperado delas mais inovações lingüísticas, essas informantes têm a idade que mais se aproxima da esperada para o ensino médio. No que tange ao mercado de trabalho, as alunas mais novas, ao contrário das demais, anseiam por uma ascensão social, através da qualificação profissional, acreditando possuírem, assim, maiores possibilidades de alcançar os seus objetivos pessoais.

Tabela 5 – CV e cruzamento da variável mercado de trabalho com faixa etária (*corpus oral*)

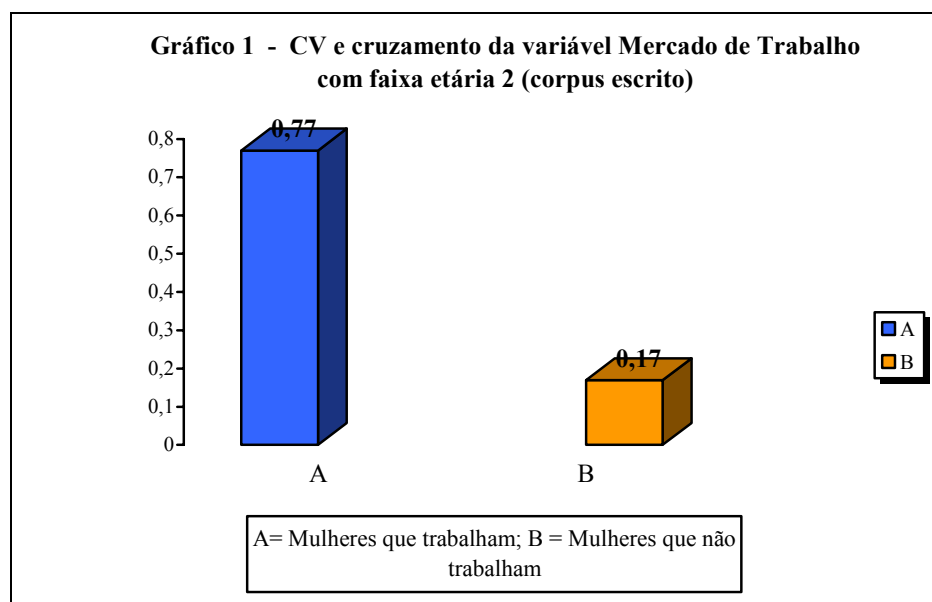
Variável Mercado de trabalho	FAIXA ETÁRIA 1		FAIXA ETÁRIA 2		FAIXA ETÁRIA 3	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Informantes que trabalham	68/145 47%	–	69/194 36%	–	35/150 23%	–
Informantes que não trabalham	46/143 32%	–	66/171 39%	–	50/184 27%	–
TOTAL	114/288 40%		135/365 37%		85/334 25%	

Quanto à escrita, há uma alteração em relação ao *corpus oral*: são as informantes da F2 que trabalham quem mais fazem concordância (95%), seguidas pela F1, com 57%, e F3, com 44%. Os números dos pesos relativos confirmam a alta aplicabilidade de CV entre as mulheres que trabalham nesta faixa etária: **.77**, contra **.17**. Por outro lado, na F1, as mulheres que não trabalham aplicam 3% mais a CV em relação às que trabalham, e na F3, 11%. Como se vê, o exercício profissional, também na escrita, não influencia o uso da CV, mesmo se tratando de um contexto lingüístico mais formal. De acordo com os dados sociais, o uso da escrita por essas informantes, praticamente, é muito reduzido em seus ambientes de trabalho: apenas duas delas exercem atividade profissional que, a princípio, exijam o uso do padrão (telemarketing e vendedora), já que lidam com clientes. As tabelas e o gráfico abaixo mostram que a diferença

entre a aplicabilidade das regras de CV na escrita é significativamente maior que na oralidade. A seguir, gráfico⁵⁰ e tabela correspondente a estes dados:

Tabela 6 – CV e cruzamento da variável Mercado de Trabalho com faixa etária (corpus escrito)

Variável Mercado de trabalho	FAIXA ETÁRIA 1		FAIXA ETÁRIA 2		FAIXA ETÁRIA 3	
	Ocorrências / Freqüência	P.R	Ocorrências / Freqüência	P.R	Ocorrências / Freqüência	P.R
Informantes que trabalham	16/28 57%	–	42/44 95%	.77	10/30 33%	–
Informantes que não trabalham	24/40 60%	–	24/32 75%	.17	11/25 44%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	



⁵⁰ Todos os gráficos desta dissertação são apresentados em pesos relativos.

4.2.2 Concordância verbal e variável mercado ocupacional

Das seis informantes que estavam, no momento da pesquisa, inseridas no mercado de trabalho, apenas duas delas (33,3%) exercem atividades profissionais que exigem mais a aplicação da norma padrão, como atendente de telemarketing e vendedora de loja, enquanto que as demais (66,6%) trabalham como doméstica e babás. Esta tendência social é confirmada por Teixeira (2005, p. 5), socióloga, que diz:

Mesmo com o expressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, ainda não foram superados os obstáculos de acesso a cargos de chefia e diferenças salariais; estes, embora tenham diminuído desde os anos 90, ainda permanecem e significam que as mulheres aceitaram postos de trabalhos miseráveis para sobreviver com sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina. As trabalhadoras brasileiras concentram-se nas atividades do setor de serviços; 80% delas são professoras, comerciárias, cabeleireiras, manicures, funcionárias públicas ou trabalham em serviços de saúde, mas o contingente feminino mais importante está concentrado no serviço doméstico remunerado, primeira ocupação das mulheres brasileiras.

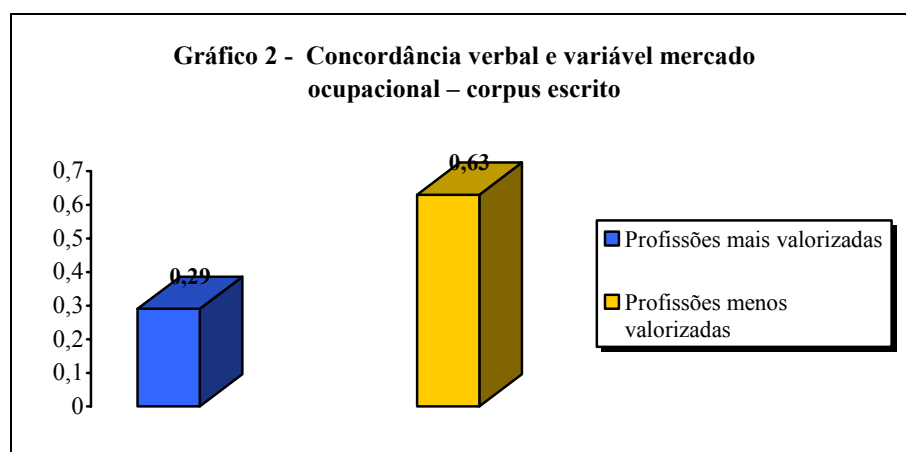
Numa perspectiva lingüística, percebe-se pelos números que, nessa comunidade, a profissão exercida pelas alunas não promove a aplicação das marcas de plural. Como o Varbrul não considerou significativos os dados coletados para esta variável, a análise é feita a partir de dados percentuais: as informantes que exercem profissões mais valorizadas socialmente aplicaram as regras de CV, em 131 ocorrências (31% do total), quase a metade do percentual equivalente à ausência de CV, 69%. Entre as informantes que trabalham em atividades menos valorizadas socialmente, mesmo sendo em maior quantidade, o percentual foi quase o mesmo: das 474 ocorrências, em apenas 32% das sentenças houve a pluralização verbal. No *corpus* escrito, a tendência é a mesma: as mulheres que trabalham em profissões menos valorizadas aplicam mais a CV (.63) em relação às que trabalham como vendedora e telefonista: (.29).

Tabela 7 – Concordância verbal e variável mercado ocupacional – *corpus* oral

CV e mercado ocupacional	Ocorrências	Frequência
Informantes telefonista e vendedora (60) Os rapazes TINHA AIDS (O14F1T)	40/131	31%
Informantes babás, domésticas e diaristas (61) Eles não QUER ter trabalho de ir lá (O2OF2T)	154/474	32%
TOTAL	194/605	32%

Tabela 8 – Concordância verbal e variável mercado ocupacional – *corpus* escrito

CV e mercado ocupacional	Ocorrências	Frequência	P.R
Informantes telefonista e vendedora (62) Muitos DESISTIRAM , não concluíram não foram até o fim (002F2T)	18/38	47%	.29
Informantes babás, domésticas e diaristas (63) Bruna e Cláudio COMEÇOU a namorar sério (005F1T)	50/64	78%	.63
TOTAL	68/102	67%	



Pesquisa feita por Scherre (1998) corrobora com esses resultados, realizada com falantes cariocas, cuja escolaridade máxima era o ensino médio, com o objetivo de perceber a aplicação da concordância nominal. A pesquisadora concluiu que quanto mais alta a cotação no mercado ocupacional, maior a probabilidade de aplicação da regra (.67) e quanto mais baixa, menor a presença de concordância nominal (.35), em ambos os sexos. Fazendo o cruzamento dessa variável com escolaridade, os dados mostraram que a variável escolarização é a que mais influencia a aplicação das regras de concordância nominal, mais até que o mercado ocupacional.

Apenas ter o exercício de uma profissão parece não interferir nos usos linguísticos das mulheres na comunidade em estudo. Ou seja, independentemente da atividade profissional e da faixa etária, as mulheres que compõem o universo desta pesquisa que estão inseridas no mercado de trabalho, de modo geral, têm baixo índice de aplicabilidade da regra, e a profissão que exercem não demonstra alterar esse quadro.

Os resultados de pesquisas sociolinguísticas (RODRIGUES, 1987; SCHERRE, 1996; MOLLICA, 2004) apontam para uma situação oposta: quanto mais valorizada uma profissão, o falante que a desenvolve tende a aplicar mais as regras estabelecidas pela norma padrão. Este resultado diferenciado, segundo os sociolinguístas, pode ser fruto da baixa qualidade no ensino formal de língua portuguesa, como também ao pouco hábito da leitura. A análise de Rodrigues (2004, p. 125), ao estudar o português popular paulista, contribui, significativamente, para a compreensão dos resultados desta pesquisa:

O mercado de trabalho, nos grandes centros urbanos, é ainda mais restrito para as mulheres analfabetas ou de baixo nível de escolaridade, migrantes que tendem a ocupar a periferia das grandes cidades brasileiras. As atividades exercidas pelas informantes responsáveis pela amostra de língua popular sob análise confirmam as pouquíssimas opções profissionais das mulheres. Em geral, são donas-de-casa ou exercem atividades compatíveis com as que exercem em casa, pois são faxineiras ou empregadas domésticas. Elas não só mantêm maior contato com a comunidade do bairro através da escola, das atividades nas igrejas, da feira semanal, dos postos de assistência médico-dentária etc., como, de fato, configuram a própria comunidade (...). Além disso, poucas exercem atividade profissional fora do bairro, o que, em tese, propiciaria contato mais sistemático com outra variedade linguística diversa da sua. Podemos pensar, então, num maior grau de coesão social entre as mulheres a sustentar e reforçar o seu vernáculo popular.

4.2.2.1 CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária

Dentre as 12 informantes que compuseram o universo desta pesquisa, apenas duas delas exercem atividades profissionais que exigem o uso da norma padrão: no caso, vendedora e atendente de telemarketing⁵¹. As demais que estão inseridas no mercado de trabalho (4 informantes) são babás, domésticas e diaristas, profissões que, tradicionalmente, não promovem mudanças no perfil linguístico do falante. Mas, mesmo com essas peculiaridades, os resultados apontam informações significativas. Como o programa Varbrul apenas selecionou a faixa etária 3, a análise foi feita a partir de dados percentuais.

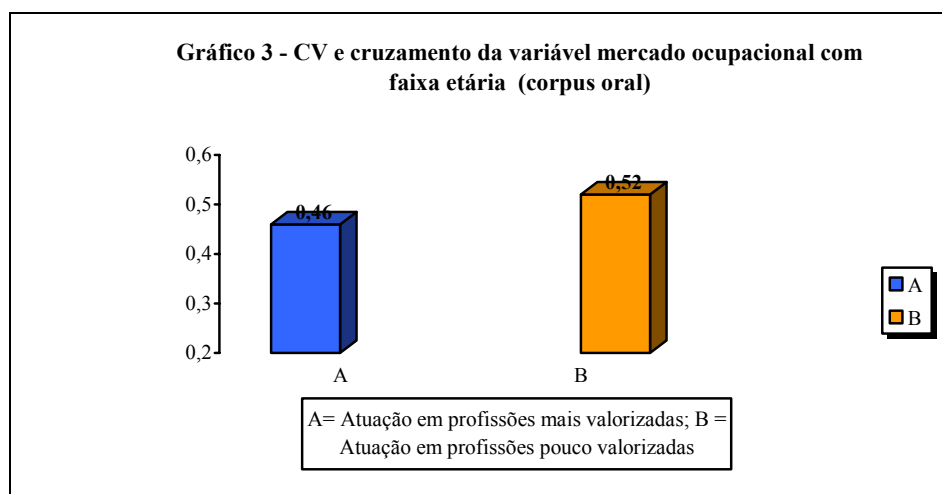
De imediato, percebe-se que o mercado ocupacional não produz diferenças na aplicação das regras de CV, em ambas as faixas etárias analisadas, tendo como base o *corpus* oral: na F1, percentualmente, as informantes que atuam em profissões valorizadas socialmente pluralizam os verbos em contextos de sujeitos plurais 1% a menos (46%) que as informantes que trabalham em atividades profissionais pouco valorizadas socialmente. Na F3, a diferença é de 3%, e em P.R, domésticas, babás e diaristas aplicam mais a CV (.52) que a vendedora e telefonista, com (.46). Como o grupo de F2 foi formado apenas de mulheres que exercem profissões que pouco exigem a aplicação da norma padrão, foi impossibilitada a comparação.

Os dados totais demonstram que quanto mais jovens as alunas, independentemente da profissão que exercem, a probabilidade de marcas plurais em contextos plurais é maior: 47%, para F1, 36%, para F2, e 21%, para F3. Esses números mostram que, para uma análise da variável mercado ocupacional na comunidade em estudo, é necessário considerar outros fatores sociais, mas fica evidente que há uma tendência de aumento do uso da norma padrão nesta comunidade, através das mulheres, talvez, pela frequência à escola.

⁵¹ A primeira delas é da faixa etária 1 e a segunda, da faixa etária 3.

Tabela 9 –CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária (*corpus oral*)

Variável Mercado Ocupacional e Faixa Etária	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R
Atuação em profissões mais valorizadas	25/54 46%	–	–/– –	–	15/77 19%	.46
Atuação em profissões pouco valorizadas	43/91 47%	–	69/194 36%	–	42/189 22%	.52
TOTAL	68/145 47%		69/194 36%		57/266 21%	



Há algumas alterações dessa tendência no *corpus* escrito. São as informantes da faixa etária 2 que mais aplicam a CV, e não as da F1, como se percebe na oralidade. A semelhança entre os dois *corpora* é a pequena aplicabilidade dessas regras na F3. Entre as profissionais que exercem atividades mais valorizadas, o maior índice recai sobre a F1, com 57%, 15 pontos percentuais a mais que a F3. Tais valores na escrita são mais altos que os encontrados no *corpus oral* (quase o dobro), em todas as faixas etárias, o que era previsível, devido às características próprias da escrita, como o maior monitoramento e a possibilidade de reescrita.

**Tabela 10 – CV e cruzamento da variável mercado ocupacional com faixa etária
(*corpus* escrito)**

Variável Mercado ocupacional e faixa etária	FAIXA ETÁRIA 1		FAIXA ETÁRIA 2		FAIXA ETÁRIA 3	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Atuação em profissões mais valorizadas	16/28 57%	–	–/– –	–	08/20 40%	–
Atuação em profissões pouco valorizadas	–/– –	–	42/44 95%	–	02/20 20%	–
TOTAL	1628 57%		42/44 95%		1030 33%	

4.2.3 Concordância verbal e variável faixa etária

Diferentemente da variável mercado de trabalho, a variável faixa etária foi considerada significativa pelo programa Varbrul nesta pesquisa, tanto no *corpus* escrito, quanto no *corpus* oral, tornando possível uma análise tendo como base os pesos relativos.

De acordo com dados desta pesquisa, quanto mais jovem a falante, maior a incidência da concordância verbal, mesmo elas tendo um menor tempo de atividade profissional, como mostram os números no *corpus* oral: F1, **.60**; F2, **.52**; e F3, **.40**. Vários fatores explicam esses números, dentre eles o fato de que, quanto maior a idade das mulheres, menos contato com outros contextos linguísticos, seja profissional, social ou cultural (exceto a mídia televisiva e radiofônica – 60% das informantes escolhem a TV como meio de comunicação de massa para o lazer) e até escolar. Muitas delas não pretendem continuar os estudos, através de um curso de nível superior ou técnico.

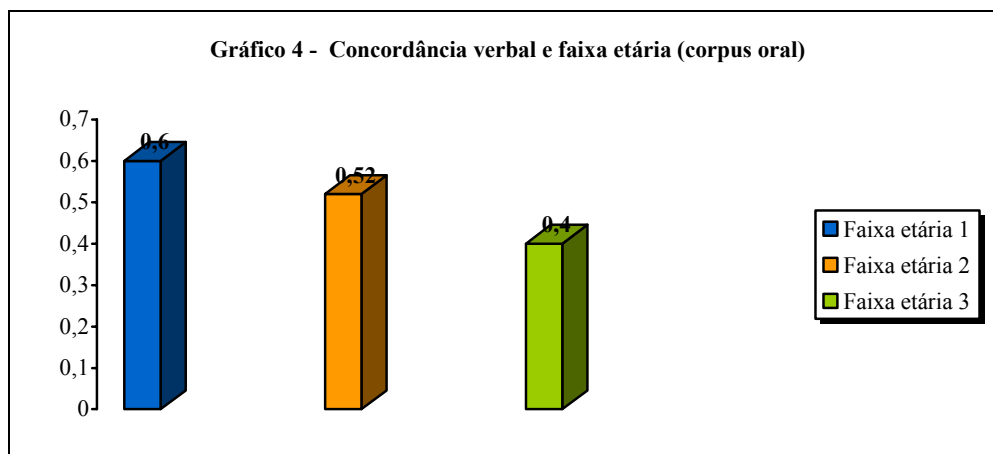
Pesquisas sociolingüísticas (SCHERRE, 1998; PAIVA, 1998; SOUZA, 2007) revelam exatamente o contrário: os informantes mais velhos, por serem mais conservadores no comportamento social e, conseqüentemente, nas suas relações sociais, aplicam mais a concordância (nominal ou verbal) que os mais jovens. Souza (2007) confirma os resultados expostos acima. Falantes mais velhos que possuem o nível médio, em Salvador, fazem mais

concordância (.66) que os mais jovens (.53). São os informantes com idade entre 25 a 35 anos que menos aplicam as regras de CV: .23. Esses números levam a autora a afirmar que há uma tendência de perda da regra.

Mas o número significativo de mulheres que estão retornando às salas de aula, principalmente para concluir o Ensino Médio, e a abertura de cargos com cotação mais alta no mercado ocupacional promovem a manutenção, mesmo sem muita força, da aplicação da concordância verbal em comunidades socialmente menos privilegiadas. Além desses fatores, deve-se considerar que os falantes de classe social baixa têm consciência do quanto precisam conhecer a norma padrão e, para diminuí-lo, pelo menos, eles apostam no ensino da norma padrão, proposto pela escola. Os resultados referentes ao cruzamento dessa variável com as variáveis lingüísticas mostram, com mais clareza, o movimento lingüístico que a concordância verbal tem feito nessa comunidade.

Tabela 11 - Concordância verbal e faixa etária (*corpus oral*)

Faixa etária	Ocorrências / Frequência		Pesos relativos
Faixa etária 1 - 17 a 23 anos (64) SÃO poucos os que vem para estudar (O18F1T)	114/288	40%	.60
Faixa etária 2 - 24 a 35 anos (65) As pessoas às vezes COMENTAM isso (O21F2O)	135/365	37%	.52
Faixa etária 3 - Mais de 35 anos (66) Os jovens de hoje ANDA com a cabeça em pé (O21F3T)	85/334	25%	.40
TOTAL	334/987	34%	



Analisando essa variável no *corpus* escrito, percebem-se algumas alterações: a faixa etária 1 não é a que mais aplica o morfema de plural, com peso relativo **.50**, e, sim, a faixa etária 2, com **.70**. A faixa etária 3 obteve o menor índice: **.24**. Esses dados podem ser entendidos a partir do fato de que as alunas da faixa etária 2 não só estenderam mais o seu tempo de escolarização - e, portanto, mais tempo de produção escrita em sala de aula -, mas também um volume maior de leitura, como mostra o perfil de alunos (cf. cap. 3): 75% das informantes da faixa etária 2 lêem jornais e mais de uma vez por semana. Além disso, o P.R referente à F2 se destaca por outro motivo no *corpus* escrito: é a única faixa etária que aplica mais CV (**.70**) que na oralidade: **.52**.

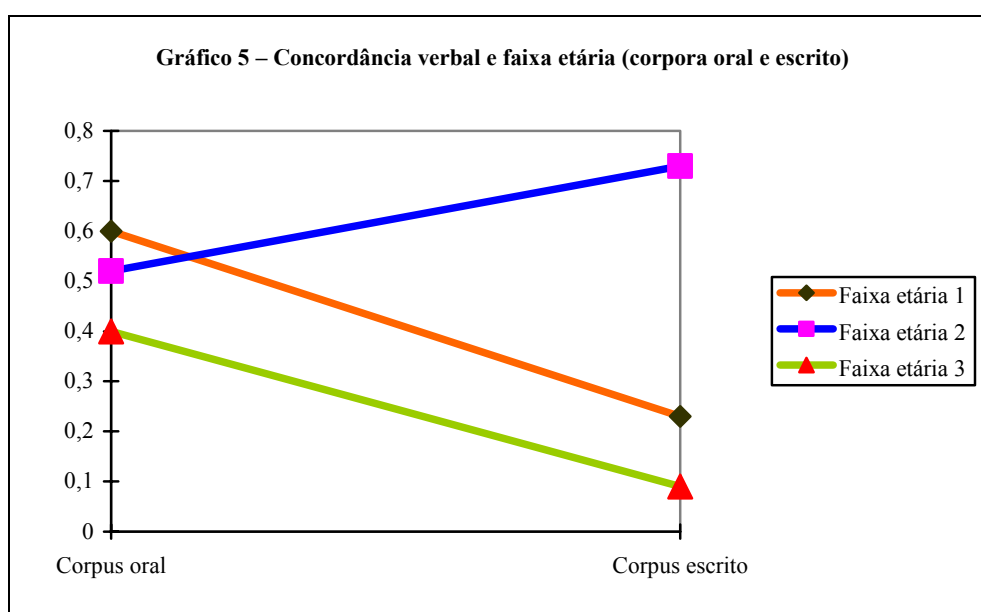
Devem ser consideradas nessa interpretação a prevalência da informalidade, intrínseca aos falantes mais jovens, e a dificuldade, por parte de falantes da faixa etária 3, em alterar um padrão linguístico, a ponto de adquirirem um domínio satisfatório de padrões da escrita, que se afasta dos padrões de fala popular cotidiana. Estas estiveram por um longo período afastadas do ambiente escolar e, também, do exercício, no decorrer de suas vidas, de atividades profissionais que não exigem o padrão na escrita. Muitas, no momento, estão em vias de aposentar-se. Além disso, elas tendem a preservar a norma linguística do grupo com que conviveram boa parte da vida e com qual se identificam pela tradição. Quando inseridas no mercado de trabalho, há pouca exigência para alterar esse padrão, pois não há, na maioria, pretensão de ascensão social.

Nesta perspectiva, são válidas as palavras de Silva (2005, p. 279), após estudo do uso da concordância verbal em comunidades rurais da Bahia, que têm como norma linguística o

português popular: “Assim, a escolha de uma forma lingüística mais inovadora ou mais conservadora não é apenas uma questão cronológica, mas um padrão comportamental revelado por grupos etários e a sua relação com os demais grupos com que se relacionam”. No tocante à variação na concordância verbal, Naro e Scherre (1991) afirmam que é possível a coexistência, na realidade brasileira, de diversos fluxos: variação estável, processo de aquisição de outra norma (seja culta ou popular) e processo de eliminação de formas. Na tabela e gráfico abaixo, os dados encontrados para a aplicação da regra de concordância verbal por faixa etária:

Tabela 12 - Concordância verbal e faixa etária (*corpus escrito*)

CV e variável faixa etária	Ocorrências / Frequência		Pesos relativos
17 a 23 anos (67) Se mães e pais não ENSINA o bem aos filhos (010F1O)	40/68	59%	.50
24 a 35 anos (68) Mas eles FORAM firme e lutaram (008F2O)	66/76	87%	.70
Mais de 35 anos (69) Quantos jovens CONTINUA consumindo droga (009F3O)	21/55	38%	.24
TOTAL	127/199	64%	



4.3 Concordância verbal e variáveis sociais: uma síntese

Diante desses números, pode-se, então, fazer algumas considerações. Ao que tudo indica, as metas propostas para o Ensino Médio, divulgadas pelas políticas públicas brasileiras para a educação, ainda estão muito longe de serem alcançadas, se é que o serão, pelo menos a curto e médio prazos.

O que se pode pensar é que o caminho é exatamente o oposto: ao invés de incluir, há maior exclusão tanto social como lingüística, mesmo percebendo o retorno de um número significativo de adultos retornando ao universo escolar. E um dos motivos deste movimento contrário é o fato de que o tratamento dado ao ensino formal da língua materna ainda não considera a diversidade, os contextos sociais e o conhecimento lingüístico dos alunos. Caminhando nessa mesma direção de análise, Alkmin *et al* (1991, p. 24) afirmam que

é necessário muito mais pensar a realidade social do que a realidade lingüística. Sabemos que a utilização da língua é regida por um conjunto de regras sociais que regulam a pertinência ou não, a adequação ou não dos comportamentos lingüísticos. Ou seja, tanto para a escrita como para a fala, existem restrições e assentimentos quanto ao seu uso: há punições previstas para quem infringe essas regras, que vão desde estar exposto à galhofa até não ser aceito em empregos, por exemplo. Não podemos perder de vista que a hierarquização das formas lingüísticas é calçada em valores que refletem a estrutura de uma sociedade, no caso da nossa, a de uma sociedade de classes.

Então, nesse “encontro de variáveis sociolingüísticas”, a escola pública apresenta resultados insatisfatórios no final do ensino médio, com relação à ampliação de possibilidades de usos da fala, nas diversas situações discursivas, incluindo os usos cultos e da escrita. O fosso social é grande demais e, sozinha, a escola não tem condições de unir estes dois universos. Esta é a conclusão principal a partir da análise das variáveis extralingüísticas.

É pertinente lembrar que, no Brasil, país marcado por fortes desigualdades sociais, não é totalmente correto afirmar que os falantes mais velhos e os mais escolarizados tendem a aplicar mais as regras de CV propostas pela norma culta. Os números desta pesquisa demonstram que é

preciso considerar o contexto socioeconômico e a qualidade de ensino a que esses falantes estão sujeitos. Se os informantes desta pesquisa fossem condicionados apenas ao domínio das regras de CV aplicadas à fala culta e categoricamente aplicadas à escrita para o processo de inserção e crescimento profissional no mercado de trabalho – ou para o crescimento profissional em atividades melhor remuneradas –, provavelmente, eles teriam que buscar outros meios para se sentirem preparados.

Por se tratar de falantes que possuem o mesmo nível de escolaridade – concluintes do ensino médio, recaiu sobre a variável faixa etária (baseado nos pesos relativos) o fator social que mais promove a aplicação da concordância verbal é a faixa etária. Como o mercado de trabalho depende da escolaridade para a promoção desses alunos, então eles têm uma alternativa: dar continuidade aos estudos, enquanto a escola não adota mudanças no tratamento dado à oralidade e à escrita em sala de aula. E, certamente, os postulados sociolinguísticos podem contribuir de forma significativa.

Sendo assim, pode-se afirmar que a aplicação da concordância verbal nessa comunidade tende a crescer, devido ao anseio que as falantes das faixas etárias 1 e 2 têm de ascenderem profissionalmente, dando continuidade aos estudos. Caso essas tendências se confirmem, é provável que, nesta comunidade, possa haver uma mudança no fenômeno de concordância verbal, a caminho da variante conservadora.

Quanto à variável mercado de trabalho, percebe-se que uma atividade profissional mais valorizada e, conseqüentemente, mais exigente no uso da norma padrão não altera a aplicação da CV de mulheres que fazem parte de comunidades cujo padrão linguístico é considerado popular, próprio de falantes não-escolarizados ou com escolarização deficiente. Como as informantes mais jovens desta pesquisa (17 a 23 anos) mantêm as marcas de plural em contextos verbais, é possível afirmar que, quando inseridas no mercado de trabalho, a CV seja mais presente na fala dessas mulheres. Em contextos escritos, como mostram pesquisas sociolinguísticas, a CV é mais presente nos textos escritos.

Quanto aos demais resultados, verifica-se que:

- A faixa etária 1 aplica mais a CV, com P. R igual a **.60**, equivalente a 40% do total. A incidência se mantém no cruzamento com as variáveis mercado de trabalho (40%) e mercado ocupacional (47%). As informantes que trabalham aplicam a CV 15% a mais que as informantes que não trabalham: 47% e 32%, respectivamente.

- A faixa etária 2, em nenhuma das três variáveis sociais analisadas, supera as demais, no *corpus* oral, mas em todas elas mostra resultados bem próximos da F1: **.52** (37%) na aplicação de CV e no cruzamento com as variáveis mercado de trabalho (37%). Afasta-se da F1 nos dados referentes ao mercado ocupacional (36%), 11 pontos percentuais a menos. No *corpus* escrito, porém, essa faixa etária assume outra tendência: nas variáveis mercado de trabalho e mercado ocupacional, a F2 supera as demais.

- A faixa etária 3 está abaixo de todas as demais, com índices distantes dos encontrados para a F2: **.40** (25%) na aplicação de CV; o mesmo percentual quando analisada com o mercado de trabalho, e 21%, para a variável mercado ocupacional, principalmente nos contextos orais.

- No que diz respeito ao mercado ocupacional, o comportamento é diferenciado entre as faixas etárias: no *corpus* oral, a F1 aplica mais a CV independentemente da profissão exercida, seguida da F2 e F3. Já no *corpus* escrito, a F2 se destaca, pelo menos nas profissões pouco valorizadas, seguida da F3 e F1, respectivamente. Em toda análise das variáveis sociais, apenas neste item, a F3 apresenta dados superiores à F1.

- O mercado ocupacional, também, não promove a variação no uso de CV na fala de mulheres da comunidade estudada: 31%, para as mulheres que exercem atividades profissionais mais valorizadas, e 32%, para mulheres que trabalham como domésticas e babás. Tanto as informantes da F1 quanto da F3, independentemente da profissão que exercem, não promovem muita diferença na aplicação de CV: **.46** e **.52**, para a F3, enquanto que as informantes da F1, percentualmente, 46% e 47%. Pergunta-se: está diminuindo a cobrança da norma padrão no ambiente de trabalho? Possivelmente, para uma resposta mais segura dessa pergunta, seja necessário um número maior de dados, com uma maior abrangência.

4.4 Variáveis lingüísticas

Como, lingüisticamente, a aplicação das regras referentes à concordância verbal é realizada, dentro desse contexto social acima descrito? Em quais estruturas sentenciais elas são mais aplicadas, uma vez que a aplicação ou não das regras gramaticais relativas à CV não dependem apenas das condições sociais, mas também dos contextos lingüísticos em que elas ocorrem ou não? Para responder a essas questões, será utilizado o mesmo procedimento desenvolvido para a análise das variáveis sociais: apresentação dos resultados apontados pelo programa Varbrul, análise e interpretação desses números e representação dos dados em tabelas e gráficos. Paralelamente, é feita uma comparação de aplicação da CV no texto oral e escrito. São analisadas as seguintes variáveis lingüísticas:

- posição do sujeito em relação ao verbo (anteposto ou posposto ao verbo),
- localização do sujeito no contexto oracional (próximo ou distante do verbo),
- preenchimento do sujeito (pronominal, quantificador, desinencial, relativo, numeral e numeral),
- quantidade de núcleos no sujeito (um núcleo, dois núcleos e mais de dois núcleos),
- informação semântica do sujeito ([+humano] e [-humano]),
- saliência fônica verbal (analisada em seis níveis escalares: do mais saliente ao menos saliente),
- concordância nominal do sujeito (com concordância nominal e sem concordância nominal).

Na leitura desses dados pelo Varbrul, no *corpus* oral, todas as variáveis lingüísticas foram selecionadas pela análise de regras variáveis. No *corpus* escrito, apenas as variáveis posição do sujeito e saliência fônica. Mesmo assim, os resultados percentuais são apresentados, para efeito comparativo, pois eles apontam para uma tendência relativa à aplicação da regra de CV no contexto sociolingüístico em estudo. Está incluída nesta análise uma interpretação a partir do cruzamento de todas as variáveis com faixa etária.

4.4.1 Concordância verbal e variável Posição do sujeito em relação ao verbo

A variável Posição do sujeito em relação ao verbo é considerada muito significativa para a aplicação das regras de CV no português brasileiro, tanto para os falantes escolarizados, como para os menos escolarizados. Isto porque a Língua Portuguesa está alicerçada, fortemente, na estrutura SVO (sujeito-verbo-objeto), a ponto de uma alteração nesse esquema, no caso VSO (verbo-sujeito-objeto), tornar-se uma possibilidade que, em alguns casos, cause estranheza. Para Varejão (2006, p. 137), a posição do SN à direita do verbo é o aspecto mais importante no processo de não-concordância verbal.

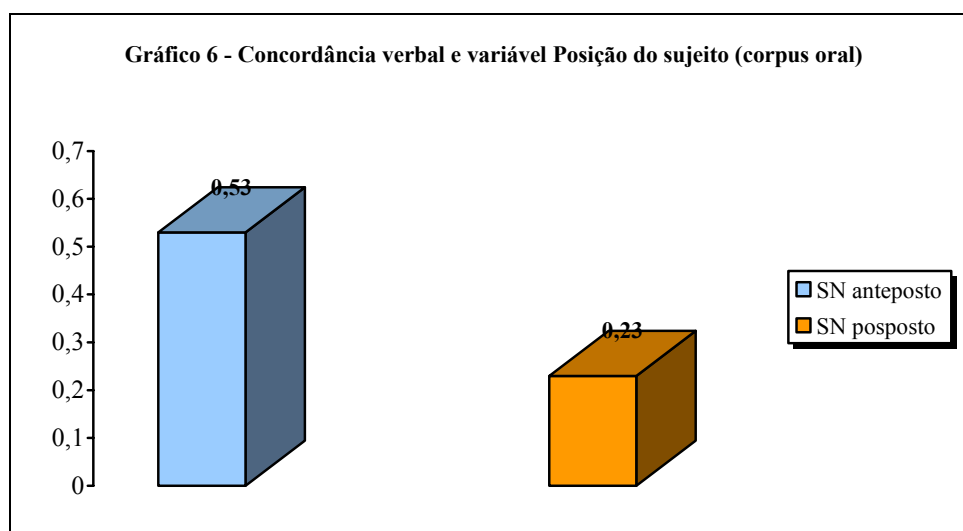
Para os falantes escolarizados, a posição do sujeito na estrutura oracional (antes ou depois do verbo) não diminui, significativamente, a probabilidade da aplicação da regra em CV, enquanto que, para os menos escolarizados, a CV está mais presente na estrutura SV. Pesquisa realizada por Monguilhott e Coelho (2002) mostra o favorecimento de CV em SNs antepostos ao verbo (**.58**), contra **.17** em sentenças com o SN posposto. Esses dados são reafirmados por Graciosa (1991), que afirma que a CV é bastante produtiva e acentuadamente favorecida no contexto em que o sujeito está anteposto e próximo ao verbo⁵².

Os dados desta pesquisa confirmam, assim, estudos anteriores: o sujeito anteposto ao verbo favorece a ocorrência de CV, enquanto que a posição à direita (posposta) não promove a aplicação da regra. No *corpus* oral, a diferença (em pesos relativos) entre as ocorrências de sentenças com marcas de plural é 35% com SN anteposto, o peso relativo correspondente é **.53**, ao tempo em que os valores referentes ao SN posposto, **.23**. Pesquisa de Souza (2007), sobre a aplicação de CV entre falantes de Salvador, revela exatamente essa tendência: quando o sujeito está imediatamente anteposto ao verbo, o peso relativo encontrado foi **.48**, enquanto que na posposição imediata, os valores baixam para **.13**.

⁵² Na análise de nossa pesquisa, não é considerada a distância do sujeito anteposto ou posposto em sílabas canônicas, como propõem alguns sociolinguistas (VIEIRA, 1995; MONGUILHOTT; COELHO, 2002). Esta variável é analisada levando em conta apenas a posição anteposta e posposta ao verbo oracional.

Tabela 13 – Concordância verbal e variável Posição do sujeito (*corpus* oral)

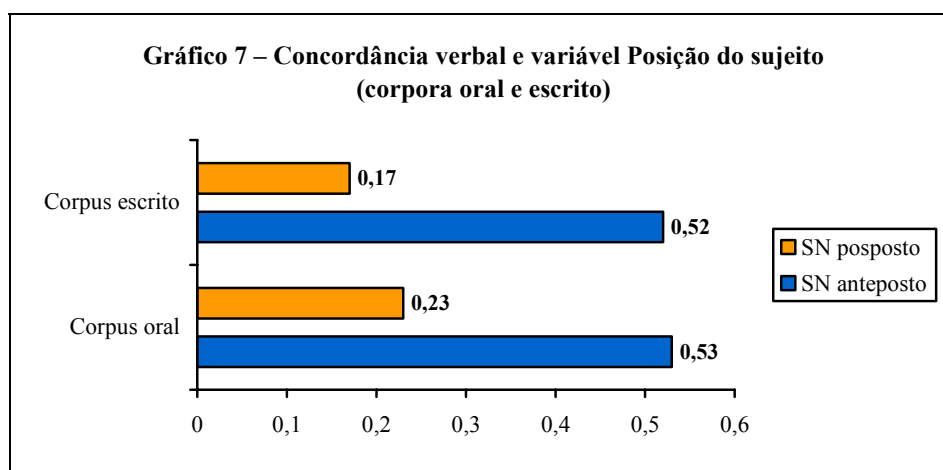
Variável Posição do sujeito (SV/VS)	Ocorrências / Frequência		Pesos relativos
SN anteposto (70) os professores me CHAMAVAM muito a atenção (O14F1T)	321/906	35%	.53
SN posposto (71) SÃO boas as amigas (O17F1O)	13/81	16%	.23
TOTAL	334/987	34%	



No *corpus* escrito, em pesos relativos, os resultados mostram que a aplicação de regras relativas à CV e à posição do sujeito foi muito acentuada: **.52**, com sujeito anteposto, e **.17** com sujeito posposto. No texto escrito, então, a aplicação de CV é maior que no texto oral: em 64% das ocorrências (total de 199 ocorrências). Mas é possível afirmar que, na posição anteposta, há uma categorização entre a fala e a escrita, enquanto que, na posição posposta há uma variação, pequena, é verdade, mas aponta para o peso que a formalidade na escrita exige. Em pesos relativos, o quadro abaixo mostra a aproximação entre o português falado e escrito em falantes de camadas populares em Salvador.

Tabela 14 – Concordância verbal e variável Posição do sujeito (*corpus* escrito)

Variável Posição do sujeito (SV/VS)	Ocorrências / Freqüência		Pesos relativos
SN anteposto (72) Algumas coisas COMEÇARAM a mudar (011F1O)	122/188	65%	.52
SN posposto (73) ESTAVAM acontecendo muitas contendas (002F2T)	05/11	45%	.17
TOTAL	127/199	36%	



4.4.1.1 CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária

O Varbrul analisou essa variável nas faixas etárias 1 e 2, no *corpus* oral, não sendo possível a análise da faixa etária 3, apenas a partir de percentuais. Com base nesses dados, expressos na tabela e gráfico abaixo, percebe-se que, no cruzamento da variável extralingüística faixa etária com a variável posição do SN (se antes ou depois do verbo), todas as faixas etárias produzem mais sentenças com o SN antecedendo o verbo e aplicam mais a CV neste contexto.

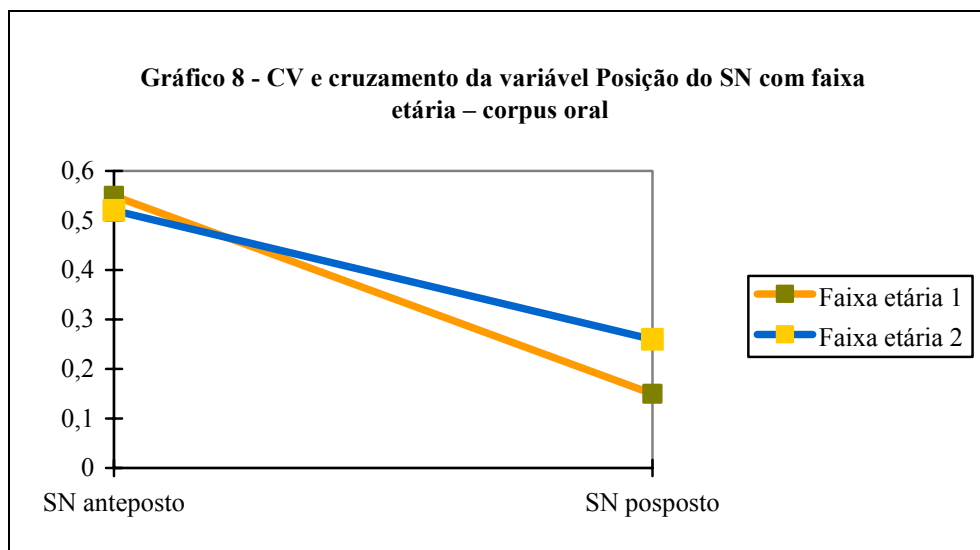
Em percentuais, a faixa etária 1 (F1) aplica mais a CV, em 42% das sentenças com sujeito anteposto (.55), seguida da F2, com 39% (.52), e da F3, com 26%. Quando o SN está posposto ao verbo, há uma versão nesta escala: a F3 aplica mais a CV, com 22%, seguida da F1, com 14% (.14), e da F2, com 13% (.26). A diferença entre a F1 e F2 confirma uma tendência percebida na

primeira rodada: o aumento da aplicabilidade de CV nesta comunidade se dá a partir das falantes mais novas. A diferença entre essas duas faixas etárias é maior quando o SN se encontra depois do verbo: nota-se que ambas as faixas etárias possuem um comportamento linguístico, relativamente, parecido, quando se trata de posição do SN nas sentenças.

Quanto ao primeiro contexto (SN anteposto), os resultados apontam para uma tendência já constatada quando da análise isolada da variável faixa etária nesta pesquisa: quanto mais jovem a informante, maior a aplicabilidade da CV. Esta constatação é alterada na aplicação de CV quando o SN está posposto ao verbo: as informantes de F3 obedecem às regras normativas de CV mais que as demais faixas etárias (22%). Os dados referentes à posposição do SN são relevantes, por tratar-se de um recurso linguístico mais complexo e presente na fala de informantes mais velhas, contrariando os resultados apresentados na primeira rodada.

Tabela 15 – CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária – *corpus oral*

Variável Posição do SN em relação ao verbo	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Antes do verbo	110/260 42%	.55	131/335 39%	.52	80/311 26%	–
Depois do verbo	04/28 14%	.14	04/30 13%	.26	05/23 22%	–
TOTAL	114/288 40%		135/365 37%		85/334 25%	



No *corpus* escrito, nenhuma das faixas etárias foi analisada em pesos relativos, devido à insignificância de seus dados. Mas, percentualmente, a F2 aplica mais a CV, com, tanto na estrutura SVO, com 89%, como na VSO (87%). Na anteposição ao verbo, em seguida, a F2, com 61%, e a F3, com 38%. Na posposição, há uma inversão: a F3 pluraliza mais os verbos, com 50%, e a F1, 25%; exatamente, a metade em relação à F3. Somente na F3, a aplicação das regras de CV na posposição do sujeito é mais alta que na anteposição. Não é o que ocorre com os dados orais, os quais mostram a predominância da CV quando o sujeito está anteposto ao verbo em todas as faixas etárias.

Tabela 16 – CV e cruzamento da variável Posição do SN com faixa etária – *corpus* escrito

Variável Posição do SN em relação ao verbo	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Antes do verbo	39/64 61%	–	63/71 89%	–	20/55 38%	–
Depois do verbo	01/04 25%	–	03/05 60%	–	01/02 50%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	

4.4.2 Concordância verbal e variável Distância entre sujeito e verbo

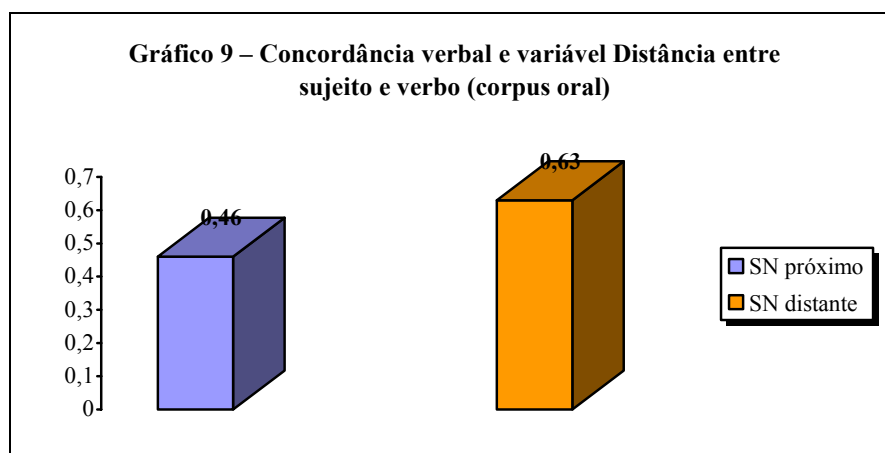
A variável Distância do sujeito, no estudo da concordância verbal, nesta pesquisa, foi selecionada na avaliação do programa Varbrul, a partir das ocorrências presentes no *corpus* oral, acontecendo diferentemente na análise do *corpus* escrito. No geral, está inclusa a realização de sujeitos tanto antepostos como pospostos ao verbo, independentemente da quantidade de termos entre eles. Surpreendentemente, os dados orais encontrados nesta pesquisa mostram que quanto maior a distância entre o sujeito e o verbo, maior a probabilidade da aplicação das regras relativas à CV, contrariando o padrão esperado: quanto maior a distância entre esses dois constituintes, maior seria o cancelamento da regra de concordância.

Esta inversão pode expressar um recurso aplicado pelo falante para garantir “a recuperabilidade da informação” (SCHERRE; NARO, 1997), cuja referência é o funcionalismo linguístico, que inclui no seu entendimento o fenômeno linguístico em uso no discurso e os sujeitos envolvidos na comunicação. Por ser de natureza discursiva, a aplicação destes recursos da língua tem suas próprias condições de produção, com bases em estratégias morfossintáticas.

Dizendo de outra forma: sabendo os falantes da proximidade do sujeito com o verbo, não há preocupação, da parte deles, com o uso da concordância entre estes dois constituintes. Mas, se eles estiverem mais distantes, a concordância se faz “necessária” para que o interlocutor tenha a compreensão da informação transmitida. Essa estratégia comunicativa, como se vê, também ocorre em falantes de escolaridade irregular e deficiente, indicando que, nestes casos, a concordância entre SN e verbo tem funções que vão além da uniformização entre esses dois elementos. Abaixo, a tabela e o gráfico referentes à variável distância do sujeito nesta pesquisa:

Tabela 17 – CV e Variável Distância entre sujeito e verbo (*corpus* oral)

Variável Distância entre sujeito e verbo	Ocorrências / Frequência		Pesos relativos
Sujeito distante (74) muitas pessoas ruins à volta desse casal aí que não QUEREM a felicidade deles (O18F1T)	92/235	39%	.63
Sujeito próximo (75) todos eles EXPLICAM super bem (O21F2O)	242/742	32%	.46
TOTAL	334/987	34%	



Quanto aos resultados do *corpus* escrito, percentualmente, a aplicação de CV é maior quando o sujeito está afastado do verbo, com 71%, enquanto a proximidade favorece a CV em 61%, 10% a menos, apesar de a ocorrência de CV ser maior quando o sujeito está próximo ao verbo (88 ocorrências, contra 39 ocorrências para a outra variante). O mesmo se verifica com os dados orais: mesmo com um número reduzido de sentenças com estrutura VSO, as regras de concordância verbal são mais aplicadas. Quanto ao texto escrito, esses resultados já poderiam ser esperados, pois ele é mais formal que o texto oral e requer a aplicação de regras categóricas das regras de CV⁵³. Abaixo, um gráfico comparativo desta variável, em níveis percentuais:

Tabela 18 - Concordância verbal e Variável Distância do sujeito (*corpora* escrito e oral)

CV e Variável Distância do sujeito (<i>corpora</i> escrito e oral)	Ocorrências	Frequência	P.R
Corpus oral	242/752	32% (SN próximo)	.46
(76) Todos ENSINA muito bem (O25F3O)	92/235	39% (SN distante)	.63
(77) As criança de ontem não respondiam como ESTÃO respondendo (O23F2T)			
Corpus escrito	88/199	61% (SN próximo)	
(78) meus professores SÃO ótimo, ensina bem (009F3O)	39/55	71% (SN distante)	–
(79) Uns jovens, com idade média de 14 a 17 anos, FORAM a uma festa (010F1O)			–
TOTAL	401/1076	37%	

⁵³ Ou quase categóricas, cf. Scherre & Naro (1998, p. 49)

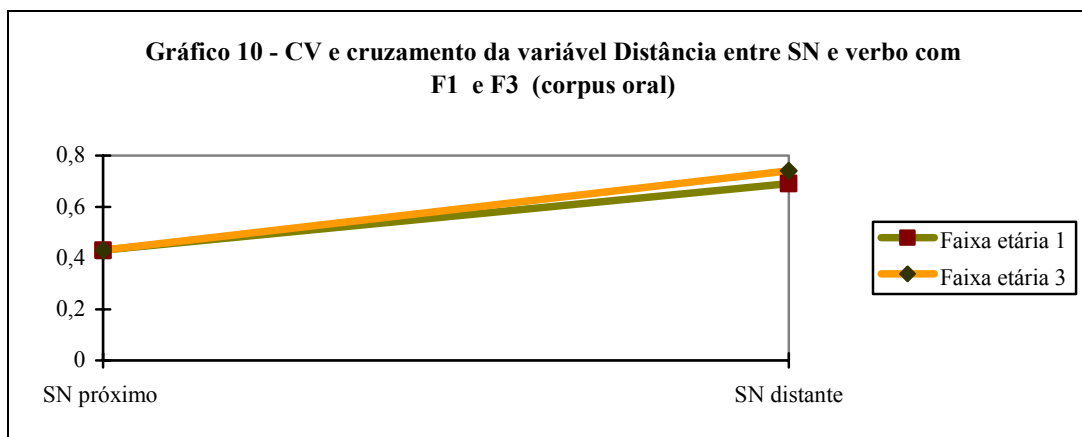
4.2.2.1 CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com faixa etária

Quando analisada isoladamente, a variável Distância entre núcleo do SN e o verbo apontou para resultados opostos aos já vistos anteriormente: as marcas de plural no verbo foram mais presentes à medida que a distância entre SN era maior. Em contrapartida, permanece uma característica relevante nesta pesquisa: as informantes mais jovens aplicam mais a CV, na maioria dos contextos linguísticos, sejam eles simples ou complexos. Ressalva apenas para a ausência de variação entre a F1 e a F2: 36%, respectivamente. Os resultados também demonstram que entre a F1 e F2 não há variação, em dados percentuais, mostrando que o comportamento linguístico dessas duas variantes sociais é marcado pela similaridade.

Os números dos pesos relativos são também significativos: quanto à proximidade entre SN e verbo, percebe-se grande variação entre a F1 e a F3 na aplicação as regras de CV, **.43**, quando o SN está próximo do verbo, e **.74**, quando distante. A F1, em contextos linguísticos mais complexos (no caso, o distanciamento entre SN e verbo), apresenta P.R igual a **.69**. Na F3, especificamente, não há também diferença entre os dois fatores: **.43**.

Tabela 19 – CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com F1 e F3 (oral)

Variável Distância entre núcleo SN e o verbo	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Núcleo do SN próximo	77/211 36%	.43	100/277 36%	–	65/264 25%	.43
Núcleo SN distante	37/77 48%	.69	35/88 40%	–	20/70 29%	.74
TOTAL	114/288 40%		135/365 37%		85/334 25%	



No contexto escrito, a F2 aplica mais a CV, tanto quando o SN está próximo ou afastado do verbo (88% e 84%, respectivamente). Com 51% e 74%, a F1, e a F3, em ambas os fatores aplica menos a CV quando se trata dessa variável, o mesmo ocorrendo com a F3: 36% e 46%. Mesmo com apenas uma diferença de 4%, somente a F2 aplica mais a CV em sentenças cujo sujeito e verbo estão próximos; na F1 e F3, o distanciamento entre sujeito e verbo promove mais a concordância. Certamente, a formalidade do texto escrito estimula a aplicação de CV em sentenças mais complexas. Um dado interessante é a similaridade entre os resultados percentuais entre as variáveis posição do sujeito e distância entre sujeito e o verbo: ambas estão interligadas na aplicabilidade de regras de CV: quando o sujeito está anteposto ao verbo, muito provavelmente o sujeito estará próximo ao verbo.

Tabela 20 – CV e cruzamento da variável Distância entre SN e verbo com faixa etária (corpus escrito)

Variável Distância entre sujeito e verbo	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R
SN próximo ao verbo	23/45 51%	–	50/57 88%	–	15/42 36%	–
SN distante do verbo	17/23 74%	–	16/19 84%	–	06/13 46%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	

4.4.3 Concordância verbal e variável Preenchimento do sujeito

O sintagma nominal (SN), na língua portuguesa, pode ser preenchido por vários elementos morfológicos, tendo em seus núcleos numerais, quantificadores, nomes, pronomes e relativos, uma oração, além do sujeito nulo, também denominado de sujeito desinencial, dentre outras possibilidades, muitas delas variações destas, inclusive. Quando um estudo sobre essas alternativas analisa a relação de seus usos com a ocorrência de concordância verbal, percebe-se que algumas favorecem e outras desfavorecem completamente a relação de plural-plural tanto na fala como na escrita dos informantes selecionados para esta pesquisa, incluindo aspectos semânticos. Foram analisados os fatores SN nominal explícito, SN quantificador, SN numeral, SN relativo, SN desinencial e SN pronominal.

Os resultados obtidos nesta pesquisa, em relação a essa variável, foram observados a partir dos números percentuais e dos pesos relativos, pois os indicadores de cada nível possibilitem algumas considerações significativas para a compreensão da aplicação de CV no texto oral e de sua presença no texto escrito. Por exemplo: apesar de ocorrerem apenas nove situações de uso com sujeito relativo dentro dos 987 dados coletados, em seis delas (67%) as regras de CV foram aplicadas, com P.R. de **.79**, enquanto que 413 estruturas oracionais foram elaboradas com o sujeito nominal, mas obteve peso relativo menor, **.40**. O sujeito preenchido por numerais obteve o peso relativo igual a **.39**, menor que os resultados que mostram o uso de CV em sentenças formuladas com sujeito desinencial (**.41**) e quantitativo (**.64**). Sentenças com sujeito pronominal, com o segundo maior número de ocorrências, obtiveram valores iguais a **.70**. Os resultados – em pesos relativos – estão expostos na tabela e no gráfico a seguir:

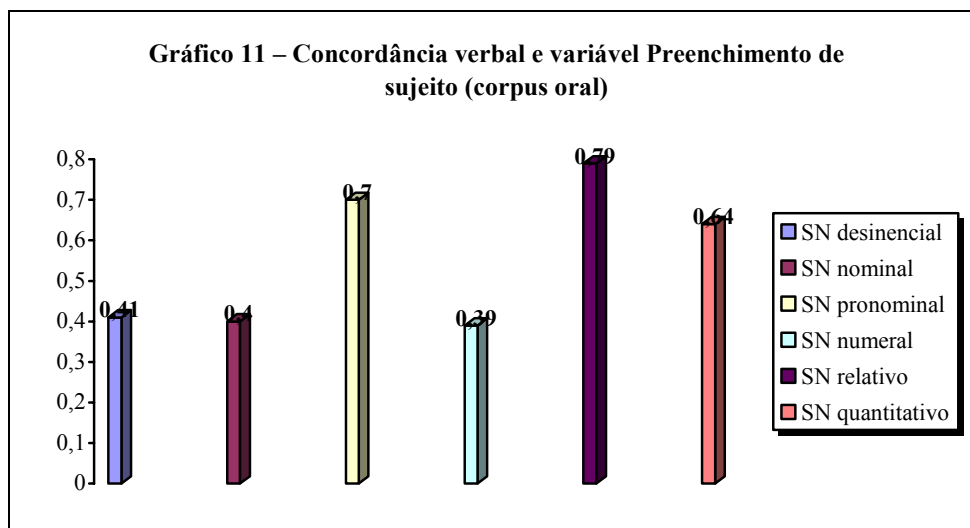


Tabela 21 – Concordância verbal e Variável Preenchimento do sujeito (*corpus oral*)

Variável Preenchimento de sujeito	Ocorrências / Frequência		Pesos relativos
SN desinencial (80) Os vizinhos pegaram o corpo dele, LEVARAM pro Nina (O12F1O)	79/218	36%	.41
SN nominal explícito (81) Minhas primas FORAM estudar em lugar diferente (O11F2O)	98/413	24%	.40
SN pronominal (82) Elas ESTÃO aqui em Macaúbas (O11F2O)	133/286	47%	.70
SN numeral (83) Os dois TRABALHAM pra dividir a dívida (O2OF2T)	8/37	22%	.39
Sujeito pronome relativo (84) muito rebeldes que VÃO muito pela mente deles (O2OF2T)	6/9	67%	.79
SN quantitativo (85) muitos SÃO muito rebeldes (O2OF2T)	10/24	42%	.64
TOTAL	334/987	34%	

Diante destes dados, percebe-se, excluindo o sujeito pronome relativo, devido ao pequeno número de realizações⁵⁴, que o sujeito pronominal é o que mais contribui para a aplicação das regras de CV no *corpus* analisado, a exemplo de *eles/elas*, seguido do sujeito quantitativo (*muitos/vários*, por exemplo). Pesquisas de Motta (1979) e Monguilhott e Coelho (2002) ratificam esses resultados, fazendo concluir que o SN sujeito constituído de pronome pessoal comporta-se como um fator que favorece muito a aplicação da regra de CV. É possível que este fato esteja relacionado a dois motivos: primeiro, os pronomes possuem uma marca de plural explícita, lembrando ao falante da pluralidade do contexto oracional, e, em segundo lugar, na maioria das vezes, eles vêm imediatamente seguidos pelo verbo.

O emprego da CV em estruturas com sujeito quantificador (*muitos/vários*, por exemplo) é considerado alto (.63), logo abaixo do SN pronome. Sabe-se que esses pronomes têm uma carga semântica pluralizante muito forte, por poderem se referir a um SN coletivo, contribuindo para o uso de CV. Lopes (2004, p. 2011), ao fazer um estudo sociolinguístico da forma *tudo* no condicionamento do uso dos mecanismos de concordância dentro do sintagma nominal, afirma que “o elemento *tudo* é semanticamente indicativo de plural e que tal caráter possui uma força de plural enfático”.

Os três tipos de sujeito que mais desfavorecem a CV, conforme os dados desta pesquisa, são os SNs nominal explícito, desinencial e numeral⁵⁵. Quanto ao SN nominal (.41), a concordância entre sujeito e verbo não ocorre de forma predominante, possivelmente porque o falante considera exatamente a sua explicitude, certo de que este fator não impedirá a compreensão da informação por parte do interlocutor. O mesmo pode ser dito sobre o SN desinencial (.41), que tem a sua presença no contexto oracional marcada pela terminação do verbo. Ou seja, o falante acredita que a compreensão da informação está mantida, principalmente quando o SN referente se encontra próximo da informação seguinte, estimulando-o a abreviar, tanto quanto possível, os termos lexicais e gramaticais. Assim, não se coloca em risco a informação (que, na fala, principalmente entre falantes de norma não-padrão, tem um peso mais significativo que as pressões estruturais e não funcionais da escrita, ou da fala culta).

⁵⁴ A análise dos dados referentes ao sujeito relativo será feita ainda neste subitem, mais abaixo.

⁵⁵ Não foi considerada nesta variável a quantidade de termos integrantes no SN, tampouco a natureza de seus elementos. Mas, sim, a quantidade de núcleos no SN, que é analisada separadamente.

No que tange ao SN numeral e sua relação com a aplicação da norma padrão para a CV, o seu baixo peso relativo em relação aos demais (.36) reflete a idéia de que o próprio número em si já traz uma marca semântica de plural, mostrando, explicitamente, a presença de mais de um sujeito na informação. Assim sendo, vale reiterar o argumento proposto por Naro e Scherre (2003), ressaltando que, tradicionalmente, tem-se recorrido à economia linguística para explicar a variação em fenômenos que envolvem a repetição de marcas formais, com a mesma informação, em pontos diversos das estruturas em que ocorre a concordância.

Porém, neste debate, é pertinente incluir também que a CV, em si mesma, tem um valor semântico intrínseco, presente tanto no discurso, como na relação dos termos morfossintáticos constitutivos da oração. Os resultados desta pesquisa, por certo, revelam a relevância deste fenômeno na comunicação dos falantes e seus interlocutores, mesmo com o uso de estratégias linguísticas adotadas por quem não domina a norma padrão.

Quanto ao pronome relativo, a sua presença foi bastante restrita (9 ocorrências), mas é pertinente uma avaliação do seu uso, considerando o *corpus* analisado, pois se trata de alunos que possuem prática de leitura pouco frequente, e, talvez, por isso, os períodos elaborados sejam predominantemente simples. Mas, quando presentes, as seis ocorrências (67%) apresentaram marcas de plural, o que evidencia uma prevalência de uso das regras de CV, apesar do ensino deficiente e realidade social desfavoráveis. Várias pesquisas, inclusive, indicam a interferência do relativo *que* na aplicação da CV, como fator inibidor de CV, sendo que a realizada por Naro e Scherre (1999a) é referência no assunto, mostrando que o *que* relativo é inibidor à aplicação de CV. Após análise de dados da língua falada de 64 falantes da amostra 80 do PEUL⁵⁶, eles concluem que

as chances de marca decrescem com o aumento do número de sílabas, mas decrescem ainda mais se uma das sílabas for o *que* relativo. Este fato evidencia que o *que* relativo tem efeito inibidor superior ao efeito dos outros elementos intervenientes com igual extensão, medida em termos de número de sílabas (...). Estes resultados evidenciam que o *que* relativo diminui a presença de marca explícita no verbo com sujeitos com todas as marcas explícitas de plural e com sujeitos que têm como último elemento um numeral, mesmo com poucos dados nesta última categoria.

⁵⁶ Programa de Estudos do Uso da Língua - grupo de pesquisas pioneiro no tratamento da variação linguística e na formação de bancos de dados com amostras de fala recolhidas perspectiva da teoria da variação, de William Labov.

4.4.3.1 CV e cruzamento da Variável Preenchimento do sujeito com faixa etária

Em todas as faixas etárias, a variável Preenchimento de Sujeito foi selecionada, com destaque para o SN relativo, que foi analisado apenas na faixa etária 2, devido ao pequeno número de ocorrências nas demais faixas: ausente na F3, e com três ocorrências na F1, sendo que em todas elas houve a aplicação das regras de pluralização verbal. Diante dos números apresentados na tabela e gráfico abaixo, observa-se que:

- baseado no número total de ocorrências, é a F1 que, proporcionalmente, mais aplica as regras de CV (39%), distante apenas 2% da F2, e com grande diferença da F3, que obteve o percentual de 25%.

- a variante que mais sofreu variação foi o SN numeral: **.74**, para F1, diminuindo pela metade na F2, com **.37**, e chegando a **.05**, na F3.

- a variante que obteve menor variação é o SN quantitativo, com maior peso na F3, com **.73**, caindo apenas para **.67**, na F1, e **.54**, na F2.

- Ressalva para a ausência de decréscimo linear entre as faixas etárias, como ocorreu nas demais variáveis, começando pela F1 e finalizando com a F3, com exceção para a variante SN numeral. Nas demais variantes, há uma oscilação entre as faixas etárias.

- A estrutura de SN mais utilizada entre as informantes em todas as faixas etárias é preenchida com nomes, seguida de pronomes, mas é a F2, com **.78**, que mais aplica as regras plurais nos verbos. Na F1, recai para o SN numeral, com **.74**, e na F3, SN pronominal.

- Na F1, a CV está mais presente nos SNs numeral (**.74**) e quantitativo (**.67**). Na F2, SNs pronominal (**.78**) e relativo (**.60**). Na F3, SNs quantitativo (**.73**), e pronominal (**.63**). Diante destes números, percebe-se que o favorecimento de CV, a partir desta variável, é bastante diversificado.

- A presença do SN relativo no *corpus* mostra alguns dados diferenciados: não há nenhuma ocorrência na F3, mas, nas três realizadas na F1, a pluralização de verbos foi de 100%, não havendo variação, e na F2, com 50%. Estes números evidenciam que essa variante promove o crescimento da CV, na comunidade em estudo.

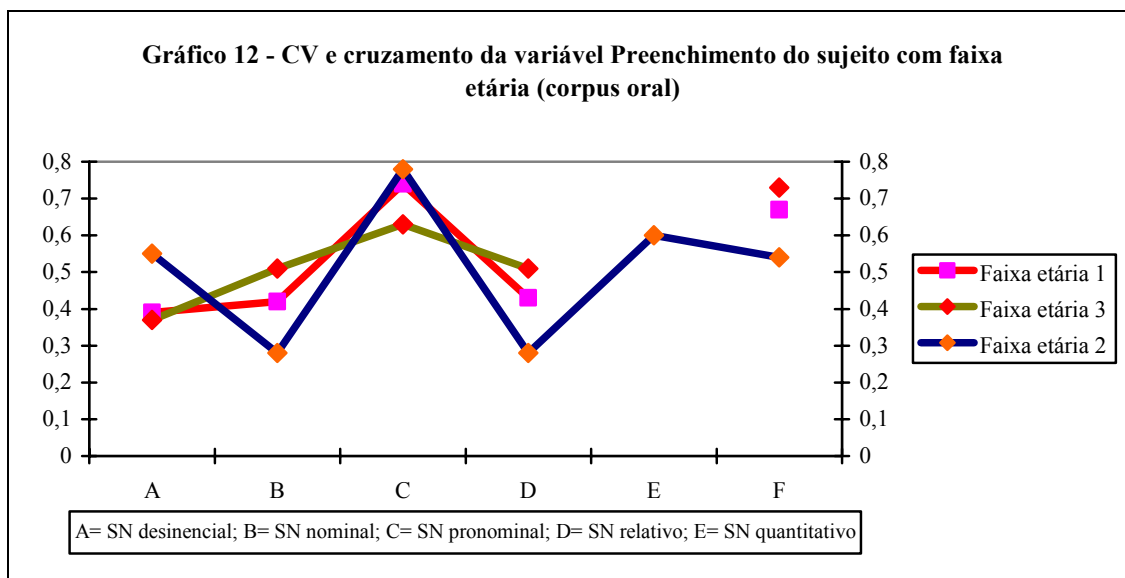
- Interessante observar que o SN desinencial (também conhecido como SN oculto), na F1, tem o mesmo P.R do SN pronominal (.39). Nas demais faixas etárias, a incidência de verbos plurais recai exatamente sobre a o SN pronominal, que é explícito. Naro (*apud* NARO; SCHERRE, 2007) verificou que “ocorrem mais sujeitos explícitos com verbos explicitamente marcados do que com verbos não explicitamente marcados”. Silva (1996, p. 177), analisando o *corpus* do Censo,⁵⁷ diz que “a ausência de morfema explícito de plural nos verbos tende a desfavorecer preenchimento de sujeito pronominal, ou, em outras palavras, tende a favorecer estrutura com sujeito pronominal nulo”.

- Os dados desta pesquisa relacionados com o SN pronominal confirmam os dados apresentados de Paredes da Silva (2003), que afirma que a elevada taxa de sujeitos pronominais não diminui as taxas de aplicação de CV. Este resultado mostra que a CV no PB, inclusive no PB popular, tende a se confirmar, diminuindo uma possibilidade de redundância na língua portuguesa.

Tabela 22 – CV e cruzamento da variável Preenchimento do sujeito com faixa etária

Variável Preenchimento do sujeito	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN desinencial	28/40 41%	.39	32/78 41%	.55	19/72 26%	.37
SN nominal	35/130 27%	.42	31/151 21%	.28	32/132 24%	.51
SN pronominal	41/69 59%	.39	61/103 59%	.78	31/114 27%	.63
SN numeral	41/69 59%	.74	3/15 20%	.37	1/10 10%	.05
SN relativo	3/3 100%	–	3/6 50%	.60	–	–
SN quantitativo	3/6 50%	.67	5/12 42%	.54	85/334 25%	.73
TOTAL	111/385 39%		135/365 37%		85/334 25%	

⁵⁷ Gravado na década de 1980, na capital do estado do Rio de Janeiro.



4.4.3.2 Concordância verbal e variável Preenchimento do sujeito na escrita

O programa Varbrul não considerou, nesta pesquisa, a variável Preenchimento do sujeito como significativa no *corpus* escrito, nem quando analisada a partir do cruzamento com a variável faixa etária. Mas os dados percentuais encontrados revelam algumas informações pertinentes à aplicação da CV quando analisada a partir do SN apresentado na escrita. Os SNs pronominal e desinencial obtiveram maior índice percentual (e em frequência), com 72%, (42 e 43 ocorrências respectivamente, de um total de 199), seguido dos SNs relativo (63%, com 5 ocorrências), quantificador (60%, com 3 ocorrências) e numeral e nominal (cada um com 50%, 3 e 31 ocorrências, respectivamente).

No cômputo geral, portanto, a aplicação da regra de CV, tendo como referência essa variante, é maior que a ausência de CV (uma frequência de 127 ocorrências contra 72): o falante, por saber que está diante de um texto mais formal, monitora a sua aplicação na escrita. E, pelo visto, as alunas que compuseram o *corpus* possuem um significativo domínio das regras de concordância na escrita, mesmo em sentenças mais simples, com SNs explícitos, que, na sua maioria, são uma retomada de SNs anteriores. Outras observações sobre esta variável, baseadas em alguns dados:

- Não há variação no uso dos SNs nominal e numeral, revelando que não há competição entre o uso desses recursos linguísticos;

- Na escrita, os SNs pronominal, desinencial e nominal estão mais presentes em ambos os *corpora*, e os demais SNs são menos presentes na escrita e fala dessas mulheres.

- Para informantes que convivem em uma comunidade cuja norma linguística aproxima-se do português popular, é relevante a alta aplicabilidade das regras de concordância verbal em SNs desinenciais, que requer um domínio de monitoramento da língua na escrita. O mesmo pode ser dito em relação ao SN relativo, que, mesmo em pequeno número de ocorrências, em 63% das vezes, a pluralização verbal foi realizada. A seguir, a tabela referente a esta variável, com os dados do texto escrito, em percentuais.

Tabela 23 – CV e Variável Preenchimento de sujeito (*corpus* escrito)

CV e Variável Preenchimento de sujeito	Ocorrências / Freqüência	
SN desinencial (86) Os que chegaram foram se agrupando, CONCLUÍRAM o curso (002F2T)	43/60	72%
SN nominal explícito (87) os participantes RECEBERAM uma grande bolsa (005F1T)	31/62	50%
SN pronominal (88) Eles ESCOLHERAM fazer turismo (006F1T)	42/58	72%
SN pronome relativo (89) Os estudantes que ESTUDAM hoje devem apenas estudar (007F3T)	05/08	63%
SN quantitativo (90) Os dois se IDENTIFICARAM um com o outro (007F3T)	03/05	60%
TOTAL	127/199	64%

4.4.3.2.1 CV e cruzamento da variável Preenchimento do SN e faixa etária no texto escrito

Como foi dito, o programa Varbrul não reconheceu como significativa essa variável em nenhuma das faixas etárias. Na leitura de dados percentuais, não foram encontradas ocorrências, seja na presença ou ausência de CV. Como exemplo, temos os SNs relativo e numeral, na F1,

com apenas duas ocorrências, na presença e na ausência de CV, respectivamente. Na F2, houve sentenças sem concordância em SNs numeral e quantificador; e na F3, nos SNs quantificador e numeral não houve a aplicação das regras de CV. Assim, a escrita de cada uma das faixas etárias assume um comportamento linguístico diferenciado:

- Das três faixas etárias, apenas na F3, a ausência de CV é maior que a presença quando analisada apenas esta variável (34% e 21%, respectivamente). Nas demais, é na F2 que a variável Preenchimento do SN favorece mais a concordância: um diferencial de 56% entre a presença e ausência de CV.

- Na F1, a marca plural em verbos é mais acentuada no SN desinencial, com 71%, pronominal (63%) e numeral (46%).

- Na F2, a CV ocorre mais no SN pronominal, com 93%, seguido do SN desinencial, com 91%, com 23 ocorrências, vindo em seguida o SN numeral, com 67% em 11 ocorrências, e o SN quantitativo, com 67%, com duas sentenças, apenas.

- Na F3, a predominância de concordância se dá em SNs pronominais, com 43%, numerais (41%) e desinenciais, com 38%.

Percebe-se que o SN desinencial promove a CV nas faixas etárias 1 e 2. E todas as faixas etárias aplicam as regras de CV em SNs pronominal, com força significativa.

Tabela 24 – CV e cruzamento da variável Preenchimento de SN com faixa etária (escrito)

Variável Preenchimento do sujeito	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN desinencial	17/24 71%	–	21/23 91%	–	5/13 38%	–
SN nominal	11/24 46%	–	11/16 69%	–	9/22 41%	–
SN pronominal	10/16 63%	–	26/28 93%	–	6/14 43%	–

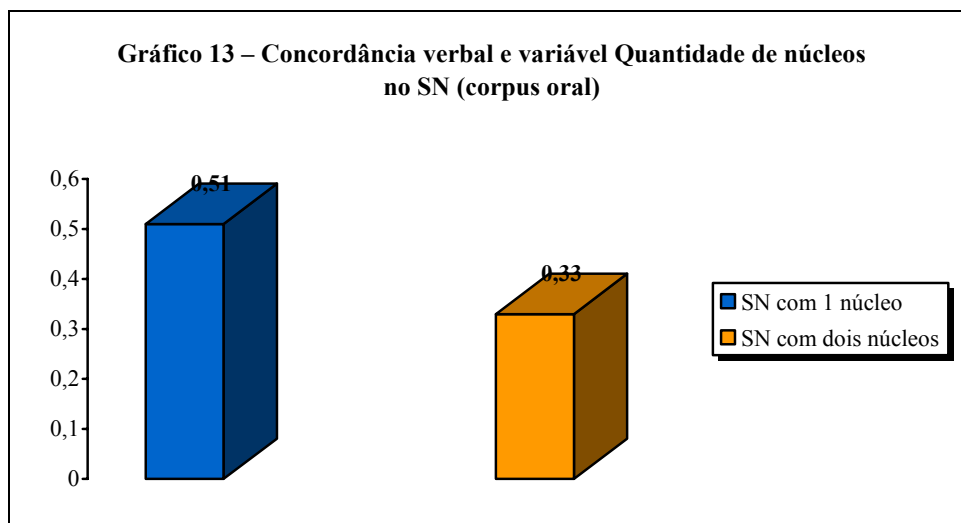
SN numeral	0002 0%	–	0303 100%	–	0001 0%	–
SN relativo	0202 100%	–	23 67%	–	0103 33%	–
SN quantitativo	0000 0%	–	33 100%	–	002 0%	–
TOTAL	4068 59%		6676 87%		2155 38%	

4.4.4 Concordância verbal e variável Quantidade de núcleos no SN

Como o SN pode ser preenchido por um ou vários núcleos, referindo-se apenas a um verbo, buscou-se perceber se a quantidade de núcleos pode interferir na aplicação de CV. Para tanto, foram propostas três variantes (SN com um núcleo, SN com dois núcleos e SN com mais de dois núcleos), mas o Varbrul considerou significativas as duas primeiras possibilidades. Dentre elas, a marca de plural nos verbos foi mais aplicada em SNs de um núcleo (.51), com 324 ocorrências (perfazendo um percentual de 35%), e SNs com dois núcleos, foi menor (.33), com 17%.

Tabela 25 – Concordância verbal e Variável Quantidade de núcleos no SN (corpus oral)

Quantidade de núcleos no SN	Frequência/ Percentual		Pesos relativos
SN com um núcleo (91) Os adulto sempre ESTÃO errado (O2OF2T)	324/920	35%	.51
SN com dois núcleos (92) as meninas e os meninos também SÃO tudo bom (O15F3O)	10/59	17%	.33
TOTAL	334/987	34%	



Esses dados são pertinentes, em se tratando de falantes que pouco aplicam a concordância verbal. Esse reduzido uso de SNs compostos de mais de um núcleo – com ou sem marca de concordância – por alunos do ensino médio também foi encontrado em pesquisa realizada por Silva (2008), com estudantes desse nível de escola de Niterói (RJ) de classe média. A pesquisadora constatou, no seu *corpus*, apenas uma sentença oracional com SN composto, enquanto que sentenças com SN simples foram 151. Estudando o uso de CV em falantes de diversas faixas etárias e nível de escolaridade de Vitória da Conquista (BA), Oliveira (2005) concluiu, analisando a partir da marca zero, que nessa comunidade há mais ausência na fala da marca de plural em verbos em sentenças formadas por SN composto com determinante (.66), que em contextos em que há o SN simples (.48). Quando o SN composto é formado de pronome pessoal e substantivo, o P.R. alcança .72.

O uso de estruturas oracionais complexas, considerando a norma padrão, exige do falante/escritor um desempenho linguístico maior que o oferecido na maioria das escolas aos alunos. Numa perspectiva lingüística, pode-se argumentar, nesta variável, o uso desnecessário de concordância entre SN e verbo, e a sua repetição em outro elemento é desnecessário. Sobre esta variável, Scherre e Naro (1998, p. 12) admitem:

A conclusão a que já chegamos, através da análise de um número significativo de casos, é a seguinte: a concordância verbo/sujeito é sempre regida pelo(s) núcleo(s) do sujeito quando (1) o sujeito for de um só núcleo de estrutura sintagmática simples anteposto ao verbo ou (2) quando o sujeito for de dois núcleos antepostos ao verbo com pelo menos um de seus núcleos no plural.

Quanto ao texto escrito⁵⁸, pode-se afirmar que, como era de se esperar, o percentual para ocorrências com concordância foi alto para SNs com um único núcleo (66%, com 124 ocorrências) e em sentenças com dois núcleos (38%), com apenas três ocorrências. Essa diferença entre as variantes analisadas mostra que SNs simples tendem a fazer a concordância verbal na fala de mulheres residentes em comunidades populares de Salvador.

Tabela 26 – Concordância verbal e Variável Quantidade de núcleos no SN (texto escrito)

Quantidade de núcleos no SN	Freqüência/ Percentual	
SN com um núcleo (93) Estudantes ESTAVAM ali se esforçando (O2OF2T)	124/188	66%
SN com dois núcleos (94) Lene e João OUVIU a conversa (O15F3O)	03/08	38%
TOTAL	127/196	65%

4.4.4.1 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN com faixa etária

Somente na F1, o programa Varbrul considerou significativos os resultados presentes na amostra. Assim sendo, para ser possível uma análise desta variável em relação à faixa etária, foram utilizados os dados percentuais. É grande o número de produção de sentenças com apenas um núcleo no SN, em todas as faixas etárias, em relação ao SN composto. Na F1, por exemplo, essa diferença chega à metade (42% e 20%, respectivamente). Na F2, a diferença aumenta para mais de 50% (39% e 12%, e **.53** e **.20**, em P.R). Apenas na F3, há uma aproximação entre a presença das duas variantes (26% e 21%): os SNs simples favorecem as marcas de plurais nos verbos, na fala informal dessas informantes.

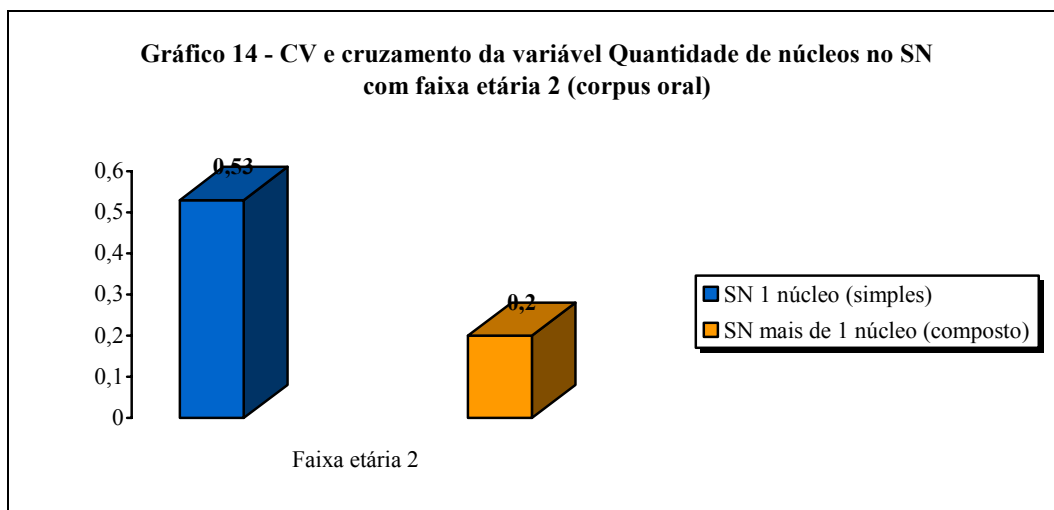
⁵⁸ Esta variável não foi selecionada pelo Varbrul, sendo analisada apenas a freqüência das ocorrências.

Percentualmente, quem mais aplica a CV em SNs compostos são as informantes da F3, com 21%, seguida da F1, com 20%, e, por fim, a F2, com 12%. Mas, são as informantes da F2 que aplicam mais as regras de CV nas sentenças com SN pronominal, levando a crer que, ao substituir o SN por um pronome – que, semanticamente, tem marca de pluralidade – elas promovem a concordância oracional. Naro e Scherre (2007, p. 176) afirmam, porém, que o uso do SN pronome, sozinho, não promove uma mudança em direção à norma de prestígio, como ensinam nas escolas. Mas, o contrário: é a presença de concordância que promove o aumento do uso do SN pronominal.

No cômputo geral, os dados percentuais comprovam, mais uma vez, a tendência entre as informantes que compõem este *corpus*: quanto mais jovem os falantes, maior a aplicabilidade de CV: 40%, para F1, 37%, para F2, e 21%, para F3.

Tabela 27 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN com faixa etária (*corpus oral*)

Variável Quantidade de núcleos no SN	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R	Ocorrências/Freqüência	P.R
SN 1 núcleo (simples)	110/263 42%	–	132/338 39%	.53	82/319 26%	–
SN mais de 2 núcleos (composto)	4/20 20%	–	3/25 12%	.20	3/14 21%	–
TOTAL	114/283 40%		135/365 37%		85/333 26%	



No *corpus* escrito, percebe-se que é na F2 que esta variável mais favorece a concordância verbal, com 66 ocorrências, perfazendo um percentual de 88%. Contraditoriamente, na F3, nem os sujeitos simples, nem os compostos promove a CV, pois a ausência de CV é maior que a presença (33% e 21%), com apenas uma ocorrência de SN composto, mostrando-se tratar de um traço recorrente nesta faixa etária, formada, principalmente, por falantes com mais de 35 anos e que passaram muito tempo ausente da sala de aula. Na F2, não há registros de sentenças com SNs compostos. Como se vê, uma variável que expressa comportamento distinto em cada faixa etária. Assim, é possível afirmar que SNs simples, em textos escritos, formados por sentenças menos complexas, promove a pluralização verbal entre as informantes.

Tabela 28 – CV e cruzamento da variável Quantidade de núcleos no SN com a faixa etária (*corpus* escrito)

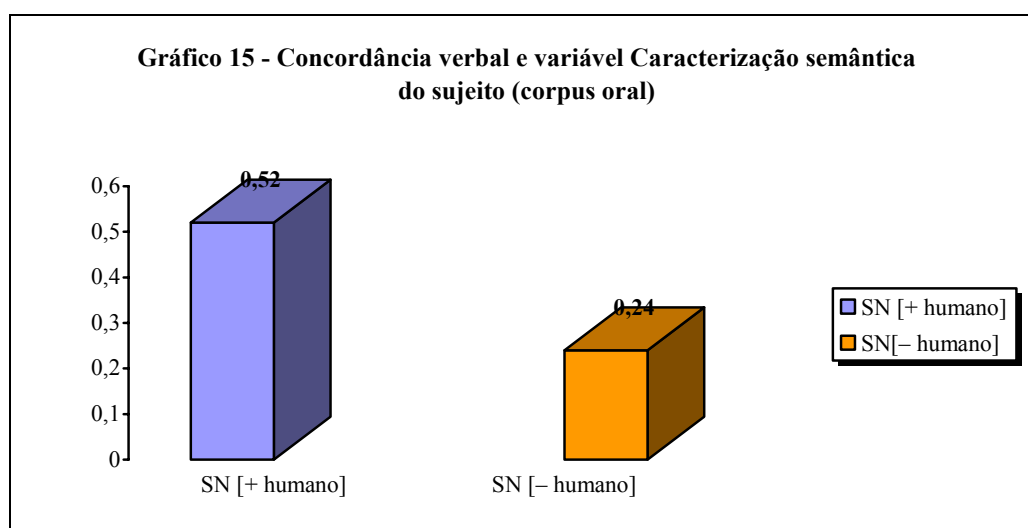
Variável Quantidade de núcleos no SN	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN 1 núcleo (simples)	38/61 62%	–	66/75 88%	–	20/52 38%	–
SN mais de 2 núcleos (composto)	02/05 40%	–	00/01 0%	–	01/02 50%	–
TOTAL	40/66 61%		66/75 88%		21/54 39%	

4.4.5 Concordância verbal e variável Caracterização semântica do sujeito

A análise da variável Caracterização semântica do sujeito nesta pesquisa parte do seguinte pressuposto: quando o sujeito é constituído de um SN [+ humano], a probabilidade de ocorrer a concordância verbal é maior que em sentenças formadas por SN [- humano]. O mesmo foi constatado nesta pesquisa, tanto no texto oral como no escrito. Os resultados estão apresentados em tabela e gráfico a seguir, em pesos relativos:

Tabela 29 – Concordância verbal e Variável Caracterização semântica do sujeito (corpus oral)

Informação semântica do sujeito	Ocorrência / Frequência		Pesos relativos
SN [+ humano] (95) E tantas pessoas FICAM falando de outros lugares (O21F3T)	323/909	36%	.52
SN [- humano] (96) alguns acidentes que TINHAM acontecido (O18F1T)	11/78	14%	.24
TOTAL	334/987	34%	



Diante destes dados, percebe-se que a variável Caracterização semântica do sujeito interfere, significativamente, na aplicação das regras de CV. No texto escrito, por sinal, esta

diferença é um pouco maior, 22%, realçando o favorecimento desta variável para a aplicação da marca plural no verbo também em contextos mais formais (66% e 44%, respectivamente).

Tabela 30 – Concordância verbal e Variável Caracterização semântica do sujeito (escrito)

Informação semântica do sujeito	Ocorrência / Frequência		P.R
	SN [+ humano] (97) Muitos jovens até BRIGAM entre si (009F3O)	124/188	
SN [– humano] (98) Algumas coisas COMEÇARAM a mudar (011F1O)	03/05	8%	–
TOTAL	127/196	65%	

Estes números demonstram que há uma redução da aplicação da concordância quando o SN é [– humano], mas o efeito da variável é o mesmo nos dois *corpora*, mais acentuado nos dados orais. Esta frequência é considerada padrão nos estudos sociolinguísticos, e, por isso, tanto no *corpus* oral quanto no escrito o comportamento é semelhante. A diferença mais significativa na oralidade ocorre, certamente, devido ao menor monitoramento presente na fala.

Oliveira (2005), pesquisando a fala de moradores de Vitória da Conquista (BA), constatou a mesma predominância, mesmo que mínima, entre SN [+ humano] e SN [– humano], sem incluir, na sua análise, variáveis sociais. Para o primeiro, o peso relativo da ausência de CV foi de **.46**, enquanto que, para a variante presença de concordância foi de **.50**. Estes dados demonstram que, apesar de não comprovar o favorecimento da variante, a carga semântica do SN pode não ter uma força significativa em algumas comunidades de fala, diante de outras variáveis, como posição e distância do SN na estrutura oracional, não considerando o grupo social e faixa etária.

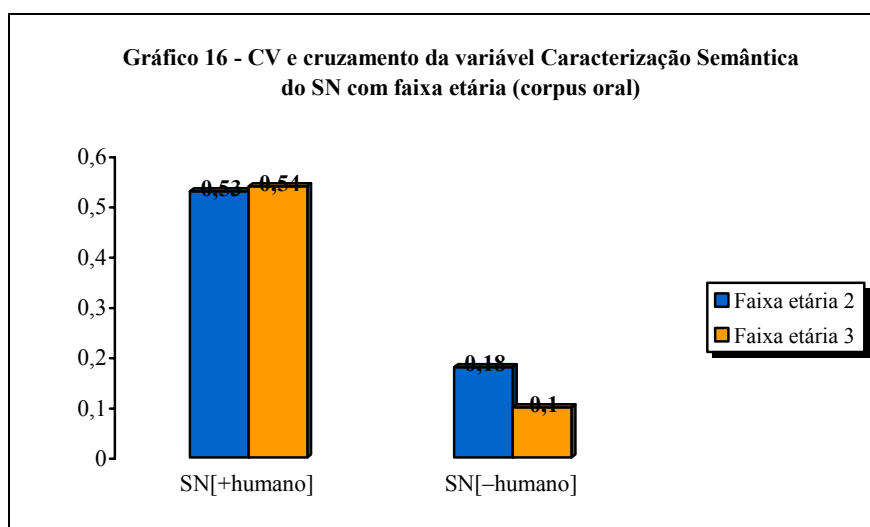
4.4.5.1 CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN com faixa etária

Os resultados apresentados nesta pesquisa estão inseridos nos padrões sociolingüísticos: o SN [+humano] favorece mais a pluralização verbal que o SN [-humano], independentemente da faixa etária. Pelos dados desta pesquisa, a diferença, tanto em números percentuais, como em P.R, é significativa: na F2 e F3, por exemplo, para o SN [+humano], o P.R é **.53** e **.54**, respectivamente, enquanto que para o SN [-humano], os números caem para **.18** e **.10**.

Esta variável só foi selecionada apenas nas faixas etárias 2 e 3, nos dados orais. Há entre elas uma equivalência em ambos os fatores: **.53** e **.54**, para o SN[+humano], respectivamente, e **.18** e **.10** para o SN[-humano]. Os números percentuais mostram que são as informantes da F1 que mais aplicam a CV neste contexto linguístico (40%), seguindo o padrão encontrado nesta pesquisa, e a F2 em segundo e próximo da F1, com 37%, e, em terceiro, a F3, com 25%. Vale ressaltar, também, a baixa quantidade de sentenças com SN [-humano] com verbos no plural, em todas as faixas etárias: nas faixas etárias 2 e 3, apenas duas ocorrências, contra 133 e 83, respectivamente.

Tabela 31 – CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN com faixas etárias 2 e 3 (corpus oral)

Variável Caracterização semântica do SN	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN [+humano]	107/255 42%	–	133/340 39%	.53	83/314 26%	.54
SN [-humano]	7/33 21%	–	2/25 8%	.18	2/20 10%	.10
TOTAL	114/288 40%		135/365 37%		85/334 25%	



Souza (2007) constatou que quanto maior a faixa etária, maior a aplicação de CV em SN [+humano] na capital baiana: **.24**, para F1 (15 a 24 anos), **.53**, para F2 (25 a 35 anos), e **.88**, para F3 (45 a 55 anos). Estes dados são muito importantes para a nossa pesquisa, uma vez que o nosso *corpus* é constituído por informantes que residem em Salvador. Na tabela a seguir, os números que demonstram o comportamento da CV no texto escrito, em percentuais e pesos relativos:

Como mostram os dados, a F2 aplica mais as regras de CV que as demais faixas etárias, principalmente na variante SN [+humano], vindo em seguida a F1 e a F3. Na F1, por exemplo, a presença do SN [+humano] há apenas três ocorrências com SN [-humano], e na F3, menos ainda, duas ocorrências. Já com a variante SN [+humano], foram registradas 37 sentenças com marcas plurais no verbo, na F1, e 19, na F3. Nesta faixa etária, a ausência de CV é mais presente que a presença. Abaixo, tabela com todos os resultados:

Tabela 32 – CV e cruzamento da variável Caracterização semântica do SN com faixa etária (corpus escrito)

Variável Caracterização semântica do SN	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN [+humano]	37/60 62%	–	63/75 90%	–	19/51 37%	–
SN [-humano]	03/08 38%	–	03/03 50%	–	02/04 50%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	

4.4.6 Concordância verbal e variável Saliência Fônica

Saliência fônica é uma categorização do verbo baseada na diferença de materialidade fônica entre as formas singular e de plural e, por isso, tem sido um dos fatores de grande importância na explicação das tendências de ocorrência da concordância verbal do português brasileiro. Ou seja: quanto mais saliente e mais perceptível for a relação singular/plural, mais a concordância verbal será aplicada (NARO; SCHERRE, 2000), como os verbos *é/são* e *foi/foram*. Para eles, esta percepção não se dá apenas a partir de fatores fonológicos, mas também mórficos, semânticos e sintáticos.

Na presente pesquisa, utiliza-se a escala proposta por Naro e Scherre (2000) que congrega a análise desta variável em seis níveis e dois critérios, como exposto no subitem 3.3.5, neste trabalho. E os dados encontrados se assemelham aos percebidos em pesquisas sociolinguísticas realizadas nos últimos anos: a pluralização verbal ocorre, com maior frequência, em sentenças com verbos mais salientes. Na tabela a seguir, a exposição de todos os resultados encontrados nos textos orais no que diz respeito a esta variável, em percentuais e em pesos relativos:

Tabela 33 – Concordância verbal e variável Saliência fônica (texto oral)

Saliência fônica	Ocorrências/ Total	Frequência	Peso relativo
Nível 1 (bebe/bebem) (99) eles SABEM muito mais do que eu (O25F3O)	12/68	18%	.27
Nível 2 (fala/falam) (100) Acho que eles CONVERSAVAM (O23F2T)	89/418	21%	.31
Nível 3 (faz/fazem) (101) minhas irmãs já DIZEM que eu num sou uma boa mãe (O12F1O)	21/91	23%	.31
Nível 4 (vai/vão) (102) muito rebeldes VÃO muito pela mente deles (O2OF2T)	51/105	49%	.69
Nível 5 (foi/foram) (103) meus colega FORAM pra ilha (O13F3T)	47/127	37%	.61
Nível 6 (é/são) (104) Hoje as crianças SÃO desobedientes (O25F3O)	114/178	64%	.86
TOTAL	334/987	34%	

Esperava-se que houvesse uma progressão linear na escala de saliência, mas, na observação desses dados, verifica-se que os níveis 2 e 3 possuem o mesmo peso relativo, apontando para presença marcada pelo mesmo peso no texto oral. Os níveis 4 e 5 têm uma leve inversão, sendo a terminação verbal **ÃO** (*dá/dão*) mais saliente que a **RAM** (*deu/deram*) entre as informantes desta pesquisa, mesmo em pequena amplitude. Os números percentuais também confirmam essa alteração (49% e 37%, respectivamente). Este tipo de fenômeno não invalida o princípio da saliência, segundo Vieira (1995), que encontrou os mesmos resultados.

Trabalho realizado por Rodrigues (1987), que analisa a CV na língua falada de duas comunidades da periferia da capital paulista⁵⁹, mostrou que a saliência fônica verbal foi a variável que mais interferiu na aplicação da regra; ou seja, as formas verbais mais salientes tenderam à presença de concordância e as menos salientes, à ausência de concordância.

Silva (2005), pesquisando falantes de comunidades rurais da Bahia, nas quais tem ocorrido o processo de aquisição da norma padrão por segmentos da sociedade local, detectou uma inversão na escala de saliência fônica em suas análises: a terminação verbal **AM** (*fala/falam*) é mais saliente que a terminação **EM** (*diz/dizem*), com uma amplitude também relativamente pequena. Os dados de Souza (2007) já apresentam uma inversão (também com pouca amplitude): os verbos com terminação verbal de nível 2 de saliência (*fala/falam*) possuem menos marca de plural (.36) que os verbos do nível 3 de saliência (*faz/fazem*) (.42).

É perceptível o distanciamento entre os níveis fônicos de saliência no texto oral entre os níveis 3 e 4, por exemplo. Pesquisa de Naro (1981), feita com falantes com baixo índice de escolaridade (1 a 4 anos), revela esse mesmo diferencial. Ele considera que essa variação indica um processo lento de mudança lingüística, caminhando em direção a um sistema sem marcas e, novamente, localiza as origens desse processo nos ambientes de menor saliência fônica, ou seja, em casos tais como *sabe/sabem; vende/vendem*, em que a diferença morfológica da relação singular/plural átona pode ser marcada apenas pela nasalização da desinência vocálica.

O autor afirma que esse processo, originariamente de natureza fonológica, “mais tarde se generalizou para outros ambientes” (*op. cit.*, p.90), isto é, atingiu as oposições morfológicas, as mais salientes, tais como *comeu/comeram, é/são*, envolvendo toda a oposição desinencial. Scherre e Naro (1998) dizem que a escala da saliência é mais nítida nos dados dos falantes com menos anos de escolarização. Pode-se acrescentar que este fenômeno também pode ocorrer entre falantes que possuem uma escolarização tardia e/ou deficiente.

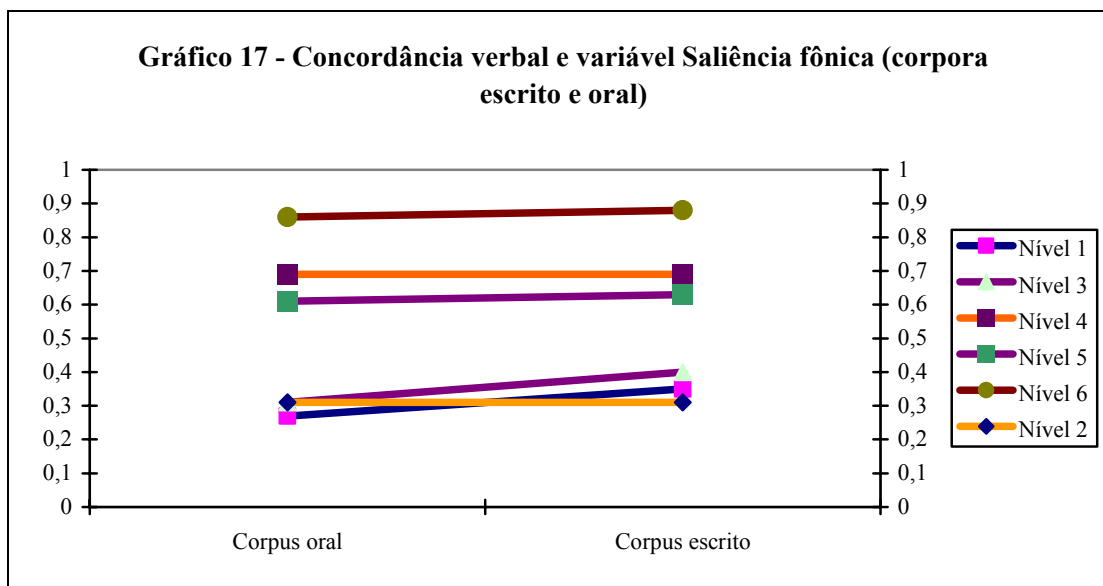
No *corpus* escrito, todos os fatores dessa variável foram selecionados pelo programa Varbrul, quando incluídas todas as faixas etárias. Os resultados se apresentam com pequena

⁵⁹ Ao todo, foram 40 falantes com idade entre 20 e 51 anos, de ambos os sexos, de procedência geográfica diversificada, e que exercem profissões como dona-de-casa, empregada doméstica, vigia, servente, mestre da construção civil, pedreiro, pintor, metalúrgico,

quebra na escala fônica nos níveis 1 e 2 (.35 e .31) e os fatores 7 e 8 (.69 e .63), sem comprometer o padrão historicamente confirmado: quanto maior a diferença entre a terminação verbal entre singular e plural, maior a probabilidade de realização de concordância. Vale ressaltar, também, que as marcas mais salientes (*fez/fizeram* e *é/são*) no texto escrito (.63/.88) têm pesos relativos muito próximos do texto oral (.61/.86). Esses resultados podem levar a considerar que a pluralização verbal, nessa comunidade, tende a permanecer. E o uso da CV no texto oral pode estar influenciando a aplicação da regra no texto escrito. Na tabela e gráfico a seguir, a exposição de todos os dados apresentados pelo Varbrul, relacionados a esta variável:

Tabela 34 – Concordância verbal e variável saliência fônica (texto escrito)

Saliência fônica	Ocorrências/ Frequência		P.R
Nível 1 (dorme/dormem) (105) Eles PERDEM o interesse pelas aulas (008F2O)	04/11	36%	.35
Nível 2 (fala/falam) (106) Eles sempre ESTAVAM juntos mesmo fora do cursinho (011F1O)	35/73	48%	.31
Nível 3 (faz/fazem) (107) Os comerciante só QUEREM saber de vender para ganhar dinheiro (010F1O)	04/07	57%	.40
Nível 4 (está/estão) (108) Eu tenho vários amigos que ESTÃO nessa situação (005F3T)	04/06	67%	.69
Nível 5 (bateu/bateram) (109) Eles se ENCONTRARAM todos os dias (011F1O)	74/95	78%	.63
Nível 6 (é/são) (110) Todos SÃO grandes profissionais na área de medicina (004F2O)	06/07	86%	.88
TOTAL	66/87	76%	



4.4.6.1 CV e cruzamento da variável Saliência Fônica com faixa etária

A faixa etária interfere, significativamente, no comportamento da variável saliência fônica: em cada faixa etária, percebem-se situações as mais diversas. A escala de saliência fônica não é ascendente na F3, oscilando de **.52** no nível 1, e chegando a **.35**, no nível 3, e **.92**, no nível 6. Na F2, há ausência de variação no nível 1, por exemplo. A ascendência na escala fônica é mais uniforme da F1: de **.26**, no nível 1, para **.83**, no nível 6.

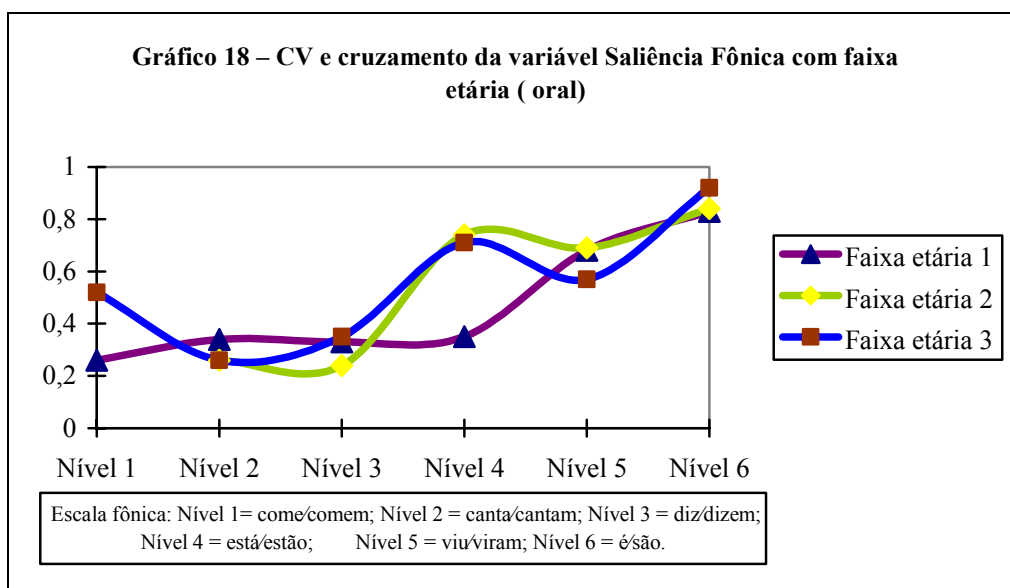
Mas, apesar dessas diferenças, os números mostram um padrão confirmado em pesquisas sociolingüísticas (NARO; SCHERRE, 1999a; SCHERRE; NARO, 1997): o nível 6, marcado por maior diferença fonética entre a forma singular e a plural dos verbos, é a maior em todas as faixas etárias. Os sociolingüistas explicam os altos índices de CV nestes contextos afirmando que

a ausência de CV nestes contextos é muito saliente na percepção dos falantes que, muitas vezes, emitem comentários negativos claros a respeito da falta de concordância, seja com sujeitos plurais (*eles vai/ nós vai/os menino vai*), seja com sujeitos singulares (*o povo foram/ a gente vamos*). (NARO; SCHERRE, 2007, p. 176).

O nível fônico mais baixo da F1 é o primeiro, com **.26**, enquanto que na F2 e F3 a menor incidência de concordância se dá no nível 2 (*fala/falam*), também com o P.R igual a **.26**. Outro dado presente nesta variável, já detectada em outros contextos lingüísticos, é que, de acordo com os números percentuais totais, quanto mais jovens as informantes, mais elas aplicam as regras prescritivas de CV (40%, 39% e 25%, respectivamente). A proximidade maior da F1 e F2 é nos níveis de maior saliência (5 e 6), com **.68/.69** e **.83/.84**. Os níveis mais próximos da F2 e F3 são os intermediários (2 e 4), com **.26/.26** e **.74/.71**.

Tabela 35 – CV e cruzamento da variável Saliência Fônica com faixa etária (oral)

Variável Saliência Fônica	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Nível 1 (bebe/bebem)	4/17 24%	.26	0/19 0%	–	8/32 25%	.52
Nível 2 (fala/falam)	37/120 31%	.34	37/157 24%	.26	15/141 11%	.26
Nível 3 (faz/fazem)	9/29 31%	.33	7/28 27%	.24	5/34 15%	.35
Nível 4 (vai/vão)	5/14 36%	.35	28/45 62%	.74	18/46 39%	.71
Nível 5 (bateu/bateram)	22/50 44%	.68	17/43 40%	.69	8/34 24%	.57
Nível 6 (é/são)	37/58 64%	.83	46/73 63%	.84	31/47 66%	.92
TOTAL	114/288 40%		135/346 39%		85/334 25%	



No cruzamento de dados do *corpus* escrito com a variável faixa etária, devido, certamente, ao pequeno número de ocorrências, não foi possível identificar todos os níveis, tanto na análise percentual, quanto na baseada em pesos relativos. Em cada faixa etária, portanto, são encontrados perfis linguísticos diferenciados, mas os valores totais comprovam um padrão nesta pesquisa: as informantes da F2 aplicam mais a concordância em contextos escritos e, conseqüentemente, mais formais. Na F1, são mais freqüentes os verbos do nível 5, com 35 ocorrências, sendo que 71% delas possuem marcas plurais nos verbos, e a menor freqüência é no nível 6, com apenas 1 ocorrência, no plural. Percentualmente, há uma ascendência na escala fônica, com a exceção dos níveis 3 e 4, com 67% e 33%, respectivamente, ambos com três ocorrências. Na F2, o favorecimento se dá nos níveis 2 e 5, **.20** e **.65**, respectivamente.

Na F3, há mais ocorrência de CV no nível 2 (8, no total, e, no nível 6, apenas duas ocorrências. Percentualmente, a concordância é mais acentuada nos níveis de maior saliência fônica, 5 e 6: 45% e 67%. Abaixo, a tabela comparativa, com todas as faixas etárias:

Tabela 36 – CV e cruzamento da variável Saliência Fônica com faixa etária (*corpus escrito*)

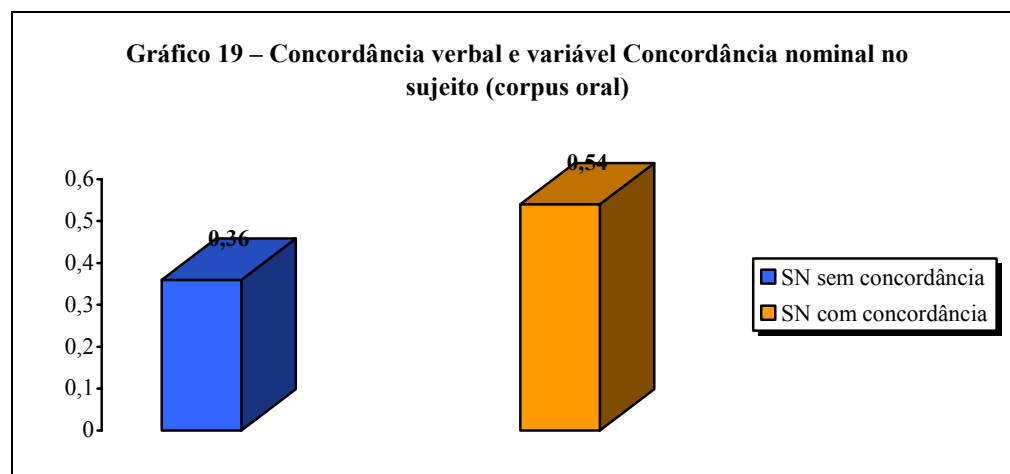
Variável Saliência Fônica	FAIXA ETÁRIA 1 (F1)		FAIXA ETÁRIA 2 (F2)		FAIXA ETÁRIA 3 (F3)	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
Nível 1 (bebe/bebem)	01/03 33%	–	–/– –	–	03/08 38%	–
Nível 2 (fala/falam)	10/23 43%	–	17/22 77%	.20	08/28 29%	–
Nível 3 (faz/fazem)	02/03 67%	–	02/02 100%	–	00/02 0%	–
Nível 4 (vai/vão)	01/03 33%	–	–/– –	–	–/– –	–
Nível 5 (bateu/bateram)	25/35 71%	–	44/49 90%	.65	05/11 45%	–
Nível 6 (é/são)	01/01 100%	–	03/03 100%	–	02/03 67%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	

4.4.7 Concordância verbal e variável Concordância nominal no sujeito

A análise da variável concordância nominal no sujeito parte do pressuposto de que quando há marcas de plural no SN, aumenta a probabilidade de o falante aplicar as regras relativas à CV. Na nossa pesquisa, os dados revelaram este padrão: em sentenças em que há concordância nominal no sujeito, o peso relativo encontrado foi de **.54**, enquanto que, com a ausência de marcas plurais entre os elementos constitutivos do SN, este índice caiu para **.36**.

Tabela 37 – Concordância verbal e Concordância nominal no sujeito (*corpus oral*)

Concordância nominal no sujeito	Frequência/Percentual		Peso relativo
SN com concordância (111) Minhas primas FORAM estudar em lugar diferente (O11F2O)	295/773	38%	.54
SN sem concordância (112) Os homem FALARAM a ele (O12F1O)	39/214	18%	.36
TOTAL	334/987	34%	



Quanto ao *corpus* escrito, mesmo esta variável não sendo selecionada pelo Varbrul, os números, em percentuais, apontam para o mesmo resultado: 65% (122 ocorrências) de CV em sentenças que ocorrem a concordância nominal do sujeito, e 45% (5 ocorrências) em sentenças sem concordância no SN. A seguir, a tabela com os dados escritos:

Tabela 38 – Concordância verbal e Concordância nominal no sujeito (*corpus* escrito)

Concordância nominal no sujeito	Frequência/Percentual	
SN com concordância (113) Os estudantes COMEÇAM a ter notas baixas (O11F2O)	122/188	65%
SN sem concordância (114) Outra duas pessoa SOFRERAM acidente (O12F1O)	5/11	45%
TOTAL	127/199	64%

Basicamente, as pesquisas sociolingüísticas que estudam a CV confirmam esses resultados. Observando comunidades rurais do interior baiano, Silva (2005, p.253) apurou os seguintes resultados: **.89**, com concordância nominal no SN, e **.42**, sem concordância. O autor entende, com isso, que mesmo os menos alfabetizados, “ao adquirir os padrões lingüísticos da

norma padrão, tendem a fazer aquisição com maior frequência das marcas explícitas do SN e no sintagma verbal”. Os falantes urbanos também fazem a mesma correlação. Souza (2007, p.82), analisando falantes urbanos de Salvador, das mais diversas faixas etárias e níveis sociais diferentes, percebeu o mesmo: **.64** quando há concordância no SN, e **.36**, sem concordância no SN. Segundo a pesquisadora, diante destes números, “as marcas do SN sujeito definem a aplicação da concordância no verbo”. Fazendo cruzamento com a variável posição do sujeito, nesta mesma pesquisa, Souza (*op.cit.*, p. 86) conclui que

a concordância verbal se realiza quando o SN sujeito também faz a concordância, demonstrando, mais uma vez, que a coesão estrutural (sujeito no plural tende a favorecer a concordância verbal) foi a motivadora da aplicação da regra de concordância, e não a posição do sujeito, pois, nos casos em que os elementos do SN sujeito não concordavam, houve menos concordância no verbo. Verificamos que a variação está condicionada à inter-relação de duas ou mais variáveis analisadas.

Há outras explicações para este comportamento linguístico. Uma delas diz respeito à coesão estrutural, que pode ser explicada por princípio proposto por Lucchesi (2000a). De forma sucinta, esse princípio prevê que, numa situação em que há concorrência entre duas gramáticas na competência linguística do falante, o predomínio de uma gramática sobre a outra se dá em porções determinadas da estrutura da frase. Ou seja: as marcas aplicadas no SN, de certa forma, estimulam a pluralização também no verbo, pois o falante percebe – ou sabe – (a depender do grau de escolaridade) da interação intrínseca entre as partes.

Essa coesão também é denominada de paralelismo, no nível oracional, conforme Vieira (2007, p. 90). Segundo a autora, exemplificando este princípio, os casos de sujeitos constituídos de numerais que apresentam o traço semântico de pluralidade não favorecem a CV, “permitindo afirmar que o princípio do paralelismo atua pela repetição de formas e não de idéias”. Perini (2001) acrescenta, também, o argumento da hierarquização dos termos da oração, e a ocorrência da CV demonstra o grau de dependência de seus termos (cf. cap. 2).

É possível, também, entender a ausência da pluralização do verbo a partir do princípio da redundância, que torna desnecessária a aplicação das regras de CV para o falante: a marca de

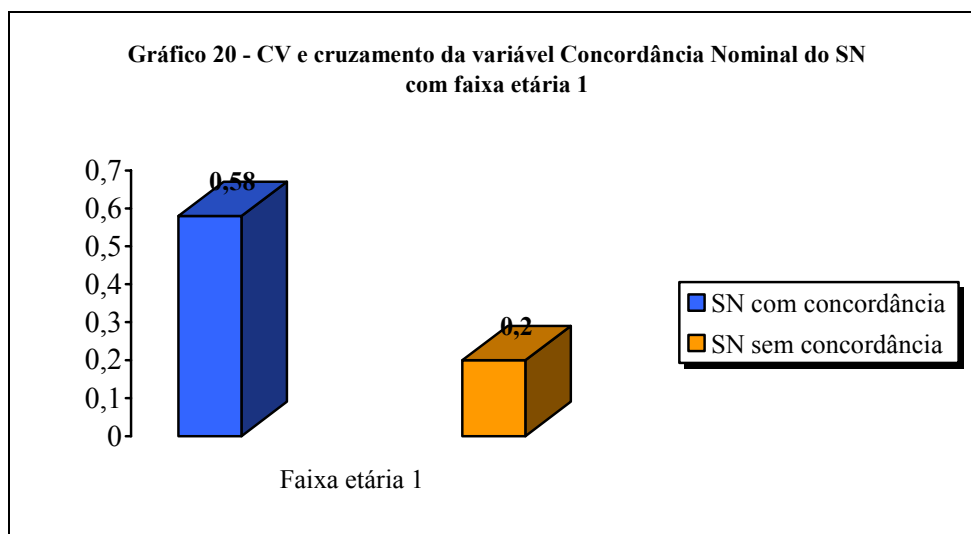
plural no SN dispensaria a pluralização do verbo. No entanto, para que este argumento traga mudanças no entendimento desse fenômeno, seria preciso, primeiro, que a CV perdesse força social, principalmente entre as camadas mais altas e, por tabela, mais escolarizadas.

4.4.7.1 CV e cruzamento da variável Concordância Nominal do SN com faixa etária

Apenas na faixa etária 1 constata-se o favorecimento da concordância nominal do SN na aplicação das regras relativas à CV de número, como já atestam os padrões sociolinguísticos, pois houve análise de regras variáveis e os dados de P.R, na F1, sustentam esta afirmativa: de **.58** para **.20**. Observando os percentuais, vê-se que, na F2, os SNs com concordância é significativamente mais presentes (42%), que sem concordância (17%). São números bem mais altos que os encontrados na F3: SN com concordância, 27%; e sem concordância, 20%.

Tabela 39 – CV e cruzamento da variável Concordância Nominal do SN com faixa etária (corpus oral)

Variável Concordância nominal do sujeito	FAIXA ETÁRIA 1		FAIXA ETÁRIA 2		FAIXA ETÁRIA 3	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN com concordância	106/237 45%	.58	123/296 42%	–	66/240 27%	–
SN sem concordância	8/51 16%	.20	12/69 17%	–	19/94 20%	–
TOTAL	114/288 40%		135/365 37%		85/334 25%	



No *corpus* escrito, a concordância nominal do sujeito favorece a CV em todas as faixas etárias, e são as informantes da F2, mais uma vez, quem mais pluraliza os verbos em contextos escritos (87%, das 76 ocorrências). Na F1, das 40 sentenças identificadas, em apenas uma delas não há marcas de plural no SN, enquanto que as informantes da F3 são as que menos aplicam as regras de concordância nominal (21 sentenças, de um total de 55), representando um percentual de 38% de sentenças com concordância nominal. Na F1, este percentual é de 59%. Esses dados confirmam, então, o padrão de pesquisas sobre esta variável: a concordância nominal do SN estimula a pluralização verbal, tanto em contextos formais quanto informais no uso da língua, mas, no português popular, as informantes mais novas o fazem mais que as mais velhas.

Tabela 40 – CV e cruzamento da variável Concordância Nominal do SN com faixa etária (*corpus* escrito)

Variável Concordância nominal do sujeito	FAIXA ETÁRIA 1		FAIXA ETÁRIA 2		FAIXA ETÁRIA 3	
	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R	Ocorrências/ Frequência	P.R
SN com concordância	39/67 58%	–	64/73 88%	–	19/48 40%	–
SN sem concordância	01/01 100%	–	02/03 67%	–	02/07 29%	–
TOTAL	40/68 59%		66/76 87%		21/55 38%	

4.5 Concordância verbal e variáveis lingüísticas: uma síntese

Como foi dito no início deste capítulo, o exercício de “fotografar” os usos da língua em determinada comunidade de fala traz à luz alguns detalhes que, sem o devido cuidado, passam despercebidos pelos falantes e até por pesquisadores. São movimentos tão sutis, muitos deles transpassados por outros detalhes, que nem sempre é possível percebê-los na sua totalidade. Mas os vislumbres revelados em uma pesquisa sociolingüística possibilitam uma percepção mais nítida do comportamento de determinado fenômeno lingüístico; no caso desta pesquisa, a concordância verbal de terceira pessoa do plural. Cientes disso, elencam-se algumas conclusões preliminares deste exercício investigativo, que, ligadas a outras, já postas e as que estão por ser feitas, podem promover mais conhecimento da nossa língua portuguesa.

1– Por mais que a escola não admita, a concordância verbal é um fenômeno lingüístico variável na fala, e as variantes lingüísticas que identificam a comunidade devem ser incluídas no ambiente escolar. Não é ignorando este fato, através de um reforço acrítico da norma padrão, que se limita à correção gramatical que a aprendizagem se tornará mais efetiva entre os alunos. É urgente a tarefa de se repensar o ensino de língua portuguesa no Brasil, para que seja considerada a realidade lingüística dos alunos e, conseqüentemente, de cada comunidade de fala. É provável que, à medida que o aluno perceba as diversas possibilidades de uso da língua, o aprendizado será mais relevante para os falantes.

2 – Das variáveis estudadas, a que apresentou maior diferença entre os fatores foi a variável posição do SN no cruzamento da faixa etária: antes do verbo (.55) e depois do verbo (.14). A que apresentou menor diferença entre os fatores foi a distância do sujeito em relação ao verbo: quando próximos, o peso relativo foi .46, e quando distantes, .63.

– Cruzando as variáveis lingüísticas com a variável faixa etária 1, verifica-se que

– o fator de saliência fônica que mais promove a aplicação das regras de CV é o de nível 6, com P.R. .83, e o fator que menos favorece marcas de plurais no verbo é a posposição do verbo.

– Dentre as variáveis selecionadas pelo Varbrul, a CV é mais favorecida com o SN distante do verbo, com P.R igual a **.69**, e as marcas plurais são menos aplicadas quando o SN está posicionado depois do verbo, com **.14**.

– Analisando as variáveis com seis variantes (preenchimento do sujeito e saliência fônica), o fator mais favorável à CV na fala foi o nível mais saliente (P6), com peso relativo igual a **.83**, e a menos favorável foi o nível menos saliente (P1), com P.R. de **.26**. Percebe-se, então, que a aplicação das regras de CV está muito mais condicionada à terminação verbal do que a relação do verbo com o sujeito.

3 – Cruzando as variáveis lingüísticas com a variável faixa etária 2, verifica-se que

– como nas demais faixas etárias, o fator de saliência fônica que mais favorece a aplicação das regras de CV é o nível 6, com **.84**, e a que menos favorece é o SN [–humano], com **.18**.

– Dentre os fatores posição do SN e quantidade de núcleos no SN, Informação semântica do SN, os fatores mais favorecedores são SN simples e SN [+humano] e SN simples, ambos com **.53**. E a menos favorecedora é a SN [–humano], com **.18**, seguido apenas da variante SN composto, com **.20**.

– Nas variáveis preenchimento do SN e saliência fônica, há mais favorecimento na variante nível 6 da escala de saliência fônica, com **.84**, e a com menor P.R é nível 3, da mesma escala, com **.24**.

– Percentualmente, o maior índice de variação entre as variantes lingüísticas encontra-se na variável Posição de sujeito, com 26%, e a menor variação é a variável Distância entre sujeito e verbo, com 4%.

4– Quanto à faixa etária 3, pode-se dizer que:

– a variável de maior peso relativo foi nível 6 da escala de saliência fônica, com **.92**, e a de menor peso relativo foi a variável SN numeral, com **.05**.

– Considerando apenas as variáveis posição do SN, quantidade de núcleos no SN e informação semântica do sujeito, a variável que mais promove a CV é a SN [+humano], com **.54**, e a que

menos favorece a CV é a SN [-humano]. Dentre as demais variáveis (saliência fônica e preenchimento do SN), o nível 6 da escala de saliência fônica é mais favorecedor de concordância, com **.92**, e a que menos promove a concordância é o SN numeral, com **.05**.

5 – A maioria das hipóteses, previamente testadas em pesquisas anteriores, foi confirmada. Este fato demonstra que os *corpora* analisados fazem parte de um padrão linguístico comum à comunidade na qual os falantes estão inseridos, apesar de suas peculiaridades e características marcantes, principalmente o perfil socioeconômico da comunidade estudada.

– Uma das confirmações diz respeito à maior marca de plural dos verbos na estrutura SVO. O que vale ressaltar é a significativa diferença nos contextos em que as regras de CV são aplicadas de verbos antepostos (**.53**) e pospostos (**.23**). No *corpus* escrito, percebe-se este mesmo comportamento em todas as demais variáveis, apesar do teor formal característico da escrita, e sua exigência em textos desenvolvidos em sala de aula.

Assim sendo, acreditamos que pode haver uma influência da escrita na oralidade destes alunos – e não vice-versa –, principalmente entre aqueles que têm contato com outros contextos linguísticos, pois o processo de ensino/aprendizagem da norma padrão está fortemente alicerçado na escrita. Mas isso não significa que a oralidade esteja no pólo contrário ao da escrita. Na verdade, tanto a modalidade falada quanto a escrita apresentam fenômenos variáveis distribuídos num contínuo oralidade–letramento, resultando numa diferença de grau muito mais do que de natureza entre fala e escrita. Vale registrar, então, as palavras de Faraco (2007, p. 28-29): “Uma visão em *continuum* permite melhor apreender a distribuição social das variedades (e, acima de tudo, a dinâmica que rege a intensa inter-relação entre elas) e os pontos em que há estigmatização de formas”.

Um resultado atípico desta pesquisa foi o relacionado à variável Distância entre o SN e o verbo: a proximidade entre estes dois elementos estruturais não favorece a aplicação de CV de terceira pessoa do plural. De início, poderia pensar tratar-se de um desempenho linguístico presente em falantes escolarizados, mas deve-se considerar a possibilidade de estes dados apontarem para uma coesão estrutural da informação.

De qualquer forma, ao lançar mão desse recurso, o falante, mesmo sem o domínio da norma padrão, demonstra competência discursiva ao aplicar mecanismos (que não dependem,

necessariamente, do ensino formal), como a retomada da informação, buscando aplicar a regra gramatical, para promover a coesão estrutural e, assim, manter a comunicação.

Considerar, portanto, a variação como aspecto fundamental no desenvolvimento da competência discursiva do aluno é reconhecer o fato de que sua fala e escrita são construídas discursivamente por formas lingüísticas que competem entre si.

6 – Quanto às demais variáveis – preenchimento do sujeito, quantidade de núcleos no sujeito, caracterização semântica do sujeito, saliência fônica dos verbos e a concordância nominal do sujeito –, pode-se dizer que os resultados encontrados nesta pesquisa em muito se aproximam dos padrões sociolingüísticos do português brasileiro. Alguns dados, porém, merecem destaque:

7– No texto oral, a variante que mais favorece a aplicação da concordância verbal de terceira pessoa é o nível 6 da escala de saliência fônica (*é/são*), com peso relativo igual a **.86**, e a variante que menos favorece a aplicação da regra de CV é a posposição do sujeito, com peso relativo **.23**.

8 – Desde o processo de leitura de textos referentes ao Ensino Médio, seguido pela coleta e análise de dados, ficou clara a urgência de se conhecer melhor o ensino formal de língua portuguesa em comunidades de baixo padrão social e econômico. Pois é notória a distância entre as propostas públicas direcionadas para o Ensino Médio e a realidade nas escolas. Devem ocorrer mudanças não apenas no conteúdo referente às disciplinas que fazem parte da grade curricular, mas também considerar neste processo a inclusão de outros recursos e fundamentos teóricos que balizem a educação de adolescentes, jovens e adultos que pretendem inserir-se e/ou crescer no mercado de trabalho. A variação lingüística, no tocante à língua portuguesa, é uma delas, e, talvez, a mais importante, por possibilitar a promoção da competência lingüística de alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concordância verbal é um fenômeno linguístico que, na fala cotidiana de seus falantes, lança muitas luzes na língua de um grupo social, extrapolando o enfoque gramatical. E quando este olhar concentra-se nos usos de falantes do português popular brasileiro, mais especificamente soteropolitano, percebem-se os possíveis caminhos que a língua falada no Brasil tende a trilhar. Tanto na oralidade como na escrita de mulheres de comunidades periféricas de Salvador, por exemplo, percebe-se que o processo de inserção de pessoas de comunidades pobres na capital baiana no mercado de trabalho está no seu começo e do quanto as instituições de ensino públicas precisam modificar suas propostas e práticas pedagógicas, no que tange ao ensino formal da língua portuguesa. Todas elas precisam desenvolver, conjuntamente com outros órgãos governamentais, desse movimento, que busca dar a todos, indistintamente, as mesmas oportunidades.

O fato de as estudantes mais jovens (17–23 anos) que freqüentam esta escola pluralizarem mais os verbos nos contextos plurais informais apontam para um futuro no qual as alternativas de experiências profissionais para essas mulheres sejam mais amplas que hoje. O mesmo pode ser dito nos contextos formais, no caso a escrita, pois são as informantes da faixa etária 2 (24 – 34 anos) quem mais realiza a concordância verbal em todas as variáveis analisadas nesta pesquisa. Além disso, os resultados analisados a partir dos *corpora* selecionados, o padrão sociolinguístico encontrado nesta comunidade é bastante parecido do que, historicamente, pesquisas já realizadas confirmaram. Ou seja: apesar das peculiaridades de cada comunidade de fala, as influências sociais nas quais os falantes estão envolvidos – como meios de comunicação, instituições de ensino, relações de trabalho – contribuem para marcar a heterogeneidade e a variação lingüísticas.

O olhar sociolinguístico sobre a fala de uma comunidade em especial permite delinear o movimento multifacetado da língua portuguesa no Brasil, assim como o são o seu povo, história e cultura: os pontos que unem a escrita e a fala, o trabalho e a escola, a norma padrão e as normas populares, os falantes mais jovens e aqueles mais velhos, o singular e o plural, o social e o linguístico, por exemplo. Na verdade, esta curiosidade foi o que motivou esta pesquisa, levando a crer que o português, na fala dos brasileiros, é muito mais que dois.

Neste sentido, a sociolinguística pode contribuir significativamente, à medida que coloca no centro de debates a valorização de todas as variantes linguísticas de uma comunidade, afirmando a singularidade de cada uma delas e mostrando como elas são sistematizadas e aplicadas no cotidiano de seus falantes. O que vale dizer que a variante padrão, presente nas gramáticas prescritivas adotadas em sala de aula, é apenas uma das muitas possibilidades que a língua de um povo proporciona aos seus falantes, ressaltando a importância da reflexão linguística no processo de aprendizagem dos usos linguísticos nos mais diversos contextos, seja na modalidade oral ou escrita.

Como todo falante, as alunas que fizeram parte deste universo de pesquisa deixaram claro que, mesmo sem a preocupação – ou domínio – com o uso prescritivo das gramáticas ensinado nas salas de aula, é possível se valer de recursos linguísticos para garantir a compreensão da informação no processo de comunicação. No caso, a presença de marcas de CV quando o verbo se encontra distante do sujeito correspondente, quando o padrão linguístico detectado em outras pesquisas mostra que existe mais possibilidade de ocorrer essa correlação sintática quando há proximidade entre estes dois elementos oracionais. Nas demais variáveis analisadas, os resultados apontaram para um padrão sociolinguístico já estabelecido, fazendo crer que, apesar das diversas normas linguísticas em um grupo social, a língua permite trocas comunicativas e é influenciada por fatores que os une.

Um fato marcou significativamente esses olhares sobre o português popular e tem abrangência acadêmica. No decorrer do processo analítico, novas perguntas surgem, convidando o pesquisador a novas descobertas. No caso da pesquisa sociolinguística dá-se conta das muitas variáveis que configuram os usos da língua nas comunidades linguísticas. Mas o término de uma etapa de um exercício investigativo é marcado por dois movimentos. O primeiro promove um olhar mais atento para o percurso construído, quando é possível perceber o “todo” do trabalho, os detalhes que, em algum momento, não foram considerados como significativos para a pesquisa, e, assim, podem ser reavaliados pelo pesquisador. É neste olhar para trás que se vislumbra com mais nitidez o que, no início, não se sabia com clareza.

Outra descoberta nessa retrospectiva foi conhecer outras pesquisas sociolinguísticas realizadas nas mais diversas partes do Brasil, muitas delas enfocando pequenas comunidades,

como o foram as pesquisas de Silva (2005) e de Gonçalves (2007): a primeira envolvendo falantes de pequenas comunidades do interior baiano (Morrinhos, Cinzento e Poções), percebendo, dentro outras variáveis, a influência do processo do uso da CV (do português popular para o padrão urbano escolarizado), por conta da influência da escolarização da população jovem. A segunda pesquisa estuda a fala de pessoas residentes em cidades do interior mineiro, como Braúnas.

Esta constatação demonstra o quanto a Sociolingüística Variacionista vem aproximando os espaços acadêmicos dos muitos brasis que existem para além das grandes cidades. E, talvez, por este motivo, muitos conceitos basilares da Lingüística e da Sociolingüística, mais especificamente, ainda provocam discussões, na tentativa de considerar novas leituras para o entendimento de fenômenos lingüísticos e incorporar novas possibilidades de compreensão desta língua – ou mistério, que é a língua portuguesa, como diz o poeta Carlos Drummond de Andrade, no conhecido poema “Aula de português”.

O segundo movimento, no final desta pesquisa, direciona o nosso olhar pra frente. Visualiza-se o campo de pesquisa que está ainda por explorar, as muitas perguntas a serem feitas, no sentido de acompanhar o percurso lingüístico, nos mais diversos contextos a partir de outros fenômenos lingüísticos. Além disso, confirma-se a certeza de que, respaldados em resultados de pesquisa, há o desafio – tanto para pesquisadores como professores – de lembrar ao poder público a urgência de ações concretas que garantam aos alunos de baixa renda um conhecimento maior de várias normas lingüísticas, que possibilite e os estimule a conquistar novos espaços na sociedade em que vivem.

O debate sobre a concordância verbal relacionado ao ensino é vasto. Por exemplo, não foi discutida nesta pesquisa a relação gênero e mercado de trabalho, o que implicaria em perceber o uso deste fenômeno lingüístico entre os homens, que, historicamente, assimilam a norma padrão a partir de sua prática profissional, e não através do ensino, como as mulheres. Pode-se, também, considerar a aplicação das regras relativas à CV entre mulheres de classes sociais diversas, que envolvem instituições de ensino com outros perfis. De qualquer forma, como demonstramos nesta pesquisa, o imbricamento entre o percurso lingüístico-histórico de uma língua e o ensino é significativo e deve estar incluso na pauta de discussões que envolvem o trabalho de todo

lingüista. Pois, intrinsecamente, está-se incluindo também questões sociais e políticas brasileiras, já que seu povo está mergulhado em uma cultura marcada pela diversidade.

A Sociolingüística Variacionista tornou-se, assim, um ponto de encontro de muitos olhares sobre a diversidade brasileira, aproximando o linguístico, o social e o pedagógico, como também outras abordagens teóricas que têm como objeto de estudo a língua em uso. Todos, com suas ferramentas de análise, podem descortinar o complexo emaranhado que é a língua, pois ela é muito mais que um sistema fechado e homogêneo como imaginavam os primeiros linguistas, no início do séc. XX e como acreditam muitos professores de língua portuguesa, ainda hoje. É mais que urgente a necessidade de as escolas descobrirem seus alunos-falantes, que trazem para as salas de aula uma língua viva, marcada por uma construção coletiva e se mostram dispostos a aprender quantas outras normas forem necessárias para descobrir novos horizontes.

REFERÊNCIAS

AIRES, Maria José Ferreira. *O estudo da gramática: do livro didático ao texto do aluno*. Revista de Ciências Humanas (Taubaté), v.9, 2003, p. 27-35.

ALÉONG, Stanley. Normas lingüísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

ALKMIN, Tânia M. e *et al.* A lingüística e o ensino da língua materna. In: GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel, Assoeste, 1991.

ALKMIN, Tânia. Sociolingüística. Parte 1. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 43 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

ALMEIDA, Sandra Espínola dos Anjos. *Um estudo da concordância verbal no português popular do Brasil*. Cadernos de Cultura e Ciência, v.1, n. 1, novembro de 2006, p. 103-112.

ALVAREZ, Marcos César. Sociedade, norma e poder: algumas reflexões no campo da sociologia. In: BAGNO, Marcos. *Lingüística da norma*. 2 ed. São Paulo: Edições, 2004.

ANTUNES, Irandé Costa. No meio do caminho tinha um equívoco: gramática, tudo ou nada. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 127-134.

BACCEGA, Maria Aparecida. *Concordância verbal*. 3 ed. São Paulo: Ática, 2002.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Loyola, 1999.

BAGNO, Marcos. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2001a.

BAGNO, Marcos (Org.). *Norma lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001b.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael; GILLES, Gagné. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. 7 ed. Parábola: São Paulo, 2003.

BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

BAGNO, Marcos. *Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

- BAHIA. Secretaria de Educação. *Orientações curriculares estaduais para o ensino médio: Área de linguagens, códigos e suas tecnologias*. Salvador: Secretaria de Educação, 2005.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2 ed. São Paulo: Hucitec / Petrópolis: Vozes, 1987.
- BARROS, Enéas Martins. *Nova gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Atlas, 1985.
- BAXTER, Alan Norman; LOPES, Norma da Silva. *Variação ou mudança referencial no dialeto afro-brasileiro de Helvécia*. Revista Linguagem, v. 1, 2004, p. 65-80.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. São Paulo: Editora Nacional/Edusp, 2000.
- BORGES NETO, José. *Ensaio de filosofia da lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolingüística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nós chegamos na escola, e agora: sociolingüística e educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris; DETTONI, Rachel do Valle. Diversidades lingüísticas e desigualdades sociais: aplicando a pedagogia culturalmente sensível. In: COX, Maria Inês Pagliarini; ASSIS-PETERSON, Ana Antônia (Orgs.). *Cenas de sala de aula*. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo, Edusp, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Org.). *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 217-227.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *PCN + Ensino Médio: orientações educacionais e complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais*. Brasília: MEC, 2000.
- BUENO, Maria Sylvia Simões. *Salto na escuridão: pressupostos e desdobramentos das políticas atuais para o ensino médio*, 1998. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista/Marília.
- CALLOU, Dinah. Gramática, variação e normas. In: VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

- CALVET, Louis-Jean. *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- CAMACHO, Roberto G. Sociolinguística. Parte 2. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da linguística*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.
- CASEVITZ, Michel; CHARPIN, François. A herança greco-latina. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Loyola, 2001.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 27-36.
- CEDERGREN, H. J. & SANKOFF, D. (1974). Variable rules: performance as a statistical reflection of competence. *Language*, 50(2). In: SCHERRE, Maria Marta P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – *Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa. 12:37 - 49, dez. de 1994.
- CEGALLA, Domingos P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 20 ed. São Paulo: Nacional, 1990.
- CHAMBERS, J. K. Patterns of variation including change. In: RUBIO, Cássio Florêncio. *Por uma definição da variante estigmatizada na concordância verbal no interior paulista: a atuação da variável gênero/sexo*. Estudos Linguísticos XXXVI(2), maio-agosto, 2007, p. 381-388.
- COSERIU, E. *Sincronia, diacronia e história*. Rio de Janeiro: Presença: São Paulo, USP, 1979.
- COSTA, Sônia Bastos Borba. *Aspectos em português*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CRYSTAL, David. *Dicionário de linguística e fonética*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CUNHA, Antônio Geraldo. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2007.
- CUNHA, Celso. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- CUNHA, Celso; CINTRA, L. F. L. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- DUARTE, Maria Eugênia L; PAIVA, M. da Conceição. 2003. Mudança Linguística: observações no tempo real. In: MOLLICA, M. Cecília; BRAGA, M. Luíza (Orgs.). *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. Rio de Janeiro: Contexto, 2003, p. 179-190.

- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1973.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- FARACO, Carlos A. Por uma pedagogia da variação lingüística. In: CORREA, Djane Antonucci (Org.). *A relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa: UEPG, 2007.
- FARACO, Carlos Alberto. Norma padrão brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004, p. 37-61.
- FARIAS, Iara Rosa. *Linguagem e sentido no ensino da gramática*. Revista Línguas e Letras, v.7, n. 12, 2006, p. 65-80.
- FOGAÇA, Azuete; SALM, Cláudio L. *Educação e mercado de trabalho no Brasil*. Revista Ciência e Cultura (SBPC), v. 58, 2006, p. 25-28.
- FREITAG, Raquel Meister Ko. *Idade: uma variável sociolingüística complexa*. Revista Estudos Linguísticos v. 6, n. 11 2º sem. 2005, p. 105-121.
- FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. Séries históricas. *Mulheres no mercado de trabalho: grandes números*, 2002. Disponível em http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mmt.html. Acesso em abr. 2008.
- FURLANI, Lúcia Maria Teixeira. *A claridade da noite: os alunos do ensino noturno*. São Paulo: Cortez, 1998.
- GAGNÉ, Gilles. A norma e o ensino da língua materna. In: BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002, p. 163-239.
- GERALDI, J. Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- GERALDI, João Wanderley; SILVA, Lilian Lopes Martin da; FIAD, Raquel Salek. *Lingüística, ensino de língua materna e formação de professores*. D.E.L.T.A: São Paulo, v. 12, n. 2, 1996, p. 307-326.
- GONÇALVES, Vânia de Fátima. *A ausência de concordância verbal no Vale do Rio Doce–MG*. Belo Horizonte. 2007. 114 páginas. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Faculdade de Letras da UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais.
- GRACIOSA, Diva. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Rio de Janeiro. UFRJ. Faculdade de Letras. Dissertação de Mestrado, inédita, 1991.

GRYNER, Helena; OMENA, Nelize Pires de. A interferência das variáveis semânticas. In: MOLLICA, Maria C. e BRAGA, Maria L. (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 89-100.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolingüística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *et al. As ciências lingüísticas e o ensino de línguas*. Petrópolis: Vozes, 1974.

HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: EBRADÉ, 1985.

KATO, Mary A. Apresentação: como, o que e por que escavar? In: ROBERTS, Ian. E; KATO, Mary A. *Português brasileiro*, Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

KUENZER, Acácia. *Ensino de 2º grau: o trabalho como princípio educativo*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

LABOV, William. *Padrões sociolingüísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [Sociolinguistic patterns. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972].

LATERZA, Betânia. *Ensino noturno: a travessia para a esperança*. São Paulo: Global Editora, 1994. (Coleção Educação e Pedagogia).

LEMLE, Myriam; NARO, Anthony J. *Competências básicas do português*. Rio de Janeiro: MOBREAL, 1977.

LIMA, Wagner Ferreira. *A variação da concordância verbal em textos escolares escritos*. Alfa – Revista de Lingüística, São Paulo, v. 45, 2001, p. 97–113.

LOPES, Norma. A interferência do TUDO no valor de TODOS/TODAS na concordância do português. In: XX Jornada Nacional de Estudos Lingüísticos, n. 2, João Pessoa. *Anais*. João Pessoa: UFPB/Idéia Editora, 2004, p. 2009 – 2218.

LOPES, Roseli E. *et al. Adolescência e juventude de grupos populares urbanos no Brasil e as políticas públicas: apontamentos históricos*. Revista Histedbr On-line, Campinas, n. 23, p. 114-130, set. 2006. <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/leis/L9294.htm>. Acesso em 15 abr. 2008.

LUCCHESI, Dante. *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Tese (Doutorado em Lingüística), Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000a, 364 f.

LUCCHESI, Dante. *Variação e norma: elementos para uma caracterização sociolingüística do português do Brasil*. Revista Internacional da Língua Portuguesa, v.12, 1994, p. 17-28.

LUCCHESI, Dante. *As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000)*. D.E.L.T.A, v.17, n.1, 2001, p.97–130

LUCCHESI, Dante. *Sistema, mudança e linguagem: um percurso na história da lingüística moderna*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004a.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade brasileira. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Lingüística da norma*. 2 ed. Edições Loyola: São Paulo, 2004b.

LUCCHESI, Dante. *Parâmetros sociolingüísticos do português brasileiro*. Revista da ABRALIN, v. 5, n.1 e 2, 2006, p. 83–112.

LUFT, Celso Pedro. *Ensino e aprendizado da língua materna*. São Paulo: Globo, 2007.

LYONS, John. *Língua(gem) e lingüística: uma introdução*. Trad. Marília Wincler Averburg e Clarice Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; VOTRE, Sebastião; CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MATTOS, Andréa Andrade. *Concordância verbal, sociolingüística e ensino: escolaridade e faixa etária na escrita*. 2006. 62 f. Monografia (Curso de Especialização em Estudos Linguísticos e Literários), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Da sócio-história do português brasileiro para o ensino do português no Brasil hoje. In: AZEREDO, J. C. (Org.). *Língua portuguesa em debate*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 19-33.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Contradições no ensino de português: a língua que se fala x a língua que se ensina*. 6 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: BAGNO, Marcos. (Org.). *Lingüística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 291-316.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. “*O português são dois...*”: novas perspectivas, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004b.

MATTOSO CÂMARA, J. *Problemas de lingüística descritiva*, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1969.

MENDES, Alzenir. *Formalismo e funcionalismo: fatias da mesma torta*. 2007. <http://www.usinadeletras.com.br/exibelotexto>. Acessado em 12.01.2008.

MENUZZI, S. *A ordem verbo-sujeito no português do Brasil: algumas abordagens e questões em aberto*. Abralín, 2003.

http://www.geocities.com/smenuzzi/download/ordem_vs_pb_abralin_2003.pdf. Acesso em 10. jan. 2008.

MOLLICA, M. Cecília de Magalhães. *Da linguagem coloquial à escrita-padrão*. Rio de Janeiro: 7letras, 2003.

MOLLICA, M. Cecília de Magalhães. Relevância das variáveis não lingüísticas. In: MOLLICA, M. Cecília de Magalhães; BRAGA, Maria Luíza (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 27-31.

MOLLICA, M. Cecília de Magalhães. *Diversidade lingüística e mobilidade social*. COLL Consultoria de Língua Portuguesa e Literatura, nov. 2002, p. 1-13. Disponível em <http://www.collconsultoria.com/artigo6html>. Acesso em 02 fev. 2008.

MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

MOLLICA, Maria Cecília de Magalhães; RONCARATI, Cláudia Nívia. *Questões teórico-descritivas em sociolingüística e em sociolingüística aplicada e uma proposta de agenda de trabalho*. D.E.L.T.A, v.17, n. especial, São Paulo, 2001. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em 10 jul. 2008.

MONGUILHOTT, Isabel; COELHO, Izete L. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: BRAGA, Maria Luíza. *Variação e mudança no português falado na região sul*. Pelotas: Educat, 2002.

MONTEIRO, José Lemos. *Para compreender Labov*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORATO, Edwiges. O interacionismo no campo lingüístico. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CORROCHANO, Maria Carla; DI PIERRÔ, Maria Clara (Orgs.). *Adolescência: escolaridade, profissionalização e renda: propostas de políticas públicas para adolescentes de baixa escolaridade e baixa renda*, 2002. Disponível em www.acaoeducativa.org.br/downloads/adol.pdf. Acesso em 07. mar. 2008.

MOTTA, Erimita C. M. *Escolarização e variação lingüística*. 1979. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos Linguísticos, Unicamp: Campinas, 1979.

NARO, Anthony Julius. *The social and structural dimensions of a syntactic change*. *Language*. LSA, 57 (1), 1981, p. 63-98.

NARO, Anthony Julius. Modelos quantitativos e tratamento estatístico. In: MOLLICA, Maria Cecília (Org.). *Introdução à sociolingüística*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003, p. 15-25.

NARO, Anthony Julius. O dinamismo das línguas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs). *Introdução à sociolinguística*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala*. Cadernos de Estudos Linguísticos, Campinas, v. 20, p. 9-16, jan.-jun., 1991.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A influência de variáveis escalares na concordância verbal. In: *A cor das Letras*. Revista do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana: Feira de Santana n. 3, dez. 1999a, p. 17-34.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. In: MOURA, Denilda (Org.). *Os múltiplos usos da língua*. Maceió: Edufal, 1999b, p.26-37.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Concordância variável em português: a situação no Brasil e em Portugal*. Boletim da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN), Florianópolis, p. 1259-1270, 2000.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo. In: HORA, Dermerval da; COLLISCHONN, Gisella. *Teoria lingüística: fonologia e outros temas*. João Pessoa: Editora Universitária, 2003, p. 383-401.

NARO, Anthony Julius; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2007.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática: história, teoria, análise, ensino*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. 2ed. São Paulo: Contexto, 2004.

NICOLA, José de; INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. 15 ed. São Paulo: Scipione, 1997.

NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. *A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições*. Educação e Sociedade, v. 23, n. 78. Campinas, 2002.

NUNES, Clarice. *Ensino médio: diretrizes curriculares nacionais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

OLIVEIRA, Marian S. *Variação na concordância verbal de terceira pessoa do plural: os contextos lingüísticos*. Memórias del XIV do Congreso Internacional de la Asociación de Lingüística y Filología de América Latina (ALFAL), Monterrey: Universidad Autónoma, v. 1, n. 5ª parte, 2005, p. 121–131.

OMENA, Nelize Pires. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança? In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia (Orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

OMENA, Nelize Pires de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Variáveis morfossintáticas. In: MOLLICA, M. Cecília; BRAGA, Maria Luiza. (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 81-88.

PAGOTTO, Emílio Gozze. *Variação e (') identidade*. Maceió: EDUFAL, 2004.

PAIVA, Maria da Conceição de; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Retrospectiva sociolingüística: contribuições do PEUL*. In: D.E.L.T.A, vol. 15, n. especial, 1999, p. 201-232.

PARÂMETROS Curriculares Nacionais: *Língua Portuguesa*. Secretaria de Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Motivações funcionais no uso do sujeito pronominal: uma análise em tempo real. In: DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia; PAIVA, Maria da Conceição (Orgs.). *Mudança lingüística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 97-114.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância dos fatores internos. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza (Org.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 67-71.

PAREDES DA SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis lingüísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Luíza (Orgs.). *Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 67-72.

PERINI, MÁRIO A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 2001.

PIETRI, E. *A lingüística aplicada e as condições de produção discursiva: problematizando metodologias de pesquisas*. Estudos Linguísticos (São Paulo), v.1, p. 217-222, 2005.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, J. W. *O texto na sala de aula: leitura e produção*. 2 ed. Cascavel: Assoeste, 1985.

PRETI, Dino. *Sociolingüística: os níveis de fala*. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1982.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 42 ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *A concordância verbal no português popular em São Paulo*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1987. Inédito.

RODRIGUES, Ângela Cecília de Souza. *Concordância verbal, sociolingüística e história do português brasileiro*. Fórum Linguístico, Florianópolis, v. 4, n.1, julho de 2004, p. 115-145.

RUBIO, Cássio Florêncio. *Por uma definição da variante estigmatizada na concordância verbal no interior paulista: a atuação da variável gênero/sexo*. Estudos Linguísticos XXXVI(2), maio-agosto, 2007, p. 381-388.

SANTOS, Maria Benedita. A variação da concordância verbo/sujeito na língua falada por alunos da 1ª a 5ª série do primeiro grau. In: MOURA, Denilda. *Os múltiplos usos da língua*. EDUFAL: Maceió, 1999, p. 357-360.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 20 ed., São Paulo: Cultrix, 1997.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) – Norma e variação do português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, p. 37-49, dez. 1994.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Variação lingüística, mídia e preconceito lingüístico*. Revista internacional de língua portuguesa (RILP) – O português nos meios de comunicação. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1996, p. 17-27.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Paralelismo lingüístico*. Revista de Estudos da Linguagem. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v.7, n. 2, 1998, p.29-59.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Doa-se lindos filhotes de poodle: variação lingüística, mídia e preconceito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. A. *Duas dimensões do paralelismo formal na concordância de número no português popular do Brasil*. D.E.L.T.A – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada. São Paulo: EDUC, v.9, n.1, 1993, p. 1-14.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony J. A. concordância de número no português do Brasil: um caso típico de variação inerente. In: HORA, Dermerval da. (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997, p. 93-114.

SCHERRE, Maria Marta P. & NARO, Anthony J. *Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português*. Revista Fórum Linguístico, n. 1, p. 45–71, jul.-dez., 1998.

SCHERRE, Maria Marta P. & NARO, Anthony J. *Mudança sem mudança: a concordância de número no português brasileiro*. SCRIPTA, Belo Horizonte, v. 9, n. 18, p. 107-129, 1º sem. 2006.

SIGNORINI, Inês. *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP. Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Édila Vianna da. Norma, variação e ensino: a concordância verbal. In: Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense. *Dossiê: literatura, língua e identidade*, n. 34, p. 31–41, 2008.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira. Estertores do possessivo seu na terceira pessoa. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta P. (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*: Tempo Presente, 1996, p. 171-181.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Padrões sociolinguísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/Departamento de Linguística e Filologia, UFRJ, 1996.

SILVA, Giselle Machline de Oliveira; PAIVA, Maria da Conceição de. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: SILVA, Giselle Machline de Oliveira; SCHERRE, Maria Marta Pereira (Orgs.). *Padrões sociolinguísticos: análises de fenômenos variáveis do português falado no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 336-78.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. *A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolinguístico de três comunidades do interior da Bahia*. Salvador, 2005, 323 páginas. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia.

SILVA, Myrian Barbosa. A escola, a gramática e a norma. In: BAGNO, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. 2 ed. São Paulo: Loyola, 2004, p. 253-265.

SILVA-CORVALÁN, Carmen. *Sociolingüística y pragmática del español*. Washington, D.C: Georgetown University Press, 2001.

SOARES, Magda. *Linguagem e escola: uma perspectiva social*. São Paulo: Ática, 2001.

SOUZA, Constância Maria Borges de. *A concordância sujeito/verbo num dialeto baiano*. 1981.85f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SOUZA, Constância Maria Borges de. *A concordância verbal na fala de Salvador: uma abordagem sociolingüística*. Exame de Qualificação do Doutorado em Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de. *A educação para o trabalho e as habilitações profissionais no ensino médio*. São Paulo: CENAFOR, 1999.

SUASSUNA, Livia. *Ensino de língua portuguesa: uma abordagem pragmática*. 5 ed. São Paulo: Papyrus, 2002.

TARALLO, Fernando L. *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas: Pontes Editora, 1989.

TARALLO, Fernando L. *A pesquisa sociolingüística*. São Paulo: Ática, 1990.

TARALLO, Fernando. L. Diagnosticando uma gramática brasileira. In: KATO, M; ROBERTS I. (Orgs.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 69-105, 1993.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. *As mulheres e o mercado de trabalho*. http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html. Publicado em set.2005. Acesso em jul. 2008.

TERWILLIGER, Robert F. *Psicologia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1974.

TOMANIN, C. R. *Fotografias da fala do Alto Araguaia – MT*. Universidade Estadual de Campinas: IEL, 2004. Dissertação de Mestrado, Inédita, 197 f.

VAREJÃO, Filomena de Oliveira. *Variação em estrutura de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*. 2006. Doutorado em Língua Portuguesa. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues. *Concordância verbal: variação em dialetos populares no norte fluminense*. Rio de Janeiro, 1995. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

VIEIRA, Sílvia Rodrigues; BRANDÃO, Sílvia Figueiredo (Orgs.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2007.

WEEDWOOD. Barbara. *História concisa da lingüística*. 5 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZIILES, Ana M. Stahl; MAYA, Leonardo Zechilinsk; SILVA, Karine Quadros da. *A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre /RS*. Organon n. 28 /29. Estudos da língua falada, v.14, Porto Alegre, 2000, p. 195-219.

SITES GOVERNAMENTAIS

BAHIA. Secretaria de Educação *Distribuição Percentual da Matrícula no Ensino Médio por Série e Turno, Bahia - 2006*, Rede Estadual, 2006. Disponível em <http://www.sec.ba.gov.br/estatistica/alunos.htm>. Acesso em jul.2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese dos Indicadores Sociais 2007 - Uma análise das condições de vida da população brasileira*. www.ibge.gov.br, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios - PNAD 2004*

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2004/coeficiente_brasil.shtm. Acesso em 15 de dez. 2008.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. *Trajetória da mulher na educação brasileira: 1996 - 2003*. Brasília, 2005. <http://www.inep.gov.br/pesquisa/publicacoes>. Acesso em out. 2008.

ANEXOS

FICHA DE INFORMANTES

NOME COMPLETO _____

IDADE _____ **SEXO** Feminino Masculino

1 - Você trabalha? SIM NÃO

2 - Há quanto tempo você trabalha?

Menos de 1 ano Há 1 ano

Há 2 anos Mais de 2 anos

3- Em que ano você começou a fazer o Ensino Médio?

Antes de 2003 2003 2004 2005

4 – Qual o seu estado civil?

Solteiro sem filhos Solteiro com filhos

Casado sem filhos Casado com filhos

Separado/Divorciado Viúvo com filhos Viúvo sem filhos

5 – Com quem você reside?

Somente cônjuge Cônjuge e filhos Somente filhos

Pai, mãe e irmãos pai e irmãos pai mãe pai e mãe

mãe e irmãos sozinho amigos parentes avós

6 – Você nasceu em Salvador? SIM NÃO

7 – Caso não tenha nascido em Salvador, há quanto tempo mora aqui?

Há menos de 1 ano Há um ano

Há mais de 1 ano Há mais de 2 anos Há mais de 3 anos

8– Qual a escolaridade máxima das pessoas de sua casa?

Sem escolaridade 1º grau incompleto

1º grau completo 2º grau incompleto 2º grau completo

Curso Superior incompleto Curso Superior completo

9 – Qual a renda familiar da casa onde você mora?

Menos de 1 S 1 SL 2 SL 3 SL Mais de 3 SL

10 – Qual a sua renda pessoal?

Não tem renda Menos de 1 SL 1 SL 2 SL 3 SL Mais de 3 SL

11 - Qual destas atividades você costuma realizar nas horas vagas?

ir ao cinema ir ao teatro alugar filmes ler assistir à TV
praticar esportes Outras _____

12 – Com que frequência você lê? (livros, jornais, revistas, textos escolares e outros).

Diariamente uma vez por semana mais de uma vez por semana

Nunca lê

13 - O que você mais lê?

Livros Revistas Jornais

14– Que livros você possui em casa?

Romances Dicionários Gramática Outros

15 – Você acessa à internet? SIM NÃO **16 – Com que frequência você acessa a internet?**

Todos os dias Uma vez por semana Duas vezes por semana
Mais de duas vezes por semana

17 – Com que finalidade você acessa a internet? _____**18– Quais suas expectativas após o término do Ensino Médio?**

Vestibular Curso pré-vestibular
Trabalhar Mudar de emprego
Estudar e trabalhar Curso Técnico

19 – Você costuma viajar? SIM NÃO **20 – Caso seja afirmativo, para quais lugares você viaja com mais frequência?**

Cidades próximas a Salvador Outras cidades interioranas da Bahia
Outros estados

21- Que tipo de escola você cursou o Ensino Fundamental? Particular Pública

Cooperativa Outras _____

22 – Esta escola está localizada no bairro que você mora ou em outra parte da cidade?

Perto de minha casa Em outro bairro da cidade Em outra cidade

GUIA DE QUESTIONÁRIO

ESCOLA E EDUCAÇÃO

- a. conte uma experiência que marcou as crianças que brincavam com você
- b. conte uma recordação negativa da sua infância, envolvendo outras crianças.
- c. para você, as escolas no passado eram melhores que as de hoje?
- d. Na sua opinião, como os jovens se comportam hoje?
- e. Que conselhos você daria aos jovens hoje?

RELIGIÃO

- a. Quais os benefícios que a experiência religiosa pode ajudar as pessoas?
- b. Que tipo de atividades as pessoas desenvolvem em grupo religioso?
- c. Como essas atividades são desenvolvidas?

RELACIONAMENTOS

- a. qual a sua opinião sobre os relacionamentos sociais (patrão / empregado; amigos, alunos /professores, etc)
- b. qual a sua opinião sobre os relacionamentos afetivos (homem/mulher; pais/filhos)
- c. Conte uma experiência pessoal (brigas, encontros) envolvendo um relacionamento afetivo ou social
- d. Para você, há alguma diferença entre os relacionamentos do passado e os de hoje?

ESPORTES

- a. qual a sua opinião sobre a prática de esportes?
- b. O que você diria aos mais jovens hoje sobre os esportes?
- c. Houve algum evento esportivo que marcou a sua vida?

SALVADOR

- a. qual a sua opinião sobre a cidade do Salvador?
- b. Você já fez algum passeio que lhe marcou muito por Salvador; ou houve algum fato relevante que ocorreu em Salvador?
- c. O que poderia ser feito para melhorar a cidade?
- d. Qual a sua opinião sobre os baianos.

